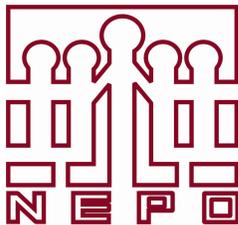


ISSN 1413-9243

TEXTOS NEPO

61

Campinas, abril de 2011



**VULNERABILIDADE E
TERRITORIALIDADE EM
BAIRROS DE CAMPINAS**

**FERNANDA CRISTINA DE PAULA
EDUARDO MARANDOLA JR.
DANIEL JOSEPH HOGAN**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitoria

Prof. Dr. Fernando Ferreira Costa – Reitor

Pró-Reitorias

Prof. Dr. Marcelo Knobel - Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Euclides de Mesquita Neto - Pró-Reitor de Pós-Graduação

Prof. Dr. Ronaldo Aloise Pilli - Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva - Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário

Prof. Dr. Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib - Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários



Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Profª Drª Itala Maria Loffredo D'Ottaviano

Núcleo de Estudos de População

Drª Regina Maria Barbosa - Coordenadora

Drª Marta Maria do Amaral Azevedo - Coordenadora Associada

FICHA CATALOGRÁFICA: Adriana Fernandes

De Paula, Fernanda C.; Marandola Jr., Eduardo; Hogan, Daniel J.

Vulnerabilidade e territorialidade em bairros de Campinas / Fernanda Cristina De Paula; Eduardo Marandola Júnior; Daniel Joseph Hogan. – Campinas: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2011.

132p.

(Vulnerabilidade e territorialidade em bairros de Campinas, TEXTOS NEPO 61).

1. População em situação de risco. 2. População e ambiente. 3. Fenomenologia. I. Título. II. Série.



Índice para catálogo sistemático

1. População em situação de risco - 301.32

2. População e ambiente - 301.32

3. Fenomenologia - 100

Produção Editorial: NEPO-PUBLICAÇÕES

Editora dos Textos NEPO

Drª Joice Melo Vieira

Edição de Texto: Preparação/Diagramação

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

Revisão Bibliográfica:

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

As afirmações e conclusões expressas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es) e não refletem necessariamente a visão da instituição.

SÉRIE TEXTOS NEPO

T

TEXTOS NEPO – publicação seriada do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP – foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas no âmbito deste Núcleo de Estudos e Teses defendidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/UNICAMP. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, até o presente momento foram publicados **sessenta e um números**, contando com este, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas a áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

A Coleção **Textos NEPO** também está acessível na homepage do NEPO, em publicações, cujo acesso se dá através do endereço eletrônico: <http://www.nepo.unicamp.br>.

Dr^a Regina Maria Barbosa
Coordenadora

Dr^a Marta M. Amaral Azevedo
Coordenadora Associada

SUMÁRIO

Apresentação.....	09
1. A problemática e o caminho metodológico	12
2. Ponte Preta: de periferia a bairro de passagem.....	21
2.1. Pontes Pretas	22
2.2. Os fragmentos.....	22
2.3. Praças das águas	34
2.4. Espaço público-lugar: a Praça das Águas	37
2.5. Riscos e vulnerabilidade na Ponte Preta.....	40
3. Identidade, riscos e memória no São Bernardo	46
3.1. Os Riscos do Vale: São Bernardo e o Ribeirão Piçarrão.48	
3.2. Bairro São Bernardo: memória, identidade e Território.....	62
3.3. Vivendo as paisagens: espaço público, lugar e sociabilidade	68
3.4. Vivendo a metrópole: sobre riscos e vulnerabilidades no São Bernardo	75
4. Vulnerabilidade e identidade territorial: evolução urbana e memória nos DICS	81
4.1. Sobre os DICS	83
4.2. Porque vieram e porque ficaram: mobilidade, permanência e identidade territorial	84
4.3. Quando o urbano chega: consolidação dos DICS, o papel do bairro e a percepção de menor vulnerabilidade ...	94
4.4. Vulnerabilidade, território e lugar	96
5. Bosque: riscos e territorialidades	98
5.1. Bosque: abordando o bairro	99
5.2. Sob o Nome: Territórios Vividos do Bosque	102
5.3. Identidade territorial: territorialidade noturna e enfrentamento de riscos.....	116
6. A abordagem do lugar: Vulnerabilidade e territorialidades em bairros de Campinas	123
Referências	127

RESUMO

Resultado da participação no Projeto Vulnerabilidade (“Dinâmica intrametropolitana e vulnerabilidade sócio-demográfica nas metrópoles do interior paulista: Campinas e Santos”), apresentamos uma série de pesquisas sobre a abordagem do lugar nos estudos de vulnerabilidade no campo de população e ambiente. As pesquisas foram realizadas em quatro bairros de Campinas (SP): Ponte Preta, São Bernardo, DICs e Bosque. As diferentes gêneses desses bairros, localizações, condições socioeconômicas dos seus moradores, sociabilidades, dinâmicas socioespaciais incitando novas questões para a discussão dos riscos, perigos e vulnerabilidades na dimensão vivida. O questionamento sobre o papel do bairro na vida dos cidadãos perpassa todos os trabalhos. Se a primeira pesquisa apresenta um caráter mais exploratório, a última traz uma proposta teórica melhor delineada onde apontamos como um fenômeno orientador da vida urbana (o bairro), congrega fatores e dinâmicas (territorialidades) que contribuem para a compreensão de como as pessoas lidam com riscos e perigos no espaço que cotidianamente vivenciam, tangendo suas vulnerabilidades.

Palavras-chave: Populações em situação de risco. Lugar. População e ambiente. Fenomenologia.

ABSTRACT

Participation results in the Vulnerability Project (“Intra-metropolitan dynamic and socio-demographic vulnerability in metropolises in the state of São Paulo: Campinas and Santos”), a series of researches were presented on the approach of in vulnerability studies in the field of population and environment. The research took place in four neighborhoods of Campinas (SP): Ponte Preta, São Bernardo, DICs and Bosque. The different genesis of these neighborhoods, locations, socio-economic conditions of their residents, sociability, social-spatial dynamics raising new issues for the discussion of risk, hazards and vulnerabilities in the living dimensions. The questions that were raised regarding the role of the neighborhood in the life of urban citizens is seen in all projects. If the first research presents a more exploratory character, the last brings a more outlined theoretical proposal, in which the neighborhood is pointed out as a guiding phenomenon of urban life, congregates factors and dynamics (territorialities) that contribute in understanding how people lead with risks and hazards in the space where they live with everyday, enabling their vulnerabilities.

Key-words: Populations in situation of risk. Place. Population and environment. Phenomenology.

APRESENTAÇÃO

Eduardo Marandola Jr.

Quando comecei meu trabalho no Núcleo de Estudos de População, este era ligado a um projeto que Daniel Hogan e José Marcos Pinto da Cunha estavam elaborando (coordenado pelo último), junto com outros pesquisadores do Nepo, para submeter como Projeto Temático à FAPESP. Meus primeiros cinco anos de aproximação com os estudos populacionais, portanto, se deram via Daniel e o que seria o Projeto Vulnerabilidade (“Dinâmica intrametropolitana e vulnerabilidade sócio-demográfica nas metrópoles do interior paulista: Campinas e Santos”, financiado pela FAPESP e pelo CNPq), do qual participei do começo ao fim (2003-2008), e no contexto do qual minha tese de doutorado foi realizada.

Entre as atividades que desenvolvi estava o trabalho de orientação de pesquisas de iniciação científica de alunos de graduação em Geografia. Estes foram bolsistas alternadamente do programa PIBIC/CNPq, SAE/Unicamp e FAPESP, além de terem atuado também por períodos sem apoio financeiro, motivados pela tarefa e perspectiva do aprendizado acadêmico. Estes projetos tinham um duplo objetivo: discutir questões do Projeto Vulnerabilidade, de um lado, e testar e operacionalizar metodologias e problemáticas que eu estava desenvolvendo na tese. Em ambos os casos, o foco era o desenvolvimento de pesquisas de curto alcance em uma escala micro para servir de parâmetro e de contraponto enriquecedor para o projeto, cuja escala estava associada à análise de macro-processos. Devido a estas características, o trabalho foi uma parceria muito direta que implicava a construção de uma proposta de trabalho, tanto teórica quanto metodológica, de estudo que culminaria com a sistematização da abordagem da **vulnerabilidade do lugar**.

Os trabalhos foram realizados desde 2004, e continuam a ser desenvolvidos, mesmo com o término do Projeto Vulnerabilidade, no contexto de dois outros projetos: o

projeto PRODOC/CAPES “Mobilidade Populacional, Ciclo Vital e Vulnerabilidade Sociodemográfica em Regiões Metropolitanas: abordagens geográficas qualitativas”, iniciado em 2008, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Demografia e desenvolvido no Nepo; e o Projeto Clima (“Crescimento urbano, vulnerabilidade e adaptação: dimensões sociais e ecológicas da mudança climática no Litoral de São Paulo”), financiado pela FAPESP e desenvolvido em conjunto entre o Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais (Nepam) e o Nepo.

A participação de alunos de graduação e mestrado tem aberto possibilidades de ampliação de bases empíricas de trabalho, mas não somente: o trabalho conjunto permitiu desenhar uma linha de pesquisa no campo de população e ambiente, em diálogo direto com a Geografia (especialmente a abordagem humanista, de orientação fenomenológica), incorporando elementos da paisagem, do lugar, dos deslocamentos populacionais e da própria migração. A vulnerabilidade, eixo aglutinador de tais preocupações, se associa com a mobilidade e o lugar enquanto eixos fundamentais destes trabalhos, e por isso reuni-los em dois números dos Textos Nepo é uma forma de reforçar o conjunto deste esforço de desenvolvimento.

O outro sentido de reunir os relatórios de pesquisa produzidos por vários alunos nestes anos é registrar uma linha de pesquisa e preocupação que Daniel fomentou e alimentou no contexto dos estudos de população e ambiente. Sempre atento à fronteira entre os conhecimentos, Daniel soube abrir possibilidades novas para o campo de estudos populacionais, entendendo que no diálogo e nas fronteiras entre as disciplinas há sempre caminhos ainda não explorados que enriquecem ambos os lados. Nos últimos oito anos ele incentivou e promoveu a busca por uma perspectiva interdisciplinar e ampla da vulnerabilidade. Estes trabalhos são como um diário do trabalho mais elementar desta busca: na relação teoria-prática do aprendizado acadêmico de estudos específicos.

Organizamos dois Textos Nepo com tais trabalhos, separando-os por dois focos específicos que orientaram nossas pesquisas nestes anos. O primeiro, n.61, ***Vulnerabilidade e territorialidade em Bairros de Campinas***, de autoria de Fernanda Cristina de Paula, Eduardo Marandola Jr. e Daniel Joseph Hogan, reúne os trabalhos sobre

bairros de Campinas (Ponte Preta, São Bernardo, DICs e Bosque). Estes foram os primeiros laboratórios da abordagem, com uma sequência de estudos de quatro anos. O segundo, n.62, ***Vulnerabilidade do lugar e Riscos na Região Metropolitana de Campinas***, organizado por Eduardo Marandola Jr. e Daniel Joseph Hogan, contém textos de Luiz Tiago de Paula, Fernanda Cristina de Paula, Gabrielle Mesquita Alves Rosas, Fábio Rocha Campos e Priscila Marchiori Dal Gallo, estudando diferentes lugares da Região Metropolitana de Campinas com diferentes graus de profundidade (três, dois ou um ano de pesquisa). Os trabalhos se referem a bairros (Jardim Amanda, em Hortolândia, ou o Mansões Santo Antônio, em Campinas), rodovias (o trecho Campinas-Sumaré da Anhanguera), e incluem até uma pequena cidade (Holambra). Todos são investigados a partir da proposta da vulnerabilidade do lugar, ao mesmo tempo em que trazem questões devido às suas especificidades. Incluímos também um texto metodológico sobre os bairros de Campinas discutidos à luz deste enfoque e um texto teórico-metodológico sobre vulnerabilidade do lugar especificamente, o qual é fruto destes trabalhos, e não o contrário.

Os trabalhos não foram excessivamente adaptados para compor estes textos. Mantivemos, por exemplo, suas incompletudes, que expressam o momento da construção da problemática e da própria discussão. Alguns se referem a um ou mais relatórios de pesquisa. Nosso objetivo, ao publicá-los neste formato, é contribuir para a construção metodológica desta temática, ao mesmo tempo em que fazemos jus a uma das linhas de trabalho que Daniel orientou e promoveu nos últimos anos, prestando-lhe mais uma homenagem por seu papel de incentivador, orientador e mentor que ele desempenhava como ninguém.

1. A PROBLEMÁTICA E O CAMINHO METODOLÓGICO

A discussão sobre risco, perigo e vulnerabilidade tem sido gradativamente difundida no Brasil. Estes conceitos, oriundos de uma tradição geográfica nos estudos de eventos naturais extremos (que na medida em que provocam danos a pessoas e lugares, são compreendidos como **perigo – hazards**), vêm ganhando uma diversidade de enfoques e abordagens para além de seus estudos iniciais. Atualmente, enquanto modo de avaliar a quais **riscos** (probabilidade de ocorrência de perigos, sejam eles naturais, tecnológicos, econômicos ou sociais) os indivíduos estão sujeitos e qual sua **vulnerabilidade** (sua capacidade de responder aos perigos), estes conceitos têm surgido como importantes ferramentas políticas para compreender as vicissitudes do homem moderno (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2004a; 2004b; 2005; HOGAN; MARANDOLA JR., 2005).

Riscos e perigos são localizáveis no espaço. Levando-se em conta a heterogeneidade de contextos socioespaciais no/do espaço, os mesmos riscos e perigos podem ter diferentes potenciais de impactar pessoas em função da trama socioespacial onde eles se realizam.

Mas, o local, enquanto determinada porção do espaço, pode ser apreendido também como lugar. E a categoria lugar (resignificada pela perspectiva humanista na Geografia) não é apenas a identificação de um ponto no espaço. O lugar é uma porção do espaço conhecida intimamente por indivíduos; é o lócus de uma relação de intercondicionamento entre homem e espaço, é espaço vivido (TUAN, 1979; HOLZER, 1998). Na consideração da experiência é possível revelar as tramas socioespaciais que contextualizam riscos, perigos e vulnerabilidades. Em vista disso, entre as questões que movem essas pesquisas, estão: há risco em todo lugar? Quão vulneráveis as pessoas estão? Com quais riscos convivem? Qual a percepção da sua vulnerabilidade? Como a trama socioespacial dos lugares influi nessas questões?

Entrikin (1991) atenta para uma dualidade que conforma o lugar: a interposição entre suas *naturalistics qualities* e as *existentials qualities*. As primeiras dizem respeito ao

lugar enquanto contexto material onde os eventos ocorrem, envolvendo a singularidade de sua configuração espacial (morfologia do estrato físico-natural, clima, padrão de ocupação humana, por exemplo) e os processos (sociais, econômicos, culturais) ali presentes. Neste sentido, eventos que ali ocorrem são norteados pela lógica singular do lugar, dada a especificidade das relações entre o espaço e a dinâmica que se realiza nele.

Na medida em que os lugares variam de acordo com as *naturalistics qualities* do lugar, também variam riscos, perigos e, conseqüentemente, a vulnerabilidade. A tradição geográfica de estudos sobre riscos e perigos deram especial atenção a como esses variam em função de *naturalistics qualities* do lugar (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2004b). Um avanço na abordagem da vulnerabilidade ainda pouco exercitado seria desenvolver aquilo que Entrikin (1991) chamou de *existentials qualities* do lugar o que, em outras palavras, leva em consideração que:

Place, however, has more substance than the word location suggests: it is a unique entity, a “special ensemble”; it has a history and meaning. Place incarnates the experiences and aspirations to a people. Place is not only a fact to be explained in the broader frame of space, but it also a reality to be clarified and understood from the perspectives of the people who have given it meaning (TUAN, 1979, p. 387).

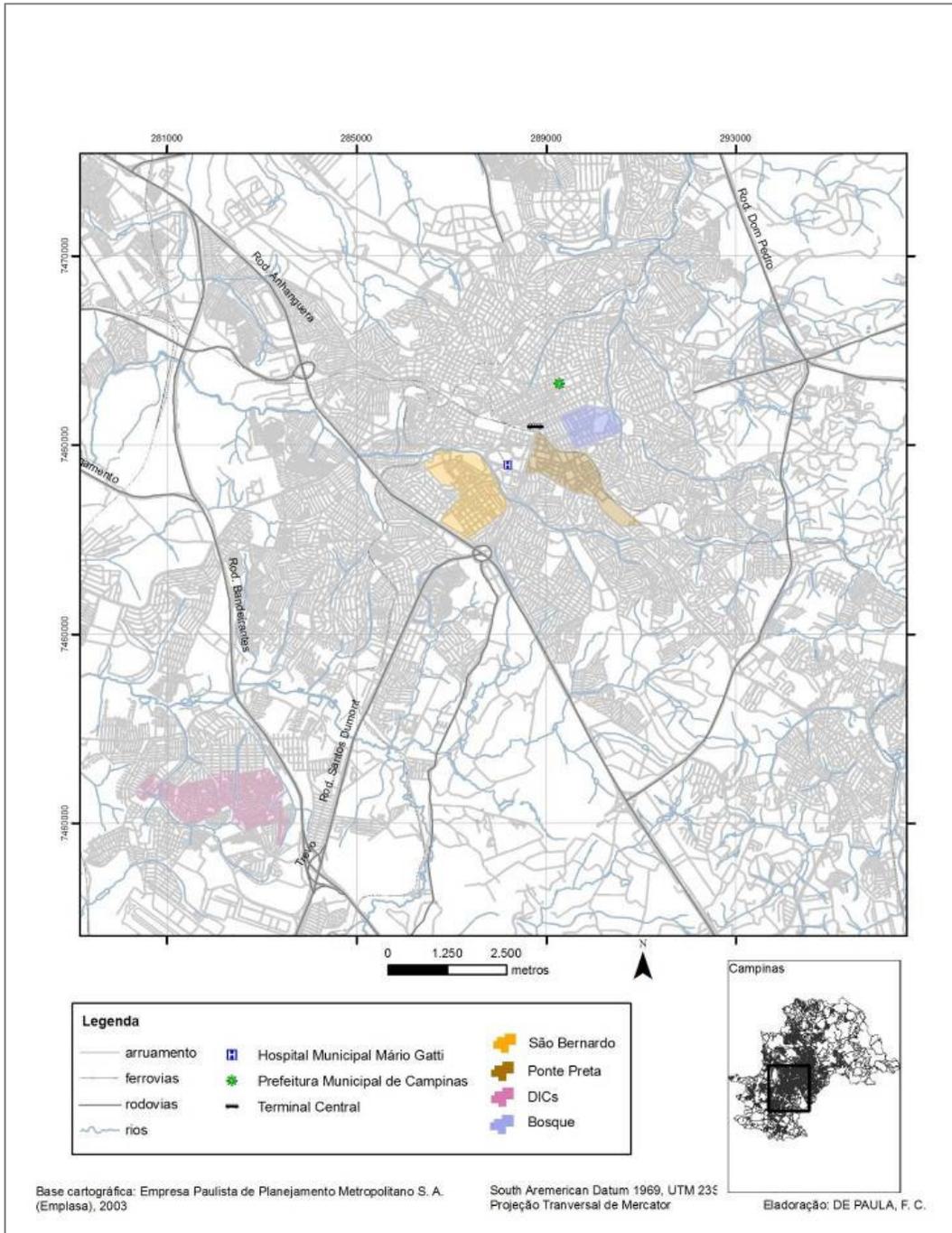
Por um lado, os eventos ocorrem no lugar são matriciados pelo contexto material (singular) deste; mas, como o espaço também é base da vivência do indivíduo, estes eventos (como perigos, por exemplo) também dizem respeito àqueles que ali vivem. Estando presentes na vida das pessoas, esses eventos são significados tanto quanto o próprio lugar. Assim, a categoria lugar, além de se reportar às considerações sobre a localização da fonte de risco, à proximidade de pessoas a esta, ao nível de exposição ao perigo (HEWITT, 1997) também se reporta a como riscos e perigos são internalizados na vida das populações. Questiona, deste modo, a percepção do risco, o julgamento dos indivíduos sobre a extensão de possíveis danos e as tomadas de decisão para mitigá-los, por exemplo.

Nesta abordagem da vulnerabilidade do lugar (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2009), em Campinas, partimos do entendimento de que dentro da cidade o bairro é o centro da experiência urbana. Pois nele está a residência dos indivíduos, local onde se permanece, descansa, recompõe-se e, assim, sendo o espaço que a pessoa experiencia e conhece de forma mais intensa. Bairro é, para aqueles que o vivenciam, lugar. Desse modo, nos voltamos para a discussão de riscos, perigos e vulnerabilidades em bairros de Campinas.

A sequência de pesquisas apresentadas aqui traz três níveis de contribuição para a discussão sobre riscos, perigos e vulnerabilidade.

- (1) A contribuição para o projeto maior com a realização de trabalhos de pequena escala, qualitativos, que versam sobre a concretude da vivência dos riscos, perigos e vulnerabilidade em Campinas;
- (2) Um avanço na discussão teórica sobre riscos, perigos e vulnerabilidades na medida em que movimentam o lugar enquanto categoria (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2009); e
- (3) Como desdobramento, a sequência de pesquisas focando bairros leva ao estudo dessa unidade socioespacial da cidade enquanto fenômeno vivido. Ao compreender fatores que fundam e conformam os bairros (discutida na última pesquisa) clarifica-se o modo como riscos e perigos são contextualizados pelo lugar e, conseqüentemente, como ele tangencia a vulnerabilidade.

FIGURA 1.1
 Mapa de localização dos bairros



Fonte: Elaboração própria.

A escolha dos bairros se deu a partir das possibilidades de temas e situações que cada um deles levantava. A Ponte Preta (próxima ao centro de Campinas) é um bairro antigo, desde a época dos arrabaldes da cidade. Enquanto bairro consolidado, a Ponte Preta recebe pouca atenção no que concerne a questões representativas da vulnerabilidade (muitas vezes em sintonia com as ideias de pobreza, de uma condição socioeconômica fragilizada) em contraponto a bairros com precária infra-estrutura urbana.

O bairro São Bernardo, embora também consolidado, é representante da primeira periferia da cidade (já se discute o estabelecimento de uma terceira periferia de Campinas) e sua configuração territorial atual é marcada pela presença de diferentes classes sociais no mesmo bairro. É uma situação urbana mais complexa, sobre a qual o modelo periferia pobre *versus* centro rico já vem perdendo o sentido. Deste modo, já é possível entrever mais claramente uma ruptura na unidade que a idéia de bairro congrega e a possibilidade de diferentes vulnerabilidades.

Os DICs (Distrito Industrial de Campinas), compostos por conjuntos habitacionais populares, vêm se consolidando desde o final da década de 1970 e representam, dentro do imaginário campineiro, a periferia com população de baixa renda, situada demasiado distante do centro da cidade. Diferentemente dos dois outros bairros, os DICs são muito mais recentes na história campineira e, em um primeiro momento, carregam um quadro de questões mais amplas no que concerne à vulnerabilidade, como, por exemplo, áreas de infra-estrutura urbana mais precárias, a presença de loteamentos advindos de invasões (recentemente legalizados) e outros.

O bairro Bosque é contíguo ao centro da cidade. Está presente na história de Campinas desde o início do século XX. Se antes fora um bairro residencial, onde predominavam as casas térreas, atualmente, após intensa verticalização e adensamento urbano, o bairro é predominado por famílias de classe média-alta, comércio mais sofisticado (atendendo ao padrão socioeconômico dos moradores). Neste bairro está presente um dos principais espaços públicos de Campinas, o Bosque dos Jequitibás; e tanto a presença deste, quanto a localização privilegiada (proximidade com o centro) e

sua configuração espacial fazem com que os moradores do Bosque apontem-no como um dos melhores locais pra se residir, em Campinas. No entanto, o início de prostituição (sobretudo de travestis) e os fatores relacionados a esta atividade colocaram em xeque a tranquilidade, o ideal de segurança e de vantagens de se morar no Bosque: temos aqui a discussão de riscos, perigos e vulnerabilidade em relação a um bairro consolidado e de médio-alto padrão em Campinas.

Mas para abordar o lugar (e discutir a concretude da vivência de riscos e perigos nestes bairros) é necessário um corpo teórico-metodológico específico que permita a consideração da experiência e da intersubjetividade, a apreensão de como as pessoas lidam e pensam o lugar, incorporando o cotidiano e a lógica socioespacial de determinada porção de espaço. Diante disso, nossa abordagem do lugar está inserida na tradição de metodologias qualitativas, na tradição compreensiva e/ou interpretativa, que apreenda como os indivíduos (e suas possibilidades múltiplas de pensar e agir) se relacionam, constroem, visam o objeto de estudo do pesquisador (CHIZZOTTI, 2006; EYLES, 1988; LEY, 1988). Dentro da tradição compreensiva, buscamos como esteio a Fenomenologia.

No contexto da Geografia, são os estudos humanistas que recolocam o lugar enquanto uma categoria chave (RELPH, 1976; TUAN, 1983; HOLZER, 1999). A Geografia Humanista e a Fenomenologia têm em comum a lida com a experiência humana (MARANDOLA JR., 2005a; 2005b; PICKLES, 1985; 1988). Ambas partem do intento de derivar conhecimento a partir da experiência, das relações das pessoas com o mundo, o que torna o trabalho de campo um momento privilegiado de produção do conhecimento e apreensão e reflexão sobre o lugar.

Os trabalhos de campo realizados nas pesquisas se dividem em duas fases: os trabalhos de campo **exploratórios** e, após uma sistematização das informações, revisão bibliográfica e levantamento de hipóteses, são realizados trabalhos de campos **operacionais** (MARANDOLA JR., 2003; 2006; 2008a; 2008b).

Na fase exploratória, o principal objetivo é percorrer o lugar com uma postura aberta (que implica colocar entre parênteses os conhecimentos que se tenha *a priori*), buscando um conhecimento experiencial, sem direcionamentos pré-estabelecidos, para

que o lugar se revele em si mesmo. Assim, ganha relevância a exploração do bairro pelo caminhar e a realização de entrevistas não-diretivas com “os de dentro”¹ para alcançar um conhecimento empírico (atentando para a especificidade da configuração territorial que orienta o lugar) e conjuntivo (na medida em que se congrega na intersubjetividade). A realização do conhecimento do bairro a pé, caminhando por ele, visa a apreensão da paisagem e das dinâmicas que a animam. Paisagem, embora não seja categoria analítica desta pesquisa, é um importante meio para experienciar e compreender o lugar, pois, é materialidade deste (a mesma que é significada, construída, pensada, vivida) (BERQUE, 1998; SAUER, 1998). Enquanto as entrevistas não-diretivas, em que o pesquisador procura não conduzir a entrevista, deixando que o entrevistado fale sobre o que desejar² visam um conhecimento de como as pessoas (tanto enquanto indivíduos quanto como coletividade) se relacionam com a paisagem e, deste modo, fazem o lugar. É importante lembrar que as entrevistas não são diretivas para que, estabelecendo os assuntos das entrevistas, “os de dentro” revelem os elementos que são mais importantes na configuração daquele lugar. Está implícito nestes procedimentos que o conhecimento do objeto de estudo está congregado nele mesmo, na experiência que se tem dele (dada a fluidez sujeito-objeto) (MARANDOLA JR., 2005a). Ir a campo, experienciar e apreender as experiências dos outros dão as bases para um conhecimento empírico e conjuntivo.

Este conhecimento empírico e conjuntivo é sistematizado na forma de diários de campo: descrições minuciosas e livres de cada trabalho. Estes se tornam ponto de partida para o desenvolvimento do estudo, pois são as descrições que irão apresentar o lugar enquanto fenômeno vivido, o material bruto da pesquisa, servindo de base para a compreensão e reflexão.

¹ Os conceitos *insider* e *outsider* utilizados por Buttimer (1980) foram vertidos, aqui, para “os de dentro” e “os de fora”. Os conceitos fazem referência ao grau de envolvimento dos indivíduos em relação, no caso, ao lugar que é objeto de estudo; os *insiders* são aqueles que conhecem o lugar, sua dinâmica, que o experienciam, em contraponto, *outsider* são aqueles que não o conhece o lugar intimamente (ELIAS, 1994).

² A entrevista se assemelhará mais a uma conversa e o entrevistador pode inserir um ou outro tópico de interesse nesta. É também denominada entrevista não-estruturada (ALVES-MAZZOTI, 1998).

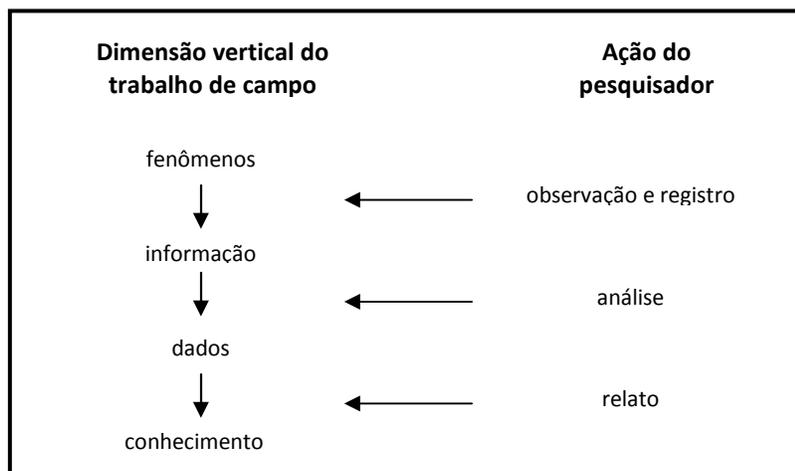
Após os trabalhos de campo exploratórios, vem a realização de tratamento das informações neles colhidas – principalmente na forma de releitura dos diários de campo, levantamento, discussões e problematizações acerca do que foi apreendido. São particularmente importantes os elementos que, no caso, nos direcionam para a compreensão da experiência do bairro. Estes procedimentos se enquadram no conceito de **arqueologia fenomenológica**. Trata-se de uma reflexão regressiva (na medida em que caminha de concepções construídas, mas que já figuram como pré-concepções, para as essências destas construções) em relação aos processos que orientam o fenômeno, buscando traços que lhe são inalienáveis (intersubjetivos), que caracterizam o fenômeno universalmente (ALES BELO, 1998; MARANDOLA JR, 2005a).

A arqueologia fenomenológica é o procedimento epistemológico, portanto, da pesquisa, o qual permite levantar questões a partir dos procedimentos operacionais. O produto dos trabalhos de campo exploratórios são investigados à luz da bibliografia pertinente, iluminados pela experiência de campo e do primeiro processo de escavação.

Realizada esta etapa, retorna-se ao campo, que ganha um caráter mais operacional. Tendo os dados já trabalhados e as hipóteses levantadas, o trabalho de campo tem uma postura mais diretiva, na busca de refinar as primeiras considerações. Ao invés da exploração livre, o campo se concentra em locais específicos dos lugares e as entrevistas são retomadas, ambos com o objetivo de cercear elementos que se relacionem, direta ou indiretamente, com as hipóteses levantadas. Estes trabalhos de campo operacionais também são exaustivamente descritos e refletidos; com seus resultados direcionando já à compreensão do objeto de estudo.

O quadro a seguir, elaborado a partir das fases da pesquisa de campo colocadas por Junker (1971), ajuda a sintetizar as etapas deste.

FIGURA 1.2
A ação em trabalho de campo



Fonte: Adaptado de De Paula; Marandola Jr. e Hogan (2005).

A observação se dá nos trabalhos de campo exploratórios e operacionais; o registro está na forma dos diários de campo; a arqueologia fenomenológica (descrição) transforma a informação em dados para a pesquisa. Conhecimento e relato constituem o próprio produto final de toda a ação.

Para além destas etapas sistemáticas, no entanto, é evidente que o vai-e-vem entre cada momento é contínuo e a ordenação se prende apenas a uma exposição sistemática. No entanto, se há uma ordem importante a ser observada quando se trata de uma investigação de orientação fenomenológica, é o esforço por colocar entre parênteses, ou seja, de “suspender” os conhecimentos prévios para que o objeto possa se revelar em si mesmo. É uma abertura necessária para um método compreensivo que não busca o particularismo, mas a manifestação dos fenômenos neles mesmos (HEIDEGGER, 2002).

Enquanto caminho, portanto, a fenomenologia enriquece as possibilidades de conhecimento da dinâmica população-lugar à medida que permite abordar a heterogeneidade interna desta relação. O que é um pré-requisito básico para pensar a vulnerabilidade sem reduzi-la a variáveis externas previamente definidas (MARANDOLA JR., 2009).

2. PONTE PRETA: DE PERIFERIA A BAIRRO DE PASSAGEM

Ponte Preta é um bairro antigo, predominantemente residencial, do início do século XX. Em seu início fora fronteira entre o urbano e o rural campineiro. Próximo do centro de Campinas, o bairro já atraía a população por ter em seus limites o Cemitério da Saudade (transcendendo o bairro) e a Igreja Santo Antônio. Assim como o fato de ser bairro que referencia o homônimo time de futebol.

O processo de urbanização viria resultar na mudança do “papal” da Ponte Preta dentro do município na proporção em que a fronteira urbano-rural foi avançando para além do bairro. Com a expansão da cidade a Ponte Preta deixa de ser o “fim do caminho”, o destino último do bonde, para ser bairro de ligação entre o centro e outros bairros: um bairro de passagem.

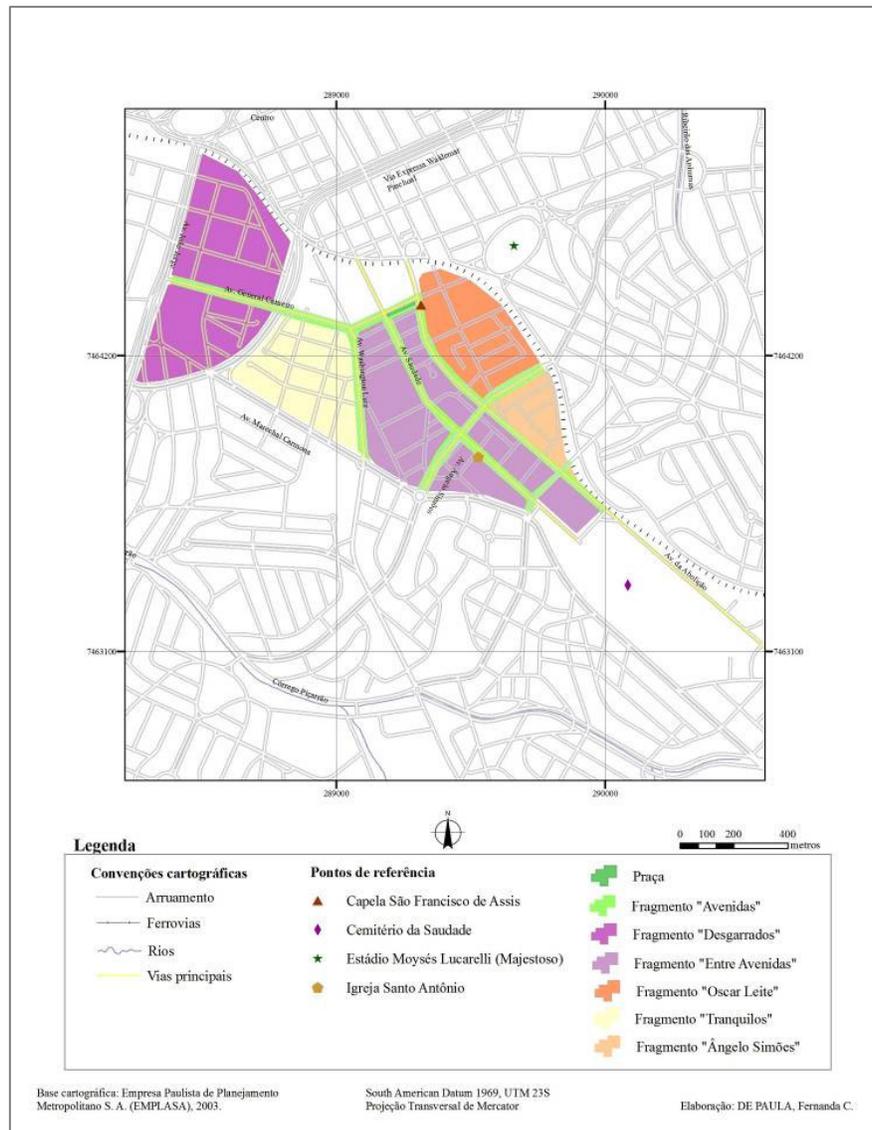
É esta característica que vai dar as cores da paisagem da Ponte Preta no seu dia-a-dia. Suas avenidas e ruas possuem um tráfego constante (de carros, ônibus, pessoas, motos, vans), intensificado nos horários de pico. As vias de passagem atraem serviços (com a presença de residências rareando): agências bancárias, mercados, as lojas de móveis, oficinas, lanchonetes, autopeças, escola, loja de material de construção contribuem para a intensificação da movimentação do bairro, da passagem, da confluência.

Viver esta paisagem é ter a vida consoante aos ritmos do tráfego (de pessoas, de veículos). O tráfego implica uma caracterização sonora, visual, tátil, definindo o ambiente; um dos meios para acessar a experiência que se concretiza nesse bairro-lugar.

As dinâmicas do bairro Ponte Preta não é exatamente o mesmo no decorrer do dia, da semana, do ano; o que nos leva a considerar sua sazonalidade. Embora enquanto bairro a Ponte Preta pudesse apresentar uma unidade de paisagem, essa não é

exatamente a mesma ao longo do bairro: a fragmentação de sua paisagem que se revela em diferentes lugares.

FIGURA 2.1
Mapa Ponte Preta



Fonte: Elaboração própria.

2.1. Pontes Pretas

Que é bairro? O dicionário diz que bairro é cada uma das partes principais em que se divide uma cidade. Esta definição institucionaliza o conceito no cotidiano. Entretanto, queremos ir mais longe: como se dão as fronteiras de um bairro? Como elas surgem, são

definidas, vividas? Qual a diferença entre viver no interior ou junto às fronteiras do bairro? Como o indivíduo se relaciona com ele?

A definição de bairro indica uma coesão intrínseca na medida em que se faz uma delimitação das partes de um todo (e esta delimitação funda fatores comuns que unem certa porção do espaço). Institucionalmente, esta coesão adviria desde a fundação: o loteamento de uma determinada área em um determinado período; mas o processo de consolidação de um bairro está longe desta causalidade. A Ponte Preta é fruto da unificação de várias vilas, talvez, essas sim uma unidade socioespacial no período de ocupação.

José³ (tem barbearia na Avenida Abolição, mas mora, hoje, no bairro Cambuí), que vive a Ponte Preta há mais de 50 anos, viveu-a quando ainda os nomes das vilas faziam parte do cotidiano: a Vila Elza, ele exemplificou, seria “ali embaixo”, na área da rua Oscar Leite. Vanessa, que criou os filhos e agora vê crescer os netos na mesma casa na Ponte Preta, comentou sobre a “vila dos apertados”. João, morador do bairro, elucidou que os nomes das vilas correspondem aos nomes das filhas do dono da fazenda que compreendia a área onde elas se situavam. João explicou, ainda, que o que ocorreu foi a formação de um bairro-mãe a partir da unificação das vilas que, aponta (se não mais legitimadas através de mapas do município) persistem mediante a insistência dos moradores mais antigos em se diferenciarem da Ponte Preta e exigirem o uso dos nomes das vilas antigas nas publicações do jornal do bairro.

Por que bairro Ponte Preta em detrimento das vilas? O que dá a coesão socioespacial ao bairro? Seria o time? Ele veio antes ou depois do bairro? Um destes teria tido o nome derivado do outro? Eles se relacionam?

Quanto a uma inter-influência bairro-clubes José nos deixa entrever que ela existe. José é bugrino, mas deu a entender que torcer pela Ponte Preta era inevitável na medida em que se vive no bairro: o espaço (lugar-bairro) condicionando a afeição (o favoritismo pelo time). Bairro e time tiveram o nome derivado da ponte. Nos idos em que as pessoas

³ Todos os nomes dos entrevistados são fictícios.

pegavam o bonde para o centro de Campinas na porta de suas casas (início do século XX), uma ponte que passava por cima do trilho do trem era a principal via que interligava bairro e centro da cidade. A ponte era branca e foi escurecendo, progressivamente, com a fumaça lançada pelo trem que passava por baixo. A unidade do bairro (realizada, talvez, de baixo para cima) teria vindo do relacionamento de vários indivíduos com a ponte? Do fato de ela simbolizar e/ou singularizar a área para além do trilho, a fronteira urbano-rural da cidade?

Este seria um processo plausível, principalmente, se for considerado que elementos da paisagem são, geralmente tomados como representação de um lugar. A paisagem conforma perspectivas; de acordo com Tuan (1983), os lugares podem se fazer visíveis por vários meios, pois, a vista só é capaz de abarcar uma cena e, então, pontos significantes da paisagem ganham *status* de limite. Em representação dos limites do bairro por aqueles, apreende-se claramente o que eles tomariam hoje como o **centro** do bairro (como disse José) que, então, o caracteriza. Deste centro, tem-se pontos da paisagem, inegavelmente, apontados como pertencentes à Ponte Preta: o Cemitério da Saudade, a Igreja Sto. Antônio, a Capela São Francisco de Assis, o Senai, a Praça das Águas.

Há um duplo movimento (fluido) para a delimitação do bairro: um pelos “os de fora” do lugar e outro pelos “os de dentro” do lugar.

Sobre “os de fora”, João nos auxilia na compreensão deste movimento. Ele aponta que a confusão sobre os limites do bairro adviria do fato das pessoas de fora considerarem que as principais avenidas do bairro nascem neste, sendo que para João elas não nascem. Isso explicaria porque muitos afirmam que o bairro da Ponte Preta se estende até a Avenida João Jorge, onde nasce a Avenida Gal. Carneiro. Assim, entende-se que, em relação aos “de dentro”, os limites da Ponte Preta se baseiam em uma inferência (inconsciente) de locais que de alguma forma se relacionam direta e fisicamente ao centro do bairro.

Dos que moram nas imediações do centro de Campinas, a linha do trem é um limite definitivo a separá-los da vivência da área do outro lado dos trilhos. Enquanto a oeste, o fluxo do tráfego pelas avenidas (que conduzem o tráfego para o centro do bairro)

parece fundamental para delimitar/reconhecer a área como Ponte Preta. Temos que alguns dos “de dentro” não titubearam em apontar a Avenida João Jorge como limite entre a Ponte Preta e a Vila Industrial; no entanto, Sabrina, que mora na Rua Dr. Sales de Oliveira afirma que o bairro onde mora é a Vila Industrial. Mas ela atenta que correspondências que chegam a sua casa têm endereços conflitantes: a casa é localizada como pertencente à Vila Industrial tanto quanto à Ponte Preta.

Soraia não costuma freqüentar o centro da Ponte Preta e, quando se refere à Praça das Águas, todos os seus gestos e tom de voz indicam a praça como algo muito distante. Em relação ao centro da Ponte Preta, Sabrina age como uma de fora; embora outros moradores do bairro (entendendo a Avenida João Jorge como limite) apontem que a área onde ela mora é, também, Ponte Preta. Que dinâmicas fazem com que moradores entendam que até a Ponte Preta se estenda até Avenida João Jorge enquanto há aqueles que entendem que perto da avenida não seria Ponte Preta? Da onde deriva a existência de uma unidade representada pelo nome Ponte Preta, mesmo que dentro desta há áreas diferentes entre si?

A confluência àquela mesma parcela da paisagem (polarizada pela Praça das Águas) une “os de dentro”, pois é por ali que eles têm de passar de carro para ir ao trabalho ou para ali que se dirigem para pegar o ônibus ou para comprar o pão francês para o café da manhã. Este local, que para todos é um lugar, se torna centro e oferece a eles uma paisagem que corresponde ao nome do bairro em que moram. Contudo, explorar o bairro da Ponte Preta revela que a coesão se dá ali, a experiência comum que talvez leve à identidade, e permita a existência de diferentes vivências/dinâmicas/cotidianos em áreas menores que o bairro, a se unirem ao centro. Aqueles que se sentem pouco ligados a este centro, como Sabrina, tendendo a não considerar sua área como pertencente a este bairro.

Isto implica, claro, em diferentes modos dos de dentro verem uns aos outros e diferentes modos de experienciar o bairro como um todo. Assim, as diferentes paisagens que falam de diferentes dinâmicas ao redor do centro são então entendidas

como **fragmentos** do bairro. Até o presente momento, foram identificados os seguintes fragmentos:

- Fragmento “Oscar Leite”
- Fragmento “Avenidas”
- Fragmento “Entre Avenidas”
- Fragmento “Desgarrados”
- Fragmento “Tranqüilos”
- Fragmento “A leste da Ângelo Simões”
- Fragmento “Ala Mais Nova”

As paisagens dentro do bairro, entre os fragmentos, são distintas, fruto das pessoas que as animam, mas que no mesmo movimento as limitam. Contudo, tem-se que a variação da paisagem não se limita só espacialmente, mas, também, temporalmente. É dentro desta proposição que se deslinda o item a seguir.

Sazonalidade da Ponte Preta

Na realização do trabalho de campo percebeu-se que atravessar de uma calçada a outra a Rua D. Maria Soares (que liga a João Jorge à Gal. Carneiro) é diferente às 8:00h e às 15:00h. No horário de pico da manhã há um tráfego intenso, há barulho, fumaça; às 15:00h o tráfego é constante, mas não intenso como nos horários de pico – esperar o sinal verde do semáforo de pedestre já não parece tão necessário para atravessar a rua.

Esta mesma variação se estende pelo bairro, pelas avenidas e ruas que se fazem, singularmente, vias de passagem. A sazonalidade diária da paisagem consoante (explicitando suas características de bairro de passagem), de segunda-feira a sábado, com os horários comerciais – pessoas, carros, ônibus indo da periferia para o centro da cidade ou realizando o caminho inverso; os funcionários e clientes dos diversos estabelecimentos comerciais a irem e voltarem; crianças e adolescentes saindo da/indo para a escola.

Associada a esta sazonalidade diária está a semanal. Um de fora acostumado a freqüentar a Ponte Preta durante a semana vai encontrar outro bairro ao percorrê-lo domingo à tarde ou em feriados: lojas e afins estão fechadas, as ruas e avenidas desertas,

a passagem de veículos é esporádica. Esta mudança temporal da paisagem vem caracterizar o bairro de passagem que, durante os dias úteis, revela um ambiente de centro, diferente de domingos e feriados, quando a tranqüilidade suscita a imagem de local íntimo que a ideia bairro pode carregar.

No que concerne a feriados para refletir sobre a sazonalidade do bairro, é necessário chamar atenção para aqueles que são significativos ou não para a Ponte Preta. Esta significância tem laço direto com o bairro na medida em que estão ligados determinados lugares, os quais pertencem/caracterizam/singularizam a Ponte Preta.

FIGURA 2.2
Avenida da Saudade



Foto: Eduardo Marandola Jr. (2004).

FIGURA 2.3
Avenida da Abolição



Foto: Eduardo Marandola Jr. (2004).

Nos feriados não significativos tem-se uma movimentação semelhante a de domingos (bairro deserto). Em contraponto, pode-se citar os feriados significativos: o Dia das Mães, quando, notou Almerinda, o movimento nas bancas de flores (ao lado do Cemitério da Saudade) aumenta significativamente; o Dia de Finados, com uma confluência de visitas das pessoas aos túmulos, quando o movimento é significativo tanto por haver dois cemitérios no bairro, quanto por estar ali o cemitério mais tradicional de Campinas (o da Saudade); o Dia de Sto. Antônio, com a Igreja Santo Antônio atraindo devotos e manifestações de fé; dias de jogos do time Ponte Preta também são, flagrantemente, significativos para o bairro (pela proximidade com o estádio, pela ligação íntima entre bairro e time).

A paisagem varia, assim, ao longo do tempo: durante o dia, a semana, o ano. O quanto o tempo é cíclico é o tanto que a paisagem é cíclica. E a percepção desta flui, levando a uma determinada experiência do lugar.

2.2. Os Fragmentos

Como já dito, os fragmentos orientam a experiência da Ponte Preta. Se seu centro é o local de experiência de todos, os fragmentos são mais particulares e vão se somar à

experiência do centro do bairro para caracterizar a experiência do todo. Foram identificados os seguintes fragmentos:

Fragmento da “Oscar Leite”

Seus limites (sempre fluidos) vão envolver a Rua Oscar Leite, a Rua Álvaro Ribeiro, a Rua Ângelo Simões e a linha do trem. José chamou este de lugar “mais tranquilo”, onde estariam um “povo mais relaxado” e onde eu poderia encontrar crianças brincando nas ruas. Realmente, as encontramos; não só crianças, mas também moças sentadas no portão em frente as suas casas, conversando, garotos andando pela rua com roupas modestas e chinelos nos pés, portas das casas abertas a deixar entrever o aconchego do começo da tarde com o som da novela que passa na televisão, casas com as janelas abertas e com os rádios ligados – as músicas invadindo a rua.

Sair da Abolição, caminhar pela Rua Vitoriano dos Anjos e alcançar a Rua Oscar Leite é sair da agitação do centro da Ponte Preta para cair em um bairro à parte. Um número considerável de casas abandonadas, casas antigas necessitando de reforma, lixo nas ruas, calçadas descuidadas, pouco movimento de carros, som da televisão das casas audíveis na calçada, asfalto esburacado. Um dos poucos lugares onde se pode encontrar um grupo de pessoas sentadas na calçada, conversando; famílias saindo das casas para passear; vizinha entrando na casa de vizinha. A Rua Oscar Leite depois da Rua Vitoriano dos Anjos (vertente acima) tem casas melhores e diminui a quantidade de casas abandonadas. Nas ruas perpendiculares, em direção à Avenida Abolição, como as ruas José Dias Leite e Aurora Campineira, por exemplo, há casas relativamente maiores e de bonito aspecto. E o aspecto mais cuidado de casas e rua vai se tornando predominante na medida em que se sobe a Rua Oscar Leite (sentido sul).

Este fragmento seria o único a apresentar uma paisagem que mais se assemelha (pelo relativo abandono, pelo comportamento das pessoas, pelo poder aquisitivo

adivinhado através das aparências, por ser visto como *locus* de violência⁴ etc) a bairros periféricos de Campinas.

Fragmento das “Avenidas”

Chamamos de Fragmento das Avenidas as residências que se localizam nas avenidas e ruas mais movimentadas, com maior tráfego: Avenida da Saudade, Avenida Abolição, Avenida Gal. Carneiro, Rua Álvaro Ribeiro, Rua Ângelo Simões. Cremos que morar nestas, como apontou José que tem uma *kitnet* na Avenida Abolição e morou por tempo considerável nesta, implica em conviver com barulho constante do trânsito, fumaça de automotores, poeira, cinzas.

Estariam mais sujeitos a esses aspectos negativos os moradores de casas? Como as duas senhoras que, comentou João, moram em um casarão na Avenida da Abolição e que tem um ponto de ônibus junto à janela delas; sofrem, além do já citado, com as pessoas que à noite, esperam o ônibus e se põe a bater nas suas janelas, gritar ou consumir entorpecentes. Os moradores de edifícios se situam nestes locais, mas de uma maneira ou de outra, estão mais afastados dos fatores advindo do alto movimento das vias; estão mais afastados do espaço público, o qual faz o bairro.

Viver no Fragmento das Avenidas é ter o cotidiano diretamente influenciado pelo fluxo das pessoas e veículos, conviver com o frenesi da centralidade.

Fragmento das “Entre Avenidas”

Identificamos como “Entre Avenidas” a área das ruas perpendiculares à Avenida da Saudade e à Avenida Abolição, as ruas entre estas. Quem mora ali tem todos os benefícios da proximidade com as grandes avenidas: os serviços que elas oferecem, a proximidade com o centro do bairro. Entretanto, as pessoas que moram nessas áreas também se

⁴ Passando de carro com um amigo pela Ponte Preta pergunto, interessada, se ele já havia ido até a área da Oscar Leite. Ele (morador do Proença desde meados dos anos 1990) responde que prefere evitar “aqueles lados”, pois, são muito violentos. Dada a aparência da área ou por que teria sofrido alguma “violência” ali?

beneficiam de certa tranqüilidade em comparação com aqueles que moram em casas que se situam nas avenidas propriamente ditas (Fragmento das “Avenidas”).

Por exemplo, ir à casa de Seo Francisco e Dona Maria é caminhar pela “tumultuada” Avenida da Saudade e, depois, entrar em uma rua tranqüila de paralelepípedo, com poucas residências. A partir da casa desse casal, pode-se inferir como é viver lá: a cozinha clara, com porta para o quintal aberta, dando para ouvir os balbucios do bebê da vizinha. A intimidade dada pela proximidade das casas (fruto de suas arquiteturas), pelo estado (em relação às avenidas) deserto das ruas. Vivem longe (ambientalmente) e perto (fisicamente) do frenesi das avenidas.

Fragmento “A leste da Ângelo Simões”

Das áreas junto ao trilho, a Rua Ângelo Simões vai surgir como um limite, separando diferentes paisagens. Neste fragmento o ambiente de tranqüilidade persiste, mas diferente do Fragmento Oscar Leite, do Entre Avenidas. Nesta parte (ao longo da linha, entre a Rua Ângelo Simões e a Avenida Abolição) vê-se casas relativamente novas, anos 80 e 90. As ruas calmas, com várias árvores frondosas, barulho de grilos, de pássaros. Um parquinho aconchegante e relativamente abandonado do lado do trilho. É diferente do lado de ‘lá’ da Avenida Ângelo Simões (a oeste), deste lado as casas são mais novas, apenas um endereço comercial: um galpão anos 50, 60. Se o fragmento da Oscar Leite pode suscitar a imagem de periferia, o Entre Avenidas suscita a de um bairro calmo de classe média, a paisagem, as formas das casas, nos fala de um poder aquisitivo maior.

Fragmento “Desgarrados”

Este abrangeria a área limitada pela Avenida João Jorge, a Via Expressa Waldemar Paschoal, a Avenida Gal. Carneiro e a linha do trem. Essa área se assemelha a uma região comercial esquecida (não abandonada), com armazéns de indústrias da década 50/40 ou antes, reformados ou não, ruas com paralelepípedos, ruas sem saída, casas estreitas, pequenas oficinas e afins, terrenos abandonados, alguns edifícios (década 80, mas todos mais próximos da Avenida João Jorge). Sabrina afirma que os endereços residenciais, ali,

são poucos, exemplifica mostrando que perto de sua casa só tem duas residências familiares, o resto é oficina e afins. Sabrina: “À noite é tudo parado... parece um cemitério”.

Ao mesmo tempo em que este fragmento é incluído nos limites da Ponte Preta pelos “de fora” do fragmento, “os de dentro” mostrariam uma ligação mais tênue com o centro da Ponte Preta. Viver neste fragmento é estar, a pé ou de carro, muito mais próximo do centro de Campinas (através da Avenida João Jorge) do que da Ponte Preta. É, também, viver longe e perto da agitação urbana (das avenidas, de seus veículos e pessoas, do centro de Campinas tanto quanto do centro da Ponte).

Fragmento “Ala mais nova”

Ao atravessar a Avenida Gal. Carneiro, saindo do fragmento “Desgarrados” entra-se em uma área mais nova, delimitada por: Avenida Gal. Carneiro, Avenida João Jorge, Avenida Waldemar Paschoal e a Avenida Marechal Carmona. Este se caracteriza pela presença de galpões (dos anos 30, 50 e de hoje) na Rua Guarapes; na esquina desta um antigo galpão se transformou em uma filial de uma rede conhecida de varejão de frutas, verduras e legumes. A Rua Gabriel Penteado tem toda sua extensão leste tomada pelo muro do 8º Batalhão de Polícia Militar. E junto à via expressa há uma ou outra rua sem saída, formando “cantos”, predominados por casas dos anos 80. As ruas são sempre vazias, há um movimento maior de pessoas e veículos nos arredores do varejão.

A paisagem deste fragmento fala de um loteamento posterior ao do fragmento a sua frente, do outro lado da Rua General Carneiro.

Tem-se neste fragmento um bairro calmo, que não é cortado por vias de passagem (como o fragmento “Desgarrado”), com uma enorme praça vazia (mesmo aos sábados à tarde). Um lugar deserto, sem o trânsito dos moradores (que no fragmento Oscar Leite fala sobre intimidade: entre as pessoas e destas com o lugar).

Sobre a ligação deste fragmento com o centro da Ponte Preta, pode-se aventar que a Marechal Carmona oferece novas opções de confluência dos “de dentro” desse

fragmento, não privilegiando tão intensamente a ida ao centro da Ponte Preta ou de Campinas.

Fragmento “Tranquilos”

Área entre a Avenida Saudade, Gal. Carneiro e Rua Álvaro Ribeiro e Avenida Marechal Carmona. O que caracteriza esse fragmento é a quantidade menor de casarões (da primeira metade do século XX); no mais, ele também carrega certa tranqüilidade, mas não é arborizado como o fragmento “À leste da Ângelo Simões”, nem possui aquele ar de intimidade no meio do espaço público (as ruas) como no fragmento Oscar Leite.

Ao caminhar por este fragmento observam-se vários galpões um ao lado do outro (anos 70, mais novos do que os da região da Praça Matarazzo), casas anos 80 (em nível mais baixo que a rua), a vertente já apresentando inclinação mais acentuada em direção ao vale do Piçarrão, direção que leva à Avenida Marechal Carmona. Na Rua Gal. Setembrino Carvalho: casas anos 80, com um lado da rua ocupado por muros enormes (do colégio D. Barreto e do convento). Na Rua Vitoriano dos Anjos: condomínios de edifícios, (relativamente) muitos prédios, casas da década de 80, 70. Justamente no ponto onde se concentram esses edifícios, o fluxo de automóveis é considerável. Onde não há esse fluxo, o fragmento vai se assemelhar com as características do fragmento dos “Ala mais nova” (ausência dos moradores nas ruas ou na frente das casas, lugar deserto, casas anos 80)

* * *

Devemos mencionar também que os condomínios e edifícios, bastante presentes na Ponte Preta, mantêm-se relativamente à parte desses fragmentos. Os edifícios e condomínios de edifícios oferecem espaço para o convívio de seus moradores, primando por uma fruição do lugar dentro dos seus muros.

Mas, sobre o todo, temos que o bairro, esta unidade espacial institucionalizada, é fragmentada por diferentes paisagens e lugares, que falam de diferentes pessoas, estilos de vida (GIDDENS, 2002). Mas também de identidades que se unem na experiência comum do que seria o centro do bairro.

E é pensando nesta experiência comum da Ponte Preta que se torna possível aventar a relevância da Praça das Águas (no centro do bairro: entre a Avenida Abolição, a Avenida da Saudade e a Rua Álvaro Ribeiro). Essa praça enquanto local de potencialização da experiência comum.

2.3. Praça das Águas

“Uma bosta!” – exclamou João, rindo, respondendo a minha pergunta sobre o que ele achava das Praças das Águas.

A Praça das Águas foi recentemente (em relação à escala temporal do bairro) inaugurada na Ponte Preta (em 2004). Este espaço foi, literalmente, aberto em detrimento do recuo do terreno da Sanasa no quarteirão (que ‘pertence’ à empresa), a qual tem um contrato em conjunto com a prefeitura para a manutenção da praça.

Houve um concurso para o estabelecimento da arquitetura da praça e, de acordo com os conversantes, houve pouca (ou nenhuma) participação dos moradores do bairro na escolha do projeto. O qual, de acordo com João, José e a filha de Vanessa não foi inteiramente implantado.

Do estabelecimento do projeto vencedor tem-se: uma praça cinza, o cinza dado pelos pisos, pelo muro que separa a Sanasa da praça, pelos pisos que revestem a pequena escada, os bancos. Estes somam o total de doze, todos na direção norte-sul, blocos retangulares, sem encostos, cinzas, de diferentes comprimentos. Junto ao muro que separa praça e Sanasa há um espelho d’água (de menos de um metro de profundidade), com contornos arredondados e abertos (uma das poucas linhas suaves da praça). O fundo do espelho d’água é coberto de seixos, com algum lodo, os cantos com a superfície acumulada de lixo, sujeira (neste ponto, bastante agressiva esteticamente). Dentro do espelho d’água, a oeste, um canteiro alto comporta uma árvore solitária, frondosa (transplantada do terreno da Sanasa). No canto sudoeste da praça, uma pequena construção, pintada num padrão de branco e azul (com data de 1871, ano da instalação do primeiro reservatório de água de Campinas, ali, na Ponte Preta) se destacando pelo padrão de cor e semelhança arquitetônica com a Capela de São Francisco de Assis (na

Avenida Abolição), visível de qualquer ponto da praça. No centro da Praça das Águas, entre os bancos e o espelho d'água, há uma fileira de pisos com orifícios ordenadamente distribuídos que, em certos dias e determinados horários, esguicham água: um chafariz (alegria das crianças).

Na praça nada é restrito ou se opõe às pessoas: não há qualquer placa assinalando a não permissão de se sentar no pouco de grama, de pular dentro do espelho d'água ou caminhar por entre o chafariz em pleno funcionamento; não há cercas. Excetua essa irrestritividade alguns obstáculos de pouca altura, postos do lado da Avenida Abolição para evitar a entrada de veículos civis e alguns pedaços compridos e finos de piso a dividir os assentos e talvez, impossibilitar as manobras de patins e *skate*.

Associada a esta paisagem reclamações não faltam: o piso quente da praça a repelir as pessoas, a ausência de assentos mais confortáveis, de sombra, a falta de um espaço especialmente destinado para crianças, as formas atraindo a prática do *skate* e do patins (atraindo garotos que são enviesadamente vistos pelos outros moradores). Mas, há concordância de que um espaço aberto, de convivência, era necessário ao bairro e a praça supre, pelo menos quantitativamente, esta necessidade.

FIGURA 2.4
Praça das Águas



Foto: Eduardo Marandola Jr. (2004).

Envolvida pelo (e caracterizando o) centro da Ponte Preta, a Praça das Águas está rodeada pelo ritmo frenético dado pelas vias de passagem e, desta forma, ela vem significar liberdade, ponto de encontro, pausa; por exemplo: para avó que, de manhã, se sentou no banco com a neta pequena, dispostas a fruir o momento; para o moço solitário, andando de *skate*, exercitando uma fuga de sua rotina para fazer algo que realmente gosta (exaurindo o corpo, esvaziando a mente); para missionários que se sentaram para descansar, espremidos em um pouco de sombra; para pai e o filho pequeno que esperavam um parente; para o menino solitário, alisando sua bola de futebol, esperando seus amigos ou de outro, andando sozinho de bicicleta também esperando seu companheiro; para o homem que passeia com seu cachorro. Permite a pausa. No trabalho de campo realizado, a Praça das Águas figurou como um porto, local a permitir o “pausar”, permitia o observar descuidadamente (ou não) o arredor, refletir, rabiscar o caderno, anotar observações, esboçar desenhos no caderno, pensar no que fazer, viver o bairro.

No entanto, mesmo posto a singularidade da Praça das Águas na Ponte Preta, aquela é, relativamente, pouco freqüentada. As pessoas passam de manhã com suas sacolas de pães, ou a se dirigir para o ponto de ônibus na Avenida da Saudade; pode-se encontrar uma ou outra pessoa ao passar pela praça durante o dia, de segunda-feira a sábado, mas há grandes chances de não encontrar ninguém ali. No domingo à tarde a praça deserta, rodeada pelas vias desertas (sem pessoas, sem carros, sem ônibus) pode acarretar em uma pessoa sozinha, sentada na praça, a sensação de vulnerabilidade, medo (como aconteceu em campo). Contudo, no mesmo domingo, grupos diferentes de adolescentes se reuniram ali.

Há uma sazonalidade diária e semanal da Praça das Águas, também orientada pelas vias de passagem e sua dinâmica. Haveria, também, uma sazonalidade diária orientada pelas estações do ano: a agradabilidade da praça quando o sol dá uma trégua à tarde ou quando em um dia de verão o chafariz é ligado e as pessoas a acorrem para praça; nas temperaturas baixas mais rigorosas do inverno é possível que os bancos, sem sombras, sejam um convite para uma pausa sob o sol. Pois, afinal, uma praça é um espaço

público destinado a se tornar lugar. E é sobre este processo (do espaço público ao lugar) que nos detemos a seguir para pensar a Praça das Águas.

2.4. Espaço público-lugar: a Praça das Águas

Recorrendo novamente ao dicionário, buscamos a palavra praça e temos: lugar público largo e espaçoso rodeado de edifícios. Junto desta qualificação, várias outras que, basicamente, falam de significados que expressam o uso de um local acima caracterizado (estacionamento, por exemplo). No contexto da discussão posta aqui, praça remete a local público espaçoso cercado de edifícios e destinado, principalmente, ao usufruto de qualquer pessoa para lazer, convívio, socialização. E, temos que, quando postas em prática, essas atividades elevam o local público ao *status* de lugar (o espaço distinguido pela relação íntima do indivíduo com uma porção do espaço).

A Praça das Águas poderia ser chamada de um lugar inautêntico, produzido por uma alugaridade (*placelessness*), ou seja, por processos externos e desconexos da identidade do lugar (RELPH, 1976). A Praça das Águas potencialmente foi ou é para muitos, ainda, um lugar inautêntico.

Mas o alugar pode se transformar em lugar: Mello (1996) quando fala que símbolos (objeto espacial que por si só remete a um todo, seu todo) impostos podem ser assimilados; portanto alugares (utilizado por ele como deslugar) “[...] podem assumir o grau de lugar se vividos/queridos/idolatrados” (MELLO, 1996, p.69). A relativa ausência dos dentro na Praça das Águas nos remete a alugar (uma porção/elemento espacial impessoal, imposto). Dessa relação para uma relação topofílica existe uma gama infinda de eventos/fatos que podem levar o indivíduo a se aproximar desta porção de espaço aberto. Tuan (1983, p.158) dizia sobre esta passagem de lugar não significado para a lugar:

Na hora não dizemos “é este”, como fazemos ao admirar objetos de notória ou reconhecida beleza. É somente quando refletimos que reconhecemos seu valor. Na hora não estamos conscientes de nenhum drama; não sabemos que acabamos de plantar as sementes de um sentimento duradouro.

Levando a apreciação ou repúdio – sendo que, quando a relação do indivíduo com o lugar é caracterizada pela apreciação temos o conceito de **topofilia** e quando caracterizada por repúdio temos a **topofobia** (TUAN, 1980).

A Praça das Águas, para “os de dentro” não pode ser alugar (a não ser, por exemplo, para Sabrina), na medida em que não tivemos expressa uma não-relação com essa determinada porção do espaço. Na fala dos conversantes, a praça assoma, muitas vezes, como um lugar topofóbico, derivado do seu caráter de **estar** alugar. Ao mesmo tempo em que é um espaço aberto desejado, se configura uma paisagem imposta. Cabe a pergunta: imposta a quem? Imposta a quais vontades, gostos?

Yi-Fu Tuan fala sobre espaço arquitetônico, o espaço construído (o meio ambiente construído que vai implicar em dada geograficidade) que é signo, que fala. O espaço construído pode promover e aperfeiçoar sensações e percepções humanas, pode condicionar a definição de funções/relações sociais. A arquitetura como um modo de prolongar/materializar sentimentos – uma casa pode ser um texto que transmite certa tradição, que explica uma visão de mundo (TUAN, 1983). Deste modo, pergunta-se: a Praça das Águas quer falar do que? Para quem?

Estas perguntas podem ter sido respondidas institucionalmente (dentro do projeto para a praça), mas no cotidiano encontramos respostas que não constam nos papéis e sim na experiência. A Praça das Águas se configura espaço aberto intenta evidenciar a “água” (o espelho d’água e o chafariz); e, neste ponto, a praça vai ser mais **monumento** (dando valor à apreciação estética da praça) ou praça (enquanto *lócus* de socialização, a promover não só o relacionamento do indivíduo com o ambiente, mas promover a relação indivíduo-indivíduo e do indivíduo com ele próprio)? Suas linhas retas falam (atraem) aos garotos que gostam de andar de *skate*, patins, bicicleta; entretanto, estas mesmas linhas são as que não vão atrair (como outras praças da cidade o fazem) aqueles dispostos a sentar em um lugar confortável e observar o movimento ao redor ou ver as crianças brincar (se quedar a longa permanência destinada ao ócio). Talvez, a praça seja destinada aos apressados que, no meio da correria urbana, reservam 15 minutos de seu almoço para se sentar no desnível da praça com a calçada da Álvaro Ribeiro, sobre o gramado, embaixo

da árvore e ver os carros passarem (como os moços observados em um determinado trabalho de campo exploratório).

FIGURA 2.5
Desnível da Praça das Águas



Foto: Eduardo Marandola Jr. (2004).

A Praça das Águas vai se configurar lugar, por exemplo, para os *skatistas*, os trabalhadores dos arredores, a um ou outro menino que espera seu companheiro de brincadeiras para, depois, se retirarem.

Para um espaço que (consenso entre “os de dentro”) era necessário, há uma fruição relativamente baixa por parte daqueles. Apesar de tudo, mesmo esperando que a praça não seja exatamente atraente para alguém mais idoso, uma senhora com a neta se sentou no banco da praça – o que a levaria ali? O espaço aberto para a neta correr à vontade? Um local para descansar um pouco as pernas e seguir a caminhada? Um gosto real pela praça? A ausência de escolha (não de praça, especificamente, mas de local de lazer)?

Além da arquitetura da praça e dos gostos individuais (além da dimensão ambiental e da individual) também concorre para a transformação (mais efetiva) da Praça das Águas de espaço para lugar a dinâmica social em que as pessoas estão inseridas. Freqüentar um local envolve uma escolha (ou ausência desta frente a um baixo poder

aquisitivo, por exemplo) e esta é orientada pela consciência da identidade do indivíduo vivendo na sociedade e projetando seu “eu” na escolha de seu estilo de vida. Não no sentido consumista da publicidade, mas, expressando rotinas seguidas, modos de agir, lugares preferidos (GIDDENS, 2002). A filha de Vanessa prefere deixar seus filhos brincando na calçada ao invés de se deslocar até a praça; os condôminos prefeririam usufruir o espaço de seus condomínios. Os moradores dos edifícios estão ausentes da praça: pode se aventar se eles têm a possibilidade de fruir de locais mais distantes, mas que melhor lhes satisfaçam. Em condições semelhantes os moradores de edifícios do centro de Campinas acorrem, por exemplo, à Praça Carlos Gomes: por que os moradores da Ponte Preta não acorrem para a Praça das Águas?

Nossa experiência da Ponte Preta sugere que a predominância aparente da Praça das Águas como alugar resulta, provavelmente, do curto tempo de existência desta. Tuan (1980) atenta que o tempo de vivência de um espaço influi na tomada deste como lugar; e da dissociação de um ideário/experiência já estabelecidos de praça agradável com a geograficidade imposta (contrária a esta experiência).

2.5. Riscos e Vulnerabilidade na Ponte Preta

A vulnerabilidade e o risco “ao rés do chão”; é sobre isso que Marandola Jr. e Hogan (2005) explana: a experiência da metrópole associada aos riscos percebidos na vida urbana. No Projeto Vulnerabilidade havia uma preocupação, sobretudo, com as dimensões sociais e ambientais que orientam a **vulnerabilidade**, entendida enquanto suscetibilidade de pessoas, grupos e lugares de sofrerem danos mediante **perigos** (eventos que causam danos, que venham interromper negativamente a dinâmica diária daqueles que os sofrem). Conjugado à compreensão de perigo, tem-se o conceito de **risco** que exprime dentro deste projeto a idéia de probabilidade da efetivação do perigo.

Marandola Jr. e Hogan (2004a; 2004b, 2005; HOGAN; MARANDOLA JR., 2005) realizaram um amplo levantamento e discussão sobre a bibliografia dos conceitos de vulnerabilidade, risco e perigo. Mediante as aproximações a esses conceitos e inserido no contexto do Projeto Vulnerabilidade, propõem a compreensão e discussão da

vulnerabilidade através da abordagem dos riscos “ao rés do chão”, ou seja, na perspectiva da experiência (MARANDOLA JR., 2005b; 2008b). Procurando entendê-los enquanto parte da vida cotidiana, enquanto experiência. Abordar o bairro-lugar Ponte Preta para perscrutar a dimensão espacial da vulnerabilidade, junto aos indivíduos. Trazemos alguns pontos para discutir risco, perigo e vulnerabilidade na Ponte Preta.

Da experiência da Ponte Preta pelos “os de dentro”, o que permeou a maioria das falas foi a violência. Cabe a pergunta: por quê? Resultado da cultura de massa? Da mídia nos colando presentes, nos inserindo em um mundo que não sabíamos violento? Ou tem-se uma violência realmente vivida, sofrida, presente no desenrolar cotidiano? Ou o que se tem é um concurso desses dois fatores, um meio termo a mídia revelando um mundo violento e as pessoas a olhar para os lados, procurando, percebendo (vivendo?) os riscos? Nos trabalhos de campo na Ponte Preta houve tanto pessoas que afirmaram, claramente, onde ficava a “boca de fumo” quanto pessoas que se recusaram a falar ou, quando pediam a não publicação de seus nomes. Seo José foi assaltado cinco vezes e o pai de Sabrina foi vítima de um pequeno golpe, mas o ponto que chamou a atenção foi o tráfico de drogas.

Este se concentraria no fragmento da Oscar Leite com alguns pontos espalhados pelo bairro (como no Cemitério da Saudade). Este fragmento seria um “ninho de meliantes”, de acordo com o morador próximo. Vanessa, também moradora das proximidades da Oscar Leite, comentou que com o tempo a área começou a ficar mais perigosa. João, que mora na Rua Gal. Carneiro (bem próximo da Avenida João Jorge) riu e afirmou desbragadamente: “lá é onde fica as bocas de fumo”. Um colega que se dedicou a percorrer a Ponte Preta como nós, afirmou que um morador idoso do fragmento da Oscar Leite apontou casualmente o “chefe” do trafico caminhando familiarmente pela rua.

Qual o perigo advindo deste tráfico? Não temos modos de (assim como não cabe aqui) medir. A questão é que as pessoas percebem/reagem diferentemente aos riscos advindos desse tráfico, ele faz parte do ambiente-lugar Ponte Preta e, portanto, orienta o modo como as pessoas lidam (se comportam, concebem) com o bairro, com os

fragmentos. Por estar presente, orienta de tal ou qual modo a vivência nessa porção do espaço da cidade.

Mas, compreendida a existência das particularidades dos indivíduos (historicidade, intencionalidade), o campo aponta para uma diferença na percepção do risco consoante com o grau de envolvimento com o fragmento Oscar Leite. Por exemplo, José ou Etinho não comentaram esta movimentação ilegal do bairro, enquanto os moradores dos arredores imediatos da Oscar Leite se revelaram cômicos disto (a excetuar os moradores dos condomínios no começo da Oscar Leite). Os muros do condomínio (com seu espaço privado de recreação, suas quadras, piscinas) os separam do cotidiano da rua, vivendo-a, mas não como aqueles que sentam na calçada no início da tarde para olhar o movimento e conversar. Que riscos os moradores dos condomínios acalentam? Eles percebem algum risco? Seriam menos vulneráveis? A percepção desse tráfico condicionaria as opções de freqüentação e caminhos a se percorrer no bairro, por parte dos moradores da Ponte Preta? Outros fragmentos, como o “Entre-Avenidas” ou “Ala mais nova” percebem esse tráfico de drogas em seu bairro? Ele afeta sua vivência pelo bairro? Ao identificar o tráfico de drogas como componente do lugar, resta detalhar como ele orienta a experiência espacial que se realiza ali. E como o duplo jogo entre experiência do centro do bairro pela coletividade e vivência (individual) do fragmento repercute na percepção e experiência desse risco por parte dos moradores da Ponte Preta.

FIGURA 2.6
Rua Oscar Leite



Foto: Eduardo Marandola Jr. (2004).

Outro ponto considerável que surgiu e que se verifica ao explorar o bairro é a ausência de espaços públicos efetivos para a recreação (duvidosamente suprido pela Praça das Águas). E uma carência de creche e centro de saúde. Orientando a discussão sobre riscos, perigos e vulnerabilidade na Ponte Preta temos, assim, a questão sobre infraestrutura urbana do bairro.

A filha de Vanessa, com dois filhos (uma menina com 7 ou 8 anos e um garoto adolescente) reclama da ausência desses estabelecimentos. Não gostou da Praça das Águas, desgosta da ida de seu filho até lá. Vanessa afirma que, para eles que não tem carro, é difícil se locomover enferma até a Avenida Prefeito Faria Lima, onde se localiza o Hospital Municipal Mário Gatti. A filha de Vanessa afirma que o argumento para esta deficiência de infraestrutura do bairro seria o fato de estarem próximos do centro da cidade. Mas, mesmo que próximos geometricamente, a fala dela atenta que a proximidade é relativa: outros moradores não expressaram a falta destes serviços, no entanto, pelas conversas apreende-se que estes tinham automóvel (que muda o entendimento de proximidade na vida urbana). A ausência de equipamentos urbanos é um fato do lugar, mas só se torna problemático de acordo com os recursos de pessoas,

famílias. Para acerrar a dimensão espacial da vulnerabilidade, é necessário atentar às nuances da relação dos indivíduos com o lugar.

Outro argumento, no tocante à infraestrutura, que Vanessa e a filha disseram ser bastante utilizado é o fato do bairro já estar consolidado há anos e a construção de praças, creches, centros poliesportivos ou centros de saúde (como apontam ter sido comum a construção destes nas periferias de Campinas) implicam em “abrir espaço”, demolir, desapropriar, rearranjar.

No conjunto, os riscos e perigos presentes nas falas dos moradores são: a violência potencial das atividades ilícitas, do tráfico de drogas; a ausência de equipamentos públicos (creche, de centro de saúde, de espaço de recreação); a poluição sonora, do ar. Esse fatores estão presentes em um bairro que, observada sua consolidação, sua localização central na cidade e, talvez, a existência de uma imagem de consolidação urbana (e não precariedade), tem pouca atenção dos órgãos públicos.

Como a vulnerabilidade depende da diversidade e da liberdade/possibilidade de recursos diários ou especialmente acionados por indivíduos/famílias/comunidades frente aos riscos, entende-se que a tomada de decisões, as escolhas, ações (ou não ações) das pessoas ou famílias está diretamente relacionada com sua vulnerabilidade. Assim, o esforço é de compreender o comportamento e valores geográficos e como estes se intercondicionam com riscos e perigos, afetando as decisões, planejamento e uso dos recursos dos indivíduos e, portanto, condicionando sua vulnerabilidade.

A pesquisa nos levou a compreender como a abordagem do lugar faz emergir, além dos riscos já institucionalizados, riscos poucos visíveis para quem é de fora do lugar. Como a percepção de maior vulnerabilidade face à ausência de equipamentos públicos no bairro ou a convivência diária com a violência. A percepção dos riscos pelos “os de dentro” promove uma visão mais orgânica das contingências perigosas, diversas vezes discretas, de riscos específicos de determinados lugares dimensionando e redimensionando a vulnerabilidade.

A abordagem não alcançou um resultado mais efetivo no que tange a vulnerabilidade e risco. Deste modo, este primeiro esforço ficou mais próximo da

experiência do lugar, estando em nosso horizonte de pesquisa o aprofundamento da metodologia e prática andante de trabalho de campo.

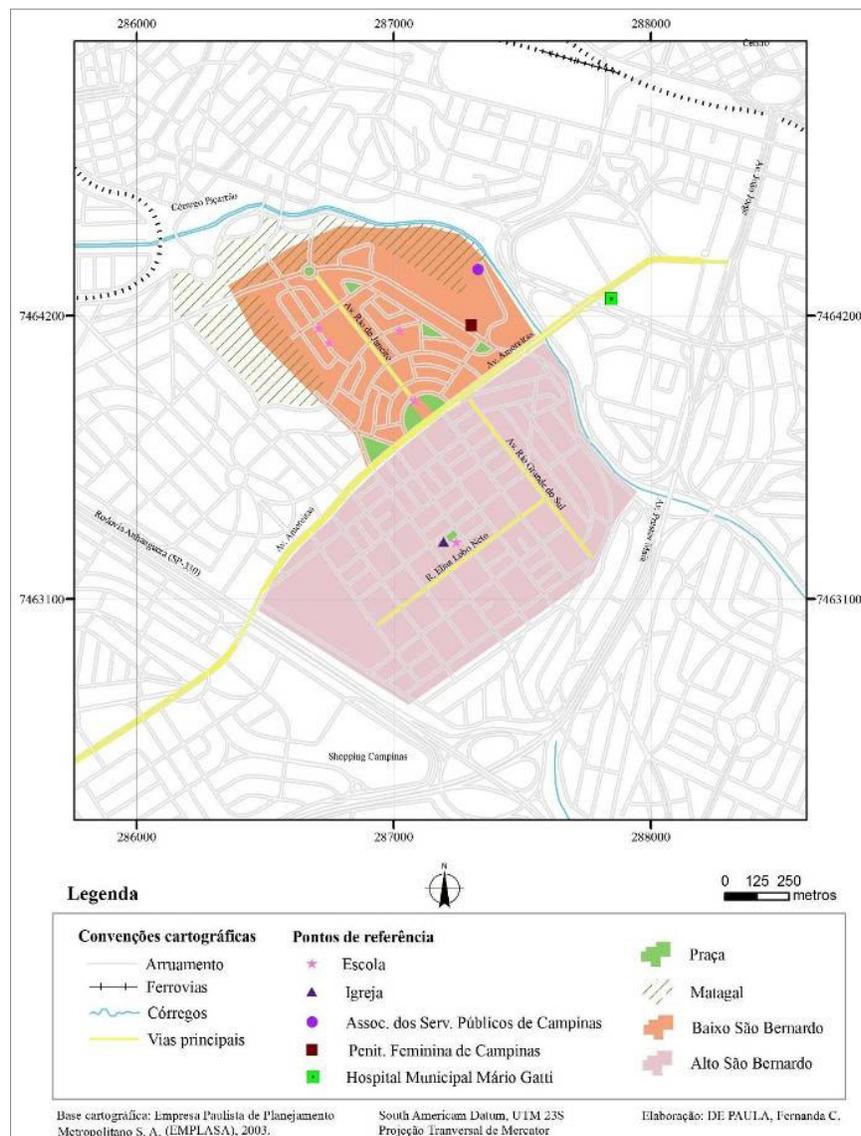
3. IDENTIDADE, RISCOS E MEMÓRIA NO SÃO BERNARDO

O São Bernardo é um bairro tradicional já consolidado, que se situa no centro-sul da cidade, entre o centro histórico e a Rodovia Anhanguera, que já se configurou, em outro tempo, como limite da cidade. O bairro é cortado pela extensa Avenida Amoreiras, importante corredor viário e de transportes públicos que liga a área central da cidade à região sudoeste, uma das áreas periféricas mais populosas e dinâmicas de Campinas. O alto fluxo local de veículos, associado ao fluxo regional (dada à proximidade de uma entrada/saída da Rodovia Anhangüera) caracteriza o bairro que, nos lugares onde se observa maior movimento de veículos e pessoas, apresenta uma significativa atividade comercial. Além desta avenida, outros fatores caracterizam o bairro dentro da metrópole campineira, como a presença de uma Penitenciária (que sempre foi percebida como fonte de risco) e um conjunto de escolas públicas (principalmente o colégio Vitor Meirelles, tradicionalmente tido como uma escola pública de ensino de qualidade).

Refletir sobre o lugar traz a memória enquanto narrativa que o revela, e a identidade como expressão do sentimento de pertencimento e conscientização sobre o próprio território (e o que sua relação com ele implica). Visando o entendimento dos riscos e vulnerabilidades que se realizam na metrópole, buscamos inicialmente compreender os lugares do bairro São Bernardo. Para tanto, discorreremos sobre como a memória e a identidade estabelecem os lugares na medida em que os revelam. Memória e a identidade permitem acessar como o lugar se consubstancia e permitem compreender suas sociabilidades, as apropriações dos espaços públicos, as diferenças nas paisagens e territorialidades. E, em acordo com a compreensão do lugar, temos uma base para apreender os riscos e perigos dele e, conseqüentemente, os fatores que tangenciam a vulnerabilidade do lugar.

Antes de entrar na discussão entre a constituição do lugar e sua relação com riscos, perigos e vulnerabilidades, trazemos uma discussão específica relacionada ao ribeirão que margeia o São Bernardo. É reconhecido que adensamento urbano em vales e margens de corpos d'água oferece riscos para a população que ali mora. Assim, dando atenção ao vale do Piçarrão enquanto possível fonte de risco, procuramos compreender como a relação dos moradores com o Piçarrão orienta os riscos, perigos e vulnerabilidade em relação ao vale.

FIGURA 3.1
Mapa São Bernardo



Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 3.2
Avenida Amoreiras



Vista do início do bairro São Bernardo.
Foto: Fernanda Cristina de Paula (2006).

FIGURA 3.3
Avenida Amoreiras



Concentração de fluxos e atividades comerciais na altura do São Bernardo.
Foto: Fernanda Cristina de Paula (2006).

3.1. Os Riscos do Vale: São Bernardo e o Ribeirão Piçarrão

Um vale corresponde à depressão do terreno entre duas vertentes, com um ou mais talvegues onde se encontra o curso d'água. Junto às margens do ribeirão tem-se a planície de inundação.

A bacia do Ribeirão Piçarrão se localiza na região centro-sul de Campinas. Tem sua nascente nos arredores do Cemitério da Saudade e percorre, aproximadamente, 22 km até desaguar no Rio Capivari. Campinas se localiza sobre duas grandes unidades geomorfológicas do Estado de São Paulo: (relativamente) pequena área sobre o escudo cristalino do Planalto Atlântico e a outra porção (mais significativa em extensão) sobre a bacia sedimentar que caracteriza a Depressão Periférica Paulista. O vale do Piçarrão se localiza nesta última unidade; solo, clima e vegetação interagem conformando vales abertos, com grande dimensão interfluvial e predomínio de vertentes de baixa e média declividade (CHRISTOFOLETTI, 1972; CAMPINAS, 1996; MATTOS, 2005).

O vale fluvial é um sistema que se movimenta no exercício de manter seu equilíbrio. Neste exercício, são naturais, por exemplo, o processo de erosão das margens ou o entalhamento do leito. Quando o homem se fixa no vale, está se sujeitando a estes fenômenos naturais e a ocupação efetiva, compulsiva, por período prolongado provoca mudanças neste sistema (a maioria negativa na forma de riscos, degradação) e perturba os fenômenos que garantem a estabilidade do ambiente. Para sermos mais específicos, é possível citar a impermeabilização das encostas das vertentes e das planícies fluviais que, diminuindo a infiltração das águas pluviais no solo, afetam o nível do lençol freático, promovem um escoamento maior e mais veloz para o corpo d'água que acelera erosão do solo exposto e contribui para aumentar a frequência e extensão das cheias naturais do ribeirão. Há também os riscos ambientais indiretos, como a erosão e deslizamento natural das encostas das vertentes (que podem ser acentuadas por desmatamento ou pela forma de ocupação do solo) ou a poluição hídrica que pode alcançar as construções humanas na ocorrência de inundações, levando insalubridade até as portas das casas (GUERRA; CUNHA, 1996).

Lúcia Helena Gratão discute a relação eidética (através de uma abordagem geográfico-fenomenológica) entre o homem e a água. Apresenta, através da relação entre as pessoas e o Rio Araguaia, o fascínio do homem pela água e nos lembra que as civilizações tem nela a fonte da vida. A relação entre água e humanidade é tanto utilitária quanto existencial (GRATÃO, 2005). Porém, nas grandes cidades, quase se perde este tom

da relação do homem com a água: a cidade avança sobre o vale, sobre locais potencialmente perigosos, degradando e, assim, aumentando o leque de riscos.

Os riscos dos vales variam de acordo com suas características morfogenéticas, daí a classificação dos sistemas naturais a partir de sua fragilidade (ROSS, 1994; 1997). Entretanto, é importante lembrar que as percepções também variam, produzindo atitudes contraditórias em relação ao perigo, além de graus distintos de vulnerabilidade. Em vista disso, complementamos os riscos relacionados à morfologia ambiental do vale (e suas interferências antrópicas) com a experiência daqueles que vivem o Piçarrão.

Uma Aproximação dos Riscos e Vulnerabilidades Ambientais no Vale do Piçarrão

Aproximamo-nos da ponderação sobre riscos, perigos e vulnerabilidades no vale do Piçarrão a partir de duas fontes: um trabalho acadêmico sobre a qualidade ambiental ao longo deste vale, e o plano diretor do município.

Sérgio Mattos pesquisou a qualidade ambiental ao longo de toda bacia hidrográfica do Piçarrão. Mattos (2005) definiu nove unidades ambientais ao longo da bacia do Piçarrão, usando como critério de definição características geomorfológicas associadas à homogeneidade de características socioeconômicas daqueles que ocupam a bacia. A partir de diversos indicadores, construiu um índice para mensurar a qualidade ambiental nas nove unidades ao longo da bacia do Piçarrão. Seu trabalho nos oferece uma base sobre riscos e perigos relacionados ao vale no bairro São Bernardo.

O bairro São Bernardo está na denominada unidade 1. Mattos (2005) aponta que esta unidade é que apresenta maior estabilidade morfodinâmica, pois, conjuga o predomínio de baixa densidade de drenagem e predominância de baixas declividades. Esta estabilidade oferecerá certa capacidade do estrato físico-natural sustentar determinada densidade demográfica (MATTOS, 2005). O autor afirma que esta unidade, embora de qualidade ambiental mediana, tem a segunda melhor qualidade ambiental dentre as unidades da bacia.

A porção do vale do Piçarrão no bairro São Bernardo pertence à zona de planejamento 20 e macrozona de planejamento 4, intitulada Área de Urbanização

Consolidada no Plano Diretor de Campinas (CAMPINAS, 1996). Esta macrozona engloba o centro da cidade e os bairros do seu entorno, assim como algumas áreas (informalmente) chamadas de primeira periferia de Campinas (como é o caso do São Bernardo).

Ao discorrer sobre a área de planejamento que abriga o bairro São Bernardo, o Plano Diretor discrimina que a população desta área tem renda média, com uma ocupação mais antiga e nível de consolidação razoável. As pessoas se utilizam, predominantemente, do centro de Campinas (para compras e serviços), mas tem sido observado a tendência de consolidação de um sub-centro dentre alguns bairros, entre estes o São Bernardo.

O uso do solo na área de planejamento 20 se caracteriza pelo predomínio de uso residencial, a presença de uso comercial e a restrição de uso industrial às rodovias próximas dali (Rodovia Anhanguera, Rodovia Bandeirantes). Discutindo sobre a infra-estrutura da área, atenta para vias de tráfego preocupante, com interposição de fluxos (locais e regionais) e ocorrência de congestionamento; estes conflitos de tráfego ocorrem na Avenida das Amoreiras (passa sobre o Piçarrão) e a Avenida Prefeito Faria Lima, próxima do bairro São Bernardo, tendo seu início na Avenida das Amoreiras.

No que concerne ao vale do Piçarrão, o plano aponta esta área como promissora, na potencialidade de abrigar espaço a ser urbanizado. Sobre a urbanização do vale, o plano previa a continuação da implantação do Complexo Viário Piçarrão, com a ativação do segundo túnel de Campinas e a construção de um anel viário.

[...] a implantação de novas infra-estruturas em algumas áreas da cidade está a exigir um tratamento especial, não previsto pela legislação vigente. É o caso do vale do Piçarrão, em que grandes áreas desocupadas, muito próximas ao centro, passaram a merecer um tratamento diferenciado quanto aos padrões legalmente definidos para sua ocupação, em razão dos grandes investimentos em acessibilidade e infra-estrutura, de drenagem e saneamento recentemente (CAMPINAS, 1996, p.65).

No entanto, no que tange à questão ambiental na macrozona 4, o Plano Diretor atenta como preocupante:

[...] o grau de alteração das condições naturais dos terrenos e a degradação e saturação da infra-estrutura, decorrentes do crescimento rápido e desordenado da urbanização, condicionando alguns **problemas ambientais observados, tais como enchentes, ocupação inadequada dos vales e planícies fluviais e deterioração da qualidade dos rios**. Acrescem-se a estes problemas aqueles provocados pela excessiva concentração de atividades e deslocamento e pela alta densidade de ocupação, especialmente da área central da cidade, refletindo-se em forma variadas de poluição e congestionamentos (CAMPINAS, 1996, p.66 – grifos nossos).

Ao expor as considerações de trabalhos que discutissem o vale do Piçarrão, intentamos, antes de tudo, uma aproximação preliminar dos riscos e vulnerabilidades ambientais como base a contrapor as experiências retiradas daqueles que vivem o vale. Assim, ao conjugar as duas literaturas apresentadas acima podemos aventar sobre alguns riscos e nos aproximar da vulnerabilidade ambiental no vale do Piçarrão.

A porção do vale que se situa no São Bernardo apresenta urbanização considerável; provavelmente promovida pelo grau de estabilidade morfodinâmica. A qual sugere que uma gama pequena de riscos que o vale do Piçarrão pode oferecer.

No entanto, a própria densidade urbana, como mencionado por Mattos (2005) e pelo Plano Diretor de Campinas, pode ser a causa da degradação do vale e se a estabilidade morfodinâmica oferece estabilidade, a ação antrópica pode ser a geradora de situações de riscos e ocorrências de perigos.

Em trabalho de campo, explorando o lugar e entrevistando moradores, tivemos notícias sobre a ocorrência de cheia do ribeirão e a insalubridade advinda da poluição hídrica. Ambas as fontes de risco advindo ou agravadas, provavelmente, pela excessiva impermeabilização do solo e a alta densidade urbana como fonte da poluição do corpo d'água. O risco de erosão nas encostas parece minimizado com a baixa declividade das vertentes e o risco de erosão da margem do ribeirão estaria neutralizado pela canalização do Piçarrão no trecho estudado. Mas, é interessante atentar que a canalização de cursos d'água pode, por exemplo, baixar a permeabilização do solo, auxiliando as cheias e aumentando a vazão do rio, com conseqüências desastrosas a jusante (como

favorecimento de cheias e/ou aumento da erosão das margens nos trechos não canalizados).

Um ponto interessante a ser observado é a proposição de urbanização ainda maior sobre o vale por parte do plano diretor. A construção de vias junto ao Piçarrão podendo contribuir para a impermeabilização do solo e a ocupação de áreas; como os resquícios de mata junto ao vale no norte-noroeste do bairro São Bernardo. A edificação nesse terreno poderia contribuir para a promoção de erosão na medida em que realiza a retirada da cobertura vegetal, expondo pessoas e construções à enchentes e promovendo aumento da poluição hídrica.

Sobre vulnerabilidade ambiental, podemos levantar que, enquanto um sistema natural relativamente estável, a vulnerabilidade do ambiente poderia ser baixa, mas a ação antrópica pode contribuir para a mudança desta estabilidade. No que concerne à vulnerabilidade sociodemográfica, atentemos para as assertivas de Mattos (2005), sobre boas condições de moradia e renda média apontadas também pelo Plano Diretor. Estas informações nos induz a possibilidade da população da área ter a capacidade mínima para a mobilização de recursos em situação de risco. Como a experiência de viver ali, junto ao vale, se relaciona com esse conjunto de informações?

Vivendo o vale: sobre a experiência dos riscos

Os trabalhos de campo realizados no São Bernardo, junto aos vales, foram de nível exploratório, por este motivo as conclusões aqui esboçadas e os apontamentos ainda estão em aberto para sua observação, revisão e complemento em futuros trabalhos de campos.

Como é viver junto ao vale do Piçarrão? Como os indivíduos se relacionam com ele? Como ele norteia a vida neste ambiente? São algumas das perguntas que orientaram os campos, na busca de traçar uma linha, buscando a confluência de riscos institucionalizados e vulnerabilidades aventadas e a vivência do lugar, a qual deve desvelar como esses riscos discutidos pela literatura especializada se consubstanciam no lugar.

O bairro São Bernardo tem como um dos núcleos de origem a construção de um conjunto habitacional popular na década de 1960. Neste período, esta área se constituía a periferia de Campinas; limite urbano caracterizado pela baixa renda e o Ribeirão Piçarrão, sem construções adensando suas margens, ainda com sua mata ciliar não retirada ainda figurava mais como elemento da natureza intocada do que um elemento a mais do espaço urbano. O dono do bar em uma das principais avenidas do interior do São Bernardo, que mora na mesma casa desde a década de 1960, afirma, em um misto de espanto e indignação, que “até dava pra pescar lá no Piçarrão”. Nos perguntamos que risco, então, poderia advir daquele vale não urbanizado?

FIGURA 3.4
Córrego Piçarrão



Foto: Fernanda Cristina de Paula (2006).

Mas a urbe avançou, Rosana Baeninger aponta que o município de Campinas se configurou pólo de atração dos emigrantes e que a migração teve um papel importante no crescimento demográfico da cidade (BAENINGER, 1996). No avanço da cidade, em uma urbanização acelerada, em duas décadas a cidade se estendeu para o sul. O São Bernardo, de periferia, ganha *status* de bairro de classe média que oferece a vantagem de estar **perto** do centro. Neste movimento o vale foi urbanizado, a mata ciliar retirada, vias marginais construídas.

O Cassiano, funcionário da Associação dos Servidores Municipais de Campinas, conta que a prefeitura doou o terreno a leste do bairro para a associação na década de sessenta. Frente à Associação há uma rua e do outro lado da rua há vinte ou trinta metros, cobertos por matagal com aproximadamente oitenta centímetros de altura, uma leve declividade e o Ribeirão Piçarrão. Em 1969, Cassiano conta sobre a necessidade de, mesmo com pouco recurso, capinar, retirar a mata e ocupar minimamente o terreno, afim de não perdê-lo (para a construção por assim dizer ilegal de uma ou outra residência, por exemplo). Além do clube (Associação dos Funcionários Municipais), há na margem noroeste do Piçarrão (baixo São Bernardo)⁵ a Penitenciária Feminina de Campinas, o 2º Departamento da Polícia Civil, e depois área residencial; e na margem sudeste (alto São Bernardo), área totalmente residencial. Se antes a urbe estava longe do ribeirão, cheias era apenas um evento natural. Agora, com as construções próximas ao fundo do vale, essas cheias do rio começam a fazer parte da vida de outra forma: se sobem até as edificações, têm *status* de enchentes (inundações que causam danos a pessoas).

O dono do bar, que mora no alto da vertente tem ciência das ocorrências das cheias e que de o problema só foi resolvido (as enchente só diminuíram) com a canalização do Piçarrão (em meados da década de noventa). Cassiano também fala sobre a canalização como medida de diminuição do problema. E, na fala dele, fica explícito que o ribeirão (para ele e o clube) representa apenas problema.

Mas os problemas advindos do ribeirão não são oriundos somente das enchentes. Sr. João, funcionário do clube, nos fala do mau-cheiro, vindo do ribeirão nos dias mais quentes, atesta que os associados reclamam. O Piçarrão como fonte de certo desgosto, de insalubridade, ali, no local que, por excelência, é para a manutenção da saúde, prática de esportes. Esta relação entre as pessoas e o ambiente é, ainda, desvelada pelas funcionárias do clube que, rindo, disseram que seria melhor “passar uma rua e cobrir toda aquela carniça”.

⁵ Os moradores costumam dividir o bairro em dois: ao sul da av. Amoreiras (parte de maior altitude da vertente) o alto São Bernardo e ao norte da avenida (parte mais baixa da vertente, com vale ao norte se unindo com o vale a leste) o baixo São Bernardo.

A insalubridade vem também da parte mais alta da vertente. A precariedade do sistema de drenagem e esgoto da Penitenciária Feminina de Campinas resulta, em dias de grandes chuvas, na mistura do esgoto e água da chuva que extravasam pelos bueiros do presídio e seguem o caminho natural das águas: descem a vertente, atravessam o 2º Departamento da Polícia Civil, a Associação dos Funcionários Municipais e a rua, em direção ao curso d'água. Cassiano parece lamentar muito mais a perda estética que representa o esgoto atravessando o clube, do que a insalubridade em si.

Um afluente do Piçarrão está presente ao noroeste, também no baixo São Bernardo. De acordo com os entrevistados, se há um trecho do Piçarrão que ainda oferece, claramente, problemas é este. Assomando quase como um limite natural entre o São Bernardo e a Vila Tupinambá. Do lado do São Bernardo só se pode (visualmente) inferir a presença do ribeirão, pois, parte do fundo do vale está coberto por resquício de vegetação original e matagal (com quase dois metros de altura em alguns pontos).

FIGURA 3.5
Bueiro precário



Próximo à marginal do Piçarrão, é possível ver o esgoto no fundo do bueiro, que extravasa quando chove bastante.

Foto: Fernanda C. de Paula (2006).

Uma rua liga os dois bairros e, do lado da Vl. Tupinambá, as casas estão próximas do fundo do vale. No entanto, exatamente onde deveria passar o ribeirão vê-se o terreno

recoberto por paralelepípedos e as ruas perpendiculares, subindo (asfaltadas) as vertentes. Em outros pontos, obras de contenção de inundações estão presentes no fundo do vale. O risco pareceria, também, neutralizado com a canalização e cobertura do ribeirão; no entanto, em dias de quantidade de chuva acima do comum, o que se tem é o escoamento considerável de água onde se localizaria o leito do rio e ocorrência de enxurradas; configurando situação de risco.

FIGURA 3.6
Baixo São Bernardo



Fundo de vale de um dos afluentes do Piçarrão.

Foto: Eduardo Marandola Jr. (2006).

Nesta exploração do lugar e apreensão da relação dos moradores com o ambiente, não só o curso d'água interrompido oferece risco. Também é fonte de risco a vegetação (resquício de matas e matagal) que abrigam, pela fala dos que vivem ali, cobras ou outros animais nocivos. Além dessa vegetação ser refúgio para aqueles que realizam práticas ilícitas ou poder abrigar fugitivos da penitenciária⁶; em outras palavras a vegetação se tornando lócus de violência urbana. Mas, na parcela não coberta do vale, as casas e prédios distam minimamente curso d'água.

⁶ Havia, notadamente, mais registros de fuga de presidiários quando penitenciária era masculina. Existindo desde a década de 1970, a penitenciária se tornou feminina apenas em meados da década 2000.

O vale no alto São Bernardo parece resguardar menos riscos, diferente do baixo São Bernardo, a distância entre a rua onde as pessoas moram e onde estão localizados alguns galpões está intermediada do Piçarrão por um pequeno trecho de mato, com alguns montes de entulhos e, após este trecho, tem-se a Marginal Piçarrão. As inundações, provavelmente, alcançam somente a marginal; entretanto o mau cheiro deve atingir também aqueles que moram nas proximidades. Interessante apontar que neste trecho do vale observa-se uma maior declividade da vertente, com as casas construídas de forma a se adaptar aquela⁷ – um terreno abandonado deste trecho apresenta sinais de erosão considerável, avançando sobre os fundos da casa voltada para a outra rua, paralela, ameaçando sua estabilidade.

Há que se notar, também, neste ambiente a constante passagem de veículos pela Avenida Amoreiras e pela Marginal Piçarrão, caracterizando o ambiente, com os cheiros, fumaças e barulhos característicos do trânsito. A Associação dos Servidores Municipais dirimiu isso com uma barreira de árvores nas duas calçadas, barrando uma visão clara do Piçarrão e da marginal e os barulhos.

⁷ Casas com a garagem no nível da rua, então há uma quebra abrupta na altitude do terreno vencida pela construção de paredes (quando não, observa-se a presença das declividades acentuadas adornadas por jardins) e de escadas que levam a pessoa do nível da rua até o alto, onde se localiza a moradia em si.

FIGURA 3.7
Estruturas para contenção de água



Foto: Fernanda Cristina de Paula (2006).

FIGURA 3.8
Estruturas para contenção de água



Foto: Fernanda Cristina de Paula (2006).

FIGURA 3.9

Casa no fundo de vale (afluente do Piçarrão)



Foto: Janaina A. M. S. Marandola (2006).

FIGURA 3.10

Fundo do vale do Piçarrão



Foto: Fernanda Cristina de Paula (2006).

FIGURA 3.11

Casa próxima ao Córrego Piçarrão



Ameaçada pela erosão e instabilidade do terreno.

Foto: Eduardo Marandola Jr. (2006).

* * *

Nesta primeira aproximação dos moradores do vale do Piçarrão, os riscos ambientais no vale no alto São Bernardo parecem, de certa forma, ser desprezados pelos que vivem ali e nas imediações. Afinal, a ocorrência de cheias não é observada há alguns anos; a qual é o risco mais observável pelos conversantes. Da casa junto à erosão, no alto São Bernardo, não foi possível apurar como os moradores convivem com o risco de desabamento, mas a exposição ao risco é flagrante.

No que concerne ao baixo São Bernardo, o Piçarrão surge muito mais como fonte de poluição visual e olfativa. E a intenção de cobri-lo com uma avenida está na fala das pessoas do clube, enquanto, solução estética e para aumento da acessibilidade do lugar.

Sobre o vale ao norte (afluente do Piçarrão), nesse primeiro momento, parece incitar maior consciência de risco entre os moradores, com seus escoamento, enchentes e a presença do refúgio que é a área da mata. Lembrando que esta, pode constituir um dos espaços de que o plano diretor aponta como de potencial de urbanização. Até que ponto, perguntamos, a retirada da vegetação contribuiria para uma degradação ambiental e a geração de novos riscos? Preferiria a população trocar a floresta e o matagal, enquanto

fonte de determinados riscos, pelo asfalto e novas construções (trazendo, talvez, outros riscos ambientais)?

Destas considerações ficam muito mais perguntas e direcionamentos do que respostas ou assertivas conclusivas. Nosso intuito era mostrar que os trabalhos de campo podem trazer, na experiência do lugar e do indivíduo, riscos não observados se abordados por uma escala maior (a erosão dentro de uma área declarada com predominância de declividades baixas e estabilidade morfodinâmica, por exemplo) ou a maior ou menor vulnerabilidade de pessoas que estão junto a espaços de fonte de risco, mas que adotam a postura de desprezo em relação a eles. A postura em relação aos riscos e perigos podem afetar a vulnerabilidade?

Entendemos que o modo como o lugar está organizado e o modo como é vivido afeta a postura dos indivíduos em relação aos riscos e perigos. A seguir dois fatores que norteiam o lugar: memória e identidade. Ao compreender o lugar poder abordar a postura dos indivíduos em relação aos riscos e perigos.

3.2. Bairro São Bernardo: memória, identidade e território

[...] atribuindo, à memória, o princípio 'intencional' e 'imaterial' de uma coordenação entre as diferentes temporalidades e as regiões do espaço em que se produzem, pois as lembranças são solidárias das regiões de experiências, as quais, por sua vez, lhe são irredutíveis.

Rocha e Eckert (2005)

A compreensão da memória enquanto fenômeno vivido abrange um número significativo de questões. Estes vêm, sobretudo, de dois fatores: da constatação de que a memória está intrinsecamente ligada à experiência humana; e da importância da memória na compreensão da condição humana. Assim, nos aproximamos das considerações das antropólogas Ana L. C. Rocha e Cornelia Eckert que, explanando sobre *O tempo e a cidade*, argumentam que uma perspectiva marcada pela interpretação pode orientar a compreensão do conceito de memória (ROCHA; ECKERT, 2005). Esta perspectiva aproxima-se das questões fundamentais advindas da memória enquanto fruto da base

espaço-temporal do humano e de sua ligação estreita com a experiência. Da abordagem antropológica das autoras, a memória é:

[...] elemento fundador do processo de construção da figura primordial do homem, tratando-se aí de reconhecer e compreender as tradições históricas, sociais e culturais que carregam e marcam suas configurações. Assim, qualificam-se noções de memória a partir do contexto em que são geradas (nos termos de genealogia e arqueologia) e ressaltam-se os aspectos dialéticos, contraditórios e conflituosos na forma como emergem, o reconhecimento da força interpretativa da memória como espaço de construção do conhecimento confere a ela o estatuto de linguagem de símbolos que reúne uma ação inteligente do sujeito humano sobre o mundo, fragmento do ato de pensar no qual se pretende descontrair o momento intangível de enlaçamento, a um só tempo, do “eu” e do mundo (ROCHA; ECKERT, 2005, p.103-104).

A memória não é apenas uma seleção e ordenação causal de acontecimentos desenrolados no tempo. A organização e contextualização dos fatos da memória carregam ideologias, cultura, subjetividade. A memória é fruto da comunidade em que está inserida, segue a lógica dela e, deste modo a vela e desvela. A mesma lógica que norteia a memória é aquela que matricia como os indivíduos pensam seus lugares. O espaço emerge quando pensamos em uma associação entre tempo cronológico (concernente aos objetos materiais, ao mundo físico, matematicamente medido) e o tempo experiencial (com o homem doando significado aos eventos, na medida em que os narra). O tempo (o cronológico e o experiencial) está sempre sugerindo o movimento; o que se move/muda o faz em alguma porção do espaço. O tempo, ao denotar o movimento, traz sempre o espaço onde este se realiza; quando a memória, na ação da narrativa, confere significados aos eventos, confere também ao espaço – em uma coordenação entre as temporalidades e as regiões do espaço, como atentam Rocha e Eckert (2005).

Foi perscrutando a memória do bairro que nos aproximamos de sua gênese, dos acontecimentos que o marcaram, para as pessoas, como condicionante do quadro observado no São Bernardo, pilar da identidade territorial.

O trabalho de campo revelou que o bairro São Bernardo tem dentro de si a formação de dois lugares diferentes, paisagens diferentes, modos de vivê-lo

diferentemente institucionalizados, por assim dizer, nas expressões dos moradores: o **alto** e o **baixo São Bernardo** divididos pela Avenida Amoreiras. Onde o alto São Bernardo seria bairro com pessoas de grande poder aquisitivo e o baixo de pessoas com pouco poder aquisitivo. Esta constatação é significativa da particularidade do São Bernardo, pois o termo bairro designa uma área da cidade que possui certa unidade, referenciada por sua toponímia. A divisão do bairro em dois, o próprio uso, por parte dos moradores, de expressões para distinguir duas porções do bairro, denota a existência de diferentes lugares, paisagens, diferentes relações entre os indivíduos e o espaço.

Dentro de um pequeno bar do baixo São Bernardo, um grupo de homens que têm entre cinquenta e sessenta anos falam de seu lugar. Na sua quase totalidade, vieram morar no bairro com idades entre cinco e dez anos. Apontam que o bairro foi originado dentro de um projeto da década de 1950, de construção de vilas populares para o desmanchamento dos cortiços que havia no centro de Campinas. Um conjunto habitacional com residências padronizadas, esse conjunto foi uma das primeiras vilas sob a égide dessas intervenções urbanas no município. O baixo São Bernardo foi construído pela antiga Fundação Popular Rio de Janeiro; fazendo parte da fronteira urbano-rural do município.

Os moradores não deixam de apontar que, no início, o bairro era realmente perigoso, muitas vezes denominado de “terra sem lei”. Afirmam que, talvez, a violência ali tenha se iniciado com as atividades ilegais de um famoso (“o mais procurado da época”, disse alguém) bandido, o Pé Sujo, nos anos de 1968, 1970. Estes moradores defendem que o tráfico de drogas iniciou-se com este homem e que foi ganhando, então, força no bairro e nas redondezas. Fato que teria promovido a associar a imagem de violência e banditismo ao bairro. Lembram, ainda, que outro fator ajudou negativamente na imagem do bairro: o fato da penitenciária ter sido (nas palavras do Seo Castro) o presídio “mais tenebroso do Brasil”.

Em contraponto a esta imagem comum de periferia pobre, do outro lado da Avenida Amoreiras outro bairro se desenvolvia. Enquanto a cidade avançava e o São Bernardo foi deixando, gradativamente, de ser fronteira urbano-rural para se tornar bairro

próximo do centro. E do outro lado da Avenida Amoreiras, em direção ao alto da vertente, originou-se um bairro a partir de loteamentos privados. Neste, as casas foram construídas de acordo com seus moradores (em contraponto ao baixo São Bernardo, com suas casas originalmente padronizadas). Formação de outro lugar.

Evidencia-se aqui que o exercício de narrar os fatos do passado (memória) já traz em si uma explicação do presente. A história do São Bernardo contada pelos moradores já realiza uma organização dos eventos, que segue uma lógica subjetiva, clareando o bairro observado atualmente. A diferença na gênese entre o alto e baixo São Bernardo vai, na memória dos indivíduos, dar a base para a formação de dois bairros distintos e, neste movimento fica claro a importância da memória enquanto expressão da singularidade (baseada na história) que esteia as identidades (ABREU, 1998).

Aproximando-nos da memória e identidade do São Bernardo, que revelam dois lugares, encontramos um contraponto à dualidade clássica entre bairro periférico junto à fronteira urbano-rural e bairro de classe média-alta longe destes locais. Uma mesma denominação, uma mesma localização em relação ao centro da cidade guarda dois territórios distintos, dois lugares, duas identidades.

A realização de identidades organiza o mundo. O dicionário coloca que identidade é o “caráter daquilo que é idêntico ou perfeitamente igual; reconhecimento de que o indivíduo é o próprio”. Este reconhecimento é, de um modo geral, a resposta à pergunta “quem/o que é?”, funcionando como a via pela qual se institucionaliza **a distinção** no interior de uma coletividade (de pessoas, objetos ou lugares).

A identidade organiza o mundo na medida em que classifica as coisas ou as pessoas e estas são/agem de acordo com esta classificação. Mathias Le Bossé aponta que a identidade “[...] serve para dar substância e sentido a objetos ou pessoas, [e] ela pressupõe que sejam estabelecidos critérios adequados a uma identificação” (LE BOSSÉ, 2004, p.161). Importante, ainda, é compreender que a identidade se aplica a objetos e a pessoas (com o alardeamento de símbolos como meio de apresentar sinteticamente as distinções) e que estas identidades se interrelacionam. Este ponto nos interessa particularmente, se atentarmos que o espaço e seus geossímbolos (objeto que cumpre

para o indivíduo a conotação de um todo de uma área, representando-a) (MELLO, 1996) emergem, muitas vezes, como fundamento de identidades de indivíduos e, assim, temos a identidade territorial (HAESBAERT, 1999).

Existe um embate no interior da ciência entre identidade como constructo (criado de cima para baixo dentro de uma hierarquia social, como nos casos de Estados-Nações) e identidade como condição (para a compreensão da coesão de um grupo social) (BAUMAN, 2005). Discutindo identidade a partir perspectiva experiencial (de como os indivíduos experienciam/vivem) para a compreensão da identidade territorial, podemos apontar que o território nacional é um território imaginado (TUAN, 1983). A identidade do indivíduo com o espaço nacional demanda uma confiança na idéia de uma unidade espacial e em uma imagem das pessoas que a povoam, pois não é comum que o indivíduo tenha uma experiência direta (ou extensiva no espacialmente e temporalmente) de espaço nacional. O Estado Nacional é um espaço abstrato, pois é necessário transpor todo conhecimento empírico direto que se possui para uma porção do espaço impassível deste conhecimento. A confiança na unidade é necessária para que se possa desenvolver uma identidade nacional, um sentimento de pertencimento, uma correlação entre o símbolo (e o que ele representa) e o indivíduo.

No entanto, na micro-escala, atentamos que a identidade territorial é resultado de um processo inalienável e, assim, vai se tornar *status quo* de um grupo. Enquanto modo de organizar o mundo, a identidade assoma, na micro-escala, como um constructo inerente ao homem, junto do processo de territorialização. Procuramos no São Bernardo a compreensão da identidade como “fato da vida”, dado do *Lebenswelt* (mundo vivido), identidade como fruto de uma comunidade de vida e destino, onde os membros vivem uma ligação absoluta entre si (BAUMAN, 2005). Identidade enquanto elemento essencial da relação entre o espaço e o homem, que norteia como este pensa e organiza seu território vivido e, junto deste, o seu lugar.

Na esteira da memória vieram os modos como os indivíduos pensam o bairro em questão. A identidade, que encerra uma classificação e, deste modo, é denotada pela diferença (WOODWARD, 2000), traz sempre a questão do “outro”. O outro no São

Bernardo é sempre aquele que está do lado contrário da Avenida Amoreiras. Os elementos mais imediatos e cotidianos da vida diária estão em apenas um dos lados do bairro, o que faz com que apenas este lado surja como território vivido para um indivíduo. Esse é o processo de delimitação de território dentro do bairro São Bernardo.

Há duas identidades territoriais marcantes, dois territórios dentro do bairro. Aqueles que realizam a manutenção de sua vida em um dos territórios costumam não freqüentar o outro. Este não-relacionamento direto com a outra parcela do bairro, a ausência de um conhecimento direto dado pela experiência e que levaria ao sentimento de segurança e pertencimento, restringe a possibilidade de quem vive determinada parcela do bairro tomar a outra como lugar.

No alto São Bernardo, o baixo é o “outro”, conotado, geralmente, como bairro popular. Sônia, moradora da porção alta do bairro, afirma que o baixo São Bernardo é “perigoso” ou, ela ressalva, pelo menos é o que todos dizem. Ela não costuma freqüentá-lo, vivendo apenas sua imediação com a Avenida Amoreiras quando precisa levar ou buscar seu filho na escola municipal (de primeiro ciclo do Ensino Fundamental) “Geny Rodrigues”. Ela não sofreu e não conhece alguém que tenha sofrido algo sob a violência que caracteriza o baixo São Bernardo, mas, quando a reproduz na fala, nos direciona para a apreensão de uma áurea de insegurança (que, por exemplo, pode orientar os comportamentos) que caracteriza o alto São Bernardo.

Os moradores do baixo São Bernardo também não recorrem ao alto São Bernardo. Ao falar daqueles que ali vivem, um morador do baixo São Bernardo resume, belicosamente, a relação entre “os de dentro” do alto e baixo São Bernardo, apontando que os moradores de cima (os outros), “comem chuchu e arrotam peru”. O problema dos moradores do alto São Bernardo, eles apontam, é que eles se consideram mais importantes; fato este, afirma um morador, revelado pelos anúncios de jornal: quando um morador do alto São Bernardo quer vender um imóvel, discrimina no classificado que aquele se situa na “parte nobre” do São Bernardo. Perguntamos aos moradores do baixo São Bernardo a razão desta “prepotência” dos moradores de cima. Um deles afirma que isto se dá pela razão do diferente processo de constituição das duas porções: as casas

populares eram originalmente geminadas, enquanto as casas do alto São Bernardo são oriundas de loteamento; deste modo, as construções de cima em geral apresentam um maior valor venal.

As diferenças no processo de constituição e configuração territorial atual apontam para “os de dentro” do São Bernardo uma diferença entre eles, estada sobretudo na distinção entre as classes socioeconômicas. A diferença é um dos elementos que caracteriza o que é a cidade desde seus primórdios⁸. Se a diferença é comum dentro da urbe, poderíamos perguntar a causa da questão da diferença ser tão marcante neste bairro, resultando em declarações e discussões abertas sobre “o outro”; em um estabelecimento de identidades muito mais expressivo do que parece haver em outros locais de Campinas. Atentamos, em um primeiro momento, que esta “agudeza” da declaração da diferença no São Bernardo se dá, sobretudo, pela institucionalização (não a legalizada, mas a institucionalização “ao rés do chão”, junto aos moradores da cidade) de uma unidade espacial através da denominação comum (o nome São Bernardo) a dois territórios que são e se enxergam como diferentes. Mas que para “os de fora”, para o restante da cidade, emergem dentro da cidade sob o mesmo topônimo. Deste modo, parece necessário alardear a diferença (pois a identidade implica em não ser reconhecido como ou confundido com o “outro”) para mostrar que há mais de um bairro dentro do São Bernardo e, conseqüentemente, diferentes paisagens e diferentes modos de viver o/no São Bernardo.

3.3. Vivendo as paisagens: espaço público, lugar e sociabilidade

Diferentes paisagens compõem o bairro, marcadas principalmente pela diferença expressiva entre o baixo e o alto São Bernardo. A paisagem, enquanto materialidade que denota objetos, traz símbolos cujos significados estão intrinsecamente ligados a como os indivíduos vivem seus lugares (BERQUE, 1998; GOMES, 2001; ROCHA, 2003).

⁸ Gomes (1996) aponta que o conceito de civilização vem de *civitas*, o comportamento do homem urbano; que congrega a necessidade de códigos de conduta para manutenção da harmonia dentro da cidade, dado que esta é caracterizada pelo cosmopolitismo, pela vivência conjunta de indivíduos diferentes.

Conformando os símbolos (os quais podem ser as ruas, as casas, as pessoas que colorem as ruas), junto da paisagem, é possível compreender a memória e a identidade do lugar.

Na realização de um conhecimento experiencial do São Bernardo, nos deparamos com diferentes paisagens, de certo modo correspondentes às suas identidades. Entre as duas áreas tem-se a Avenida Amoreiras como fronteira. Das construções nesta avenida (casas, prédios) na altura do São Bernardo, o que predomina fortemente são as atividades comerciais: lojas, oficinas, varejão, mercados, farmácias, distribuidoras de doces e embalagens, postos de combustível: tudo se acotovelando, com letreiros enormes ou não, coloridos, destoantes entre eles. A avenida é uma via de passagem. No sentido oeste-leste os veículos se dirigem para o centro de Campinas; no sentido leste-oeste os veículos vão para os bairros, para a periferia da cidade. São três vias: para o centro, para a periferia e, entre as duas pistas, um corredor exclusivo para os ônibus. De segunda à sexta-feira, às sete da manhã, os ônibus, em fila, quase ocupam toda a extensão do corredor e a via leste-oeste fica com tráfego intenso, às vezes congestionado. O horário de entrada das escolas públicas coincide (uma escola no alto e quatro no baixo São Bernardo); assim, têm-se muitos alunos desembarcando e esvaziando os ônibus, atravessando em massa as ruas, seguindo os mesmos caminhos. Enquanto corredor viário e centralizador de atividade comercial, a avenida se configura fronteira freqüentada por todos, uma paisagem comum.

Em direção ao alto da vertente temos o bairro caracterizado como de classe média, média-alta. Ali, encontram-se casas de tamanhos e padrões que atestam a presença destas classes; no entanto, casas mais simples, alguns núcleos de casas da década de 1950, pontuam o bairro. Importante, ainda, atentar para a presença de edifícios e condomínios verticais espalhados pelo território, a presença de academia de ginástica, escola particular, restaurantes, igrejas evangélicas com arquitetura sofisticadas. No interior do bairro, há uma igreja católica (Nossa Senhora Imaculada) que completará jubileu de ouro e é importante ponto de encontro para os moradores, sobretudo os mais antigos. O principal espaço público de lazer é a praça Prof. Paulo José Octaviano, pequena, bem mantida e muito freqüentada; é conjugada à igreja Nossa Senhora Imaculada.

No baixo São Bernardo, as casas populares, originalmente idênticas, perderam muito das suas características iniciais (mas acreditamos que quando guardavam esta igualdade conotavam fortemente a idéia de bairro popular); no entanto, determinado padrão ainda está presente (algumas formas, o tamanho). As casas guardam maior simplicidade do que as do alto São Bernardo e a presença de prédios é claramente delimitada aos condomínios de edifícios populares da Cohab (construídos em 1972)⁹ nas bordas do baixo São Bernardo. Os edifícios possuem um padrão que os faz facilmente reconhecíveis como produto de programa de habitação popular. Diferentemente do alto São Bernardo, não há no baixo São Bernardo presença significativa de restaurantes, predominando a presença de pequenas mercearias e botecos. No baixo São Bernardo também não há a presença de academia de ginástica, de escola particular ou igrejas evangélicas com relativo alto padrão. No entanto, enquanto se observa certa ausência de pontos de ônibus na porção de cima do bairro, no baixo São Bernardo há a localização estratégica destes ao longo da avenida principal do bairro (a avenida Rio de Janeiro), percorrendo algumas ruas secundárias junto às casas e ao longo dos condomínios.

⁹ Há, também, no baixo São Bernardo um estabelecimento de diferentes identidades entre as pessoas que moram nas casas originárias da Fundação Popular Rio de Janeiro e as que vivem nos condomínios da Cohab. Os moradores das casas “denunciam” que aqueles que vivem nos condomínios mantêm certa displicência em relação ao bairro, não se envolvendo nas mobilizações para melhorá-lo.

FIGURA 3.12
Alto São Bernardo



Foto: Fernanda Cristina de Paula (2006).

FIGURA 3.13
Baixo São Bernardo



Foto: Fernanda Cristina de Paula (2006).

As diferenças da configuração territorial desses dois lugares são aprofundadas pelo modo como são tomadas, vividas, pelos “de dentro”. Além da paisagem conotar as duas identidades, também revela como os dois grupos vivem seus respectivos lugares. No alto São Bernardo, as ruas estão geralmente, esvaziadas, predomina-se a visão de janelas e portas fechadas, as grades nas casas e cercas elétricas nos muros são uma constante. Em

contraponto, enquanto no baixo São Bernardo as ruas geralmente apresentam pessoas passando, grupos de vizinhos conversando, a presença de grades é menor. Há uma clara diferença no uso do espaço público entre as duas porções do bairro.

Pensando na cidade e em seus traços essenciais, lembramos a importância do espaço público e de como ele é tomado como possibilidade de entrever como o cidadão se apossa da urbe, quais as lógicas que regem esse uso. Transpomos esse pressuposto para a escala do bairro (território vivido), para nos aprofundarmos na relação entre os indivíduos e seus lugares dentro do São Bernardo.

Há mais carros adentrando o baixo São Bernardo e muito mais pessoas andando pela rua, conversando, indo ou voltando do mercado, do ponto de ônibus, da padaria. Os bares estão sempre lotados nos finais de semana: jovens e velhos (todos homens) tomando cerveja e conversando. Nas ruas, as pessoas se cumprimentam; e os cumprimentos sem fim: velhos, jovens, senhoras, mulheres com suas crianças, grupos de moços: todos parecem se conhecer. As pessoas ficam nos portões de casa conversando com vizinhos ou olhando o movimento; meninos passam correndo com suas bicicletas. A todo o momento, crianças brincam sob árvores, sentadas nas guias das calçadas. É patente que o privado não está separado rigidamente do público por portas, janelas e portões fechados. Diferindo do alto São Bernardo, no baixo o privado (que é sempre lugar, pois conota intimidade) se estendeu para além da casa, se estendeu para a calçada, para a rua. Há sete praças no baixo São Bernardo, mas todas estão esvaziadas (às vezes um pouco mais, às vezes um pouco menos), sem o recebimento de uma clara manutenção. A importância das praças se origina do fato delas, dentro da cidade, serem o recanto seguro e especialmente arquitetado para promover o exercício da pausa e/ou da sociabilidade, momento de encontro entre as pessoas. No entanto, com o privado estendido às ruas, com a sociabilidade exercida nas vias e calçadas, no portão em frente de casa, a função (ou poder de atração) das praças, no baixo São Bernardo, parece perder força.

No alto São Bernardo a situação está invertida. A praça é, claramente, o espaço público que se tornou lugar: sua manutenção é constante e ela é altamente freqüentada, figurando como único espaço de lazer naquele bairro. As tardes de finais de semana se

caracterizam pelo alto contingente de moradores (de todas as idades). As ruas esvaziadas e as janelas e portas fechadas, as grades, separam fortemente a intimidade do lar de certa “insegurança” que caracterizaria as ruas. A sociabilidade é, predominantemente, exercida na única praça e não nas calçadas, nas ruas. Encontramos o eco deste movimento no artigo de Lúcio Kowarick, onde o autor discute sobre a auto-defesa e a segregação sócio-espacial como adaptação à convivência com a área de risco. Neste contexto, ele coloca:

O lema é evitar o diferente, pois, a mistura social é vivenciada como confusão, desarmonia ou desordem. [...] Trata-se de uma sociabilidade enclausurada e defensiva, alicerçada no retraimento da vida privada – a *casa* –, que rejeita as esferas públicas – a *rua* –, tida como espaço da adversidade por excelência, o espaço social do anonimato, do imponderável e imprevisível, local portanto do perigo e da violência... (KOWARICK, 2002, p.23).

FIGURA 3.14

Uma das praças do Baixo São Bernardo



Foto: Fernanda Cristina de Paula (2006).

FIGURA 3.15
Praça do Alto São Bernardo



Foto: Fernanda Cristina de Paula (2006).

Embora seja o baixo São Bernardo que carrega o título de ser um local “perigoso”, é o alto São Bernardo que parece viver um “clima de perigo”. Desta inversão da vivência dos espaços públicos, aventamos que a maior sociabilidade realizada no baixo São Bernardo adviria de sua gênese; do estabelecimento de uma “comunidade de vida e destino” (BAUMAN, 2005) necessária para enfrentar as adversidades que este território guardou no seu início de ocupação. Uma terceira geração já está vivendo o bairro, a convivência com os vizinhos e o estabelecimento de pares da comunidade é comum desde longa data; daí a sociabilidade estar tão perto da porta de casa. Assim, a rua, no baixo São Bernardo, não se faz espaço do anonimato ou imponderável. Enquanto no alto São Bernardo, talvez a sociabilidade só se realize nos locais institucionalizados para isso no afã de se resguardar de uma violência urbana que, às vezes, parece invisível.

FIGURA 3.16
Residência no Alto São Bernardo



Predominância de grades e cercas elétricas
Foto: Fernanda Cristina de Paula, 2006.

FIGURA 3.17
Praça no baixo São Bernardo



Cadeiras, mesa e churrasqueira são por conta dos próprios moradores.
Foto: Fernanda Cristina de Paula (2006).

3.4. Vivendo a metrópole: sobre riscos e vulnerabilidades no São Bernardo

E, posto o quadro dos lugares do São Bernardo, ficam as questões: que riscos há no São Bernardo? São riscos para quem? Quem está mais vulnerável?

Para nos aproximar, de um modo geral, da vulnerabilidade dos indivíduos que ali vivem, cabe atentar que pensar riscos neste bairro é sempre problematizar suas fontes,

sua periculosidade, sua relevância em acordo com as diferentes características dos dois lugares.

Watts e Bohle (1993) atentam que a vulnerabilidade possui dois lados: o lado externo que corresponde aos choques, estresses e crises aos quais as pessoas podem ser expostas e o lado interno que é concernente à defesa e luta contra possíveis danos. Compreender o lado interno da vulnerabilidade dos moradores do São Bernardo inclui, necessariamente, o resgate da questão da memória e identidade do bairro.

A memória dos moradores do São Bernardo aponta como o lugar figura na vida dos indivíduos. A compreensão da gênese do bairro na fala dos indivíduos revela relações sensitivas com o lugar, revela como eles o pensam. No baixo São Bernardo, é fácil observar como a identidade institucionaliza a coesão do lugar, se expressando na sociabilidade patente que o caracteriza. Dentro deste contexto, se alcança a movimentação e discurso crítico dos moradores do baixo São Bernardo que estão constantemente preocupados em se mobilizar para a manutenção e realização de ações que melhorem o bairro, território onde vivem. Por exemplo, a procura de um local (mesmo entre os espaços privados/comerciais do bairro) para a realização de pequenos cursos de capacitação para os adolescentes do bairro; a mobilização para que um dos condomínios não tornasse privado uma praça (e a rua que a circunda) a fim de estenderem seu estacionamento; ou mesmo a tentativa de impedir que uma antiga praça (“praça do mastro”) fosse, como aconteceu, transformada em uma nova praça em homenagem a morte de uma vereadora (que nem ao menos era do bairro, atentam os moradores)¹⁰. Há a tentativa de fortalecer e organizar a associação de bairro que ainda está se efetivando, procurando uma sede.

Estes fatores revelam coesão e preocupação com o próximo, uma rede de solidariedade esteada na identidade territorial: face aos riscos e a realização de perigos, esta rede de solidariedade surge como importante fator para a defesa e luta contra a possibilidade de eventos danosos. Em outras palavras, esta coesão surge como um

¹⁰ A praça possuía um mastro onde, vez em quando a bandeira do Brasil era hasteada; importante símbolo que resgatava a memória, pois fora inaugurada pelo Presidente Jânio Quadros.

atenuante geral da vulnerabilidade dos moradores do baixo São Bernardo. Em contraponto, o alto São Bernardo não revela uma formação tão forte de uma “comunidade de vida e destino” (BAUMAN, 2005). A formação dessa comunidade (que não encontra correspondente no alto São Bernardo) já é um diferencial importante que interfere no lado interno da vulnerabilidade, na lida com riscos e perigos neste lugar.

Mas, retomando às considerações de Watts e Bohle, a vulnerabilidade compreende um lado externo também e falar deste lado é falar sobre riscos. Pessoas e lugares são vulneráveis a algo: que riscos existem no São Bernardo?

Uma das questões levantadas nos trabalhos de campo é a violência, presente na narrativa dos moradores do alto e baixo São Bernardo. Embora a porção de baixo do bairro seja tida como fonte do risco, o sentimento de medo está invertido: o alto São Bernardo espelha uma aura de insegurança, com a constante de grades nas casas, muros altos, cercas elétricas, enquanto, no baixo São Bernardo os moradores apontam que esta porção do bairro é o paraíso em comparação a outros tempos. E, além do mais, há um sentimento de segurança e cumplicidade no baixo São Bernardo, existindo, mesmo, um pacto implícito de não-agressão¹¹.

A diferença no uso dos espaços públicos também reflete a questão de sentimento de segurança. O fato de no baixo São Bernardo o espaço público, na forma das ruas e calçadas, configurar espaço para a realização da sociabilidade e, no alto São Bernardo, os espaços em frente à casa (a calçada e as ruas) não emergirem como espaço íntimo onde a sociabilidade pode se realizar tranquilamente, sugere uma diferença no sentimento de segurança e intimidade com o próprio bairro. A diferença no sentimento de segurança reflete, então, a própria consciência de vulnerabilidade, atrelada à percepção de riscos. Outro tipo de risco a ser considerado no São Bernardo é aquele relacionado à infraestrutura urbana. Tanto no baixo quanto no alto São Bernardo, há a ausência de

¹¹ Um senhor idoso comenta que há “bandidos” no bairro, mas que estes não assaltam moradores porque daria briga no bar de esquina do bairro. Outro senhor, que trabalha em uma das escolas estaduais do baixo São Bernardo, quando comenta sobre um roubo recente (na época) da escola, de que os moleques roubam as escolas, pois não estão prejudicando ninguém do bairro, pois é o Estado que arca com as conseqüências.

equipamentos públicos para a saúde. O Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, relativamente próximo do bairro, deve (institucionalmente) ter como área de abrangência de atendimento o São Bernardo. Entretanto, moradores do baixo São Bernardo apontam que não é sempre que, acometido de um problema de saúde, seja possível se deslocar até lá. Eles falam da necessidade de um posto de saúde ali¹², enquanto tal reivindicação não aparece na fala dos moradores do alto São Bernardo. Seriam os moradores do alto São Bernardo menos vulneráveis a reveses concernentes à saúde na medida em que possuiriam menor dependência (dada a classe socioeconômica que fundamenta sua identidade) em relação aos serviços públicos?

Lúcio Kowarick, trabalhando os conceitos de vulnerabilidade sócio-econômica e civil a partir de algumas tradições teóricas da sociologia, fala sobre uma fragilização dos direitos básicos do cidadão, incluindo, no que concerne às metrópoles brasileiras, casos de precariedade patente de serviços coletivos que conferem proteção pública (KOWARICK, 2002). Cabe aqui o entendimento de que esta fragilização está no cerne da produção do espaço (na forma da ausência de um posto de saúde no baixo São Bernardo); e seu reflexo se dá na vivência do lugar, pois ele não supre satisfatoriamente o direito à saúde. Comparando alto e baixo São Bernardo, teríamos, assim, que a vulnerabilidade civil só se faz urgente quando a vulnerabilidade sócio-econômica é maior?

Se ainda atentarmos para a infra-estrutura do bairro, podemos falar sobre os riscos ambientais do lugar, relacionados com a presença do Córrego Piçarrão que circunda o São Bernardo do leste ao norte.

Embora a maior parte dos moradores do São Bernardo não atente para a presença do ribeirão, há uma deficiência na infra-estrutura urbana para conter as cheias no afluente ao norte do bairro, na porção do baixo São Bernardo, onde o córrego se faz fronteira entre este bairro e a Vila Tupinambá. Apesar da galeria pluvial, da presença de paralelepípedos

¹² Com o Orçamento Participativo (prefeitura e comunidade decidindo como o dinheiro é investido no lugar), os moradores do baixo São Bernardo conseguiram a construção de um posto de saúde ali. No entanto, embora constando como meta realizada pelo Orçamento Participativo, o posto de saúde nunca entrou em funcionamento.

para o escoamento de canais intermitentes, os moradores dizem que ali é a área onde o ribeirão ainda causa problema. Importante observar a coincidência espacial no que concerne a infra-estruturas mais precárias junto a grupos reconhecidos como mais defasados, na medida em que as ocorrências de enchentes são registradas, ainda, na porção do baixo São Bernardo. Entretanto, é justamente nesta porção que se observa uma rede de solidariedade, fundada na identidade territorial; a qual remete, como já atentado, à defesa contra as adversidades.

Foram estes os riscos e nossas aproximações iniciais acerca da vulnerabilidade do bairro São Bernardo. Lembramos que este bairro não é uma unidade fechada. O São Bernardo está inserido no frenesi da metrópole. É um bairro de passagem, de alto fluxo de veículos e pessoas, em processo de consolidação de um sub-centro comercial na Avenida Amoreiras, como aponta o Plano Diretor do município (1996). E os moradores do São Bernardo também são moradores da metrópole, quando se deslocam para trabalhar, estudar ou se divertir, por exemplo, também estão promovendo e vivendo este frenesi. A posição do São Bernardo dentro da cidade, por exemplo, coloca os moradores a uma distância percorrível a pé do centro da cidade, do Shopping Campinas, de grandes supermercados e agências de bancos na Avenida Amoreiras e em suas proximidades – os moradores, assim, postos nos caminhos dos fluxos que movimentam a cidade. No entanto, é no São Bernardo que estes indivíduos se fixam, estabelecem um território, fazem seu lugar; e, assim, fundam um conhecimento geográfico oriundo da experiência vivida.

Se intentarmos compreender os riscos e vulnerabilidades nas metrópoles de forma mais holística e conjuntiva, é neste conhecimento originado na experiência que encontraremos uma contribuição essencial. Falar de risco e vulnerabilidade não visa reforçar a idéia de metrópole enquanto foco de repulsão, nem uma postura alarmista de que o risco está em toda parte. Antes, compreender riscos e principalmente as diferentes vulnerabilidades em sua concretude, pode ser libertador no sentido da construção de estratégias de resposta e proteção, desmistificando certos riscos e trazendo para a esfera da ação a possibilidade de lidar com eles. Além disso, melhor compreendê-los nos permite

lançar mão de recursos já disponíveis para lidar com eles, tais como aqueles relacionados ao conhecimento ambiental e espacial, a memória e as territorialidades vividas que interferem diretamente na tensão segurança-insegurança. O bairro, enquanto lugar na metrópole, pode ser, portanto, tanto o foco do perigo quanto da proteção. Sua compreensão e construção coletiva e individual é que determinará que papel ele terá na vida de cada indivíduo, no espaço fragmentado e multifacetado da metrópole.

4. VULNERABILIDADE E IDENTIDADE TERRITORIAL: EVOLUÇÃO URBANA E MEMÓRIA NOS DICS

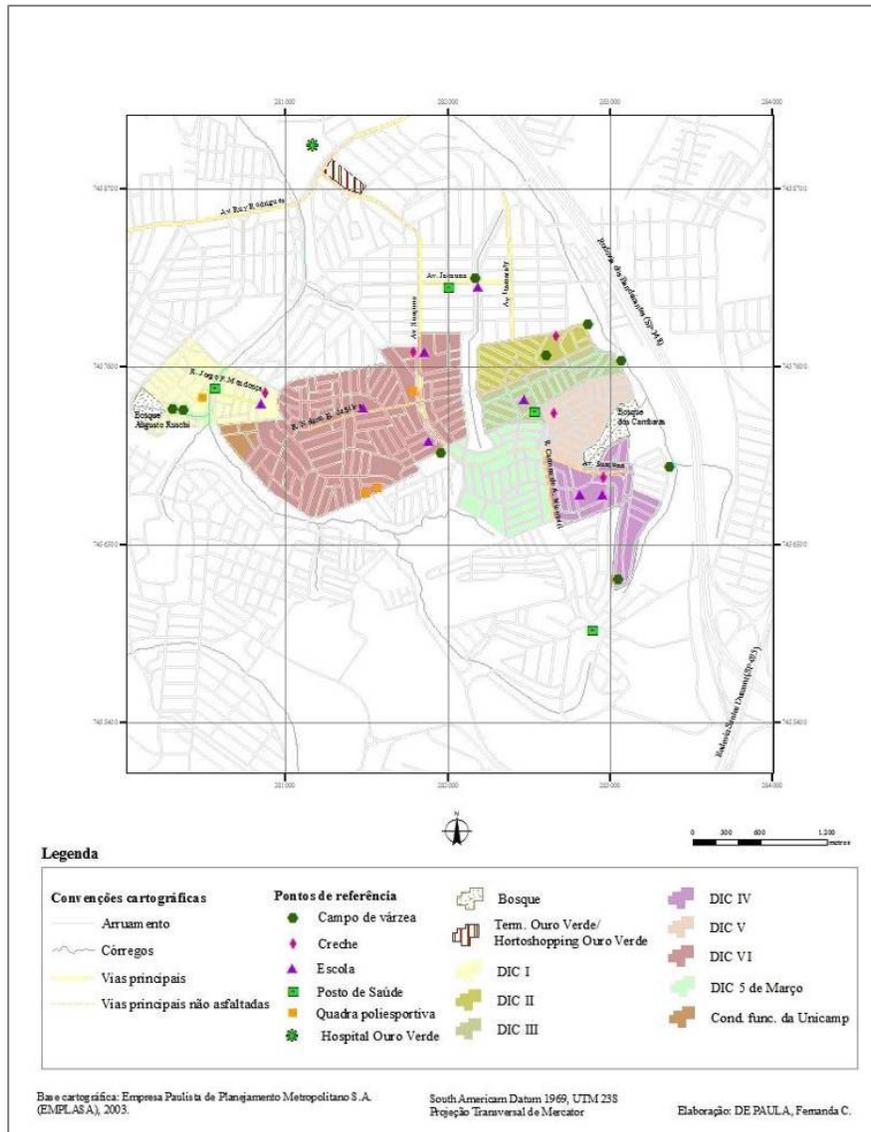
Os DICS (Distritos Industriais de Campinas) se situam no extremo sul de Campinas. Originado de um programa de habitação popular realizado pela Cohab-Campinas, os DICS foram concebidos como um conjunto de bairros, divididos por números (do DIC I ao DIC VI e o DIC 5 de Março), com suas primeiras habitações remontando ao final da década de 1970. Tendo sido construídos na fronteira urbano- rural da cidade, o início destes bairros foi caracterizado por uma série de precariedades associadas a deficiências das condições materiais que dão suporte à vida urbana (fraca atividade comercial, vias em mau estado, insuficiência ou ausência de serviços públicos), associando-os à imagem clássica (com conotação negativa) de periferia urbana.

Entretanto, apesar de figurar no imaginário campineiro como espaço caracterizado por todo tipo de reveses urbanos, nos trabalhos de campo realizados, um elemento é recorrente na fala dos conversantes: a percepção de uma menor vulnerabilidade em relação aos primeiros anos vividos no bairro. Ao falarem dos DICS, sempre colocam ênfase na precariedade que o caracterizava em seu início e o estado (um tanto quanto satisfatório) atual. Assim, é denotado certa evolução urbana orientando o entendimento dos bairros pelos próprios moradores e revelando como é a vivência destes. A partir da abordagem do lugar trazemos a memória dos moradores como meio de acessar as relações entre eles e o bairro, na decorrência da consolidação urbana dos DICS. Procuramos, desta forma, compreender as relações entre esta evolução urbana e a condição de vulnerabilidade.

Enquanto uma seleção de eventos no decorrer do tempo, a memória não traz apenas a ordenação causal destes. Os indivíduos, no exercício de narrar, dotam os eventos de significados, de modo a formar uma linha lógica que explique o presente. Os eventos narrados estão sempre sendo referidos ao espaço em que ocorreram, implícita ou

explicitamente. E, neste movimento, também o espaço é dotado de significados. (ABREU, 1998; COSTA, 1999; MISCHLER, 2002; ROCHA e ECKERT, 2005)

FIGURA 4.1 Mapa DICs



Fonte: Elaboração própria.

A evolução urbana, revelada pela memória, é, sobretudo concernente aos DICs. Compreender estes enquanto parte da estrutura interna da cidade (enquanto bairro) pode permitir a clarificação da própria experiência urbana e de como a vulnerabilidade pode estar latente nesta. Assim, estudando os DICs, discutimos os elementos e processos

geográficos concernentes ao bairro (enquanto estrutura da cidade) e como este pode espelhar uma condição de vulnerabilidade.

Desta forma, primeiramente discutimos o que o bairro depõe sobre a vida urbana, seu papel dentro da experiência do espaço da cidade. Discorreremos brevemente sobre os estudos já realizados acerca do bairro e suas contribuições na compreensão dos DICs. Em seguida, em acordo com a memória dos moradores destes, procuramos apreender a evolução urbana dos DICs; e dentro desta discussão, movimentamos os elementos e processos geográficos (tais quais mobilidade, permanência, territorialização, estabelecimento de identidades e lugares) que a pontuaram. Esses elementos e processos geográficos, por um lado, nos auxilia na compreensão do devir urbano (a evolução e consolidação dos DICs) e por outro, clarifica as relações entre bairro, experiência urbana e a vulnerabilidade inserida neste contexto. Concluímos esse trabalho atentando para a importância do entendimento do lugar (aliado a esta categoria, a relevância da identidade territorial) na abordagem da vulnerabilidade dentro da experiência urbana.

4.1. Sobre os DICs

Antes de ser um bairro que se auto-formou, os DICs são uma área residencial construída para atender uma classe econômica específica (classes baixa e médio-baixa). Inserido em um projeto de habitação popular, realizado pela Cohab em acordo com a Prefeitura Municipal, já surge com a insígnia de bairro popular.

As habitações, entregues entre final da década de 1970 e meados da década de 1990, se dividem em dois tipos: as mononucleares e os condomínios de edifícios (com espaço interno para pátios e garagens), cada edifício tendo quatro andares, com dois apartamentos em cada andar. As habitações, inicialmente padronizadas, vão ser traço forte da paisagem dos DICs, testemunhando a extensão deste conjunto de bairros e seus limites.

Construído para ser bairro popular e, ainda, radicado onde a infra-estrutura urbana era ainda deficitária, os DICs surgem no discurso sobre Campinas (na fala dos próprios moradores da cidade) como a segunda periferia da cidade. Essa afirmação faz alusão à

considerável distância entre este conjunto de bairros e o centro da cidade, denotada pela proximidade dele com a Rodovia Bandeirantes (SP-348) a qual servia, neste discurso, como referência de limite (longínquo) da expansão da cidade.

Um antigo morador do DIC I atenta que, ao redor dos primeiros condomínios e das primeiras casas, havia somente mato e sítios. Assim, o início dos DICs foi caracterizado por moradias urbanas onde a paisagem urbana era ainda débil. Este dado tem relevância se concordarmos, junto com Lemenhe (1997), que a configuração da paisagem da cidade tem importância na realização das atividades mais características da vida na urbe. Na dificuldade de realizar estas atividades está o quadro de adversidades que pontuaram os DICs.

Os DICs vêm se consolidando deste então. No movimento de conviver entre a tensão de morar em uma área urbana onde o urbano ainda é frágil (fragilidade denotada pela paisagem urbana débil). Assim, surgem questões como: por que se submeter a habitar um bairro que conforma diversos reveses? Como se dá a convivência com estes? Como fica a experiência urbana daqueles que ali vivem? Focando, dentro da abordagem do lugar, a memória dos moradores dos DICs, esperamos apreender o desenrolar e os significados da evolução urbana, refletindo sobre o bairro e a vivência da cidade e, ainda, a condição de vulnerabilidade que, nos DICs, estava imbricado a estes.

4.2. Porque vieram e porque ficaram: mobilidade, permanência e identidade territorial

Para compreender o bairro é preciso compreender a cidade. É comum encontrar, na literatura acadêmica, considerações sobre a dificuldade de uma definição universal da cidade, que possa corresponder aos diferentes espaços (em diferentes contextos históricos, culturais, sociais e econômicos) que são referenciados por este termo (GEORGE, 1983, DOLFUSS, 1991). No entanto, a despeito da dificuldade, alguns fatores são recorrentes na compreensão do que define (ou origina) a cidade. Dentre estes, são levantados o sedentarismo como condição de estabelecimento de uma cidade, associado a uma aglomeração humana, onde parte dos indivíduos seja independente da realização de atividades primárias para a subsistência. Esta independência está por sua vez ligada

(como propulsora ou como conseqüência) ao crescimento e complexificação de atividades ou papéis sociais, culturais; estando esta complexificação relacionada à (ou refletida na) produção do espaço da cidade. Espaço que seria caracterizado pela densidade do ambiente construído e suas funções (MUNFORD, 1982; CASTELLS, 1983; GEORGE, 1983; SERRA, 1987). Se são esses elementos que caracterizam a cidade, qual é o papel do bairro dentro deste modo de vida, dentro desse espaço? E, ainda, que fatores de um bairro (da vida urbana) estão em xeque quando o bairro apresenta uma condição de vulnerabilidade?

Ao realizar os trabalhos de campo neste conjunto de bairros e observada a condição de vulnerabilidade que marcou seu início, as considerações de Raymond Ledrut, discutindo o espaço social da cidade, parece-nos propositivas para compreender o urbano. O autor aponta:

[...] fixação e movimento, instalação e circulação são duas categorias essenciais à vida dos aglomerados importantes. O drama da organização e do funcionamento das coletividades urbanas se desenvolvem em torno destes dois protagonistas. Os homens ocupam uma casa sobre uma parcela de certo território para aí morar ou, algumas vezes, para produzir; porém se deslocam para encontrar confrades e amigos, para comprar e vender, etc. (LEDRUT, 1971, p.101 – grifos nossos).

Uma das formas clássicas (ou simples) de definição do urbano é através da oposição à vida rural. Se na última se evidencia a sobreposição do espaço da casa ao espaço necessário à sobrevivência (agricultura e pecuária tanto para o próprio consumo quanto para a venda), o urbano se destaca pela dissociação desses espaços; a cada atividade um deslocamento. A casa ocupada, a parcela de território em que se está fixado, onde se permanece, tem um papel fundamental. A configuração espacial deste território e os movimentos que o animam congregam a promoção ou o truncamento da mobilidade relevante na vida urbana.

Se a definição de urbano em oposição ao rural é insuficiente para compreender diversas outras características que são inerentes à vida na cidade (CASTELLS, 1983), essa definição, no entanto, realça os elementos que compõe o drama a que Ledrut (1971) se

refere. E, atentamos, a fixação e o movimento encontram representatividade no entendimento do devir urbano dos DICs através das narrativas dos moradores.

Cotidianamente, o espaço de referência, a parcela do território onde se vive é o bairro. A partir dele é que a vivência do restante da cidade, os movimentos cotidianos necessários ou/e desejados são estruturados. O início dos DICs, bairros urbanos onde o espaço urbano (construído, organizado) era ainda débil depõe sobre a condição de vulnerabilidade presente neste descompasso. Como foi a convivência e as conseqüências de habitar os DICs, em seu início? Por que ir morar em um bairro no limite da fronteira urbano-rural? E por que como permanecer em um espaço caracterizado por reveses? Como permanecer em um espaço caracterizado por reveses? Explorando as idéias de mobilidade (movimento) e permanência (fixação) para discutir a experiência urbana (a partir da memória daqueles que vivem nos DICs) é que esperamos avançar nas questões propostas nesta pesquisa.

Mobilidade: ir e vir dentro dos DICs e dos DICs à cidade

Se o urbano é tributário da mobilidade, como afirmou Ledrut (1971), as qualidades dela que definem uma vivência urbana razoável. O mesmo morador que comentou sobre as imediações (sítios e mato) dos DICs em seu início, ainda relata dificuldades dos primeiros anos no bairro. Na década de 1980, quando em dias de chuvas muito forte, as ruas (de terra) se tornavam intransitáveis e as pessoas eram obrigadas a desembarcarem dos ônibus nas imediações do que é hoje o Terminal Ouro Verde e seguir até o DIC I a pé. Não é sem fundamento a pilhéria, entre os campineiros, com a sigla dos DICs (“Distância Incalculável de Campinas”). Na fala dos moradores fica patente que é complicado ser cidadão, ter o espaço da residência dissociado dos outros espaços, quando é mais difícil alcançar o restante da cidade. Esteja esta dificuldade na forma das ruas intransitáveis ou nas próprias características do serviço de transporte coletivo (nos itinerários realizados ou no intervalo de passagem dos ônibus), quando as pessoas são dele dependentes, como no caso dos DICs. A distância em relação ao centro da cidade, no início dos DICs, não é um problema só de extensão, mas também da eficácia, da qualidade e potencialidade dos

meios de se locomover. Quando essas épocas são narradas, fica expresso um sentimento de isolamento em relação ao restante da cidade.

E, neste quadro, a concretização de qualquer risco, o surgimento de qualquer emergência, encontra auxílio imediato somente nos vizinhos. Principalmente se atentarmos que, além do distanciamento em relação a outros bairros e ao centro da cidade, a posse de telefones particulares era um luxo consideravelmente caro na época, que muitos poucos detinham ali. Importante atentar ainda que, por exemplo, até o final da década de 1990, o Pronto Socorro mais próximo era o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, próximo ao centro da cidade. A vulnerabilidade parece patente na medida em que, ao invés de serviços especializados, o socorro imediato depende, fundamentalmente, dos vizinhos.

A partir deste ponto, podemos já nos aproximar de Susan Cutter e da sua proposta de modelo de vulnerabilidade. A autora, realizando um resgate das três perspectivas mais correntes sobre o tema, propõe uma abordagem mais conjuntiva, onde a compreensão tanto dos riscos e vulnerabilidade a partir do estudos do ambiente quanto da abordagem dos riscos e vulnerabilidades como socialmente construídos se integrem na compreensão da condição de vulnerabilidade que se materializa em uma área específica.

A necessidade de compreender a vulnerabilidade de forma mais holística se torna premente ao se deter sobre a própria condição de vulnerabilidade dos DICs. Esta não seria resultado somente da probabilidade maior ou menor de ocorrência de perigos, somente da ausência de recursos particulares, só da configuração espacial precária ou tão somente da distância em relação a serviços especializados, por exemplo. A vulnerabilidade, nos DICs, é resultado da própria conjunção de fatores como estes.

E, o resultado particular de conjunções como estas expressam o próprio conceito de lugar. A partir do lugar, se atentarmos ao modelo de Cutter (1996), encontrar a possibilidade de compreender as dinâmicas que produzem sua vulnerabilidade. Na narrativa dos moradores, a qualidade da mobilidade entre o bairro, área onde permanecem, e o restante da cidade é representativa da condição de vulnerabilidade que marcou os DICs. E esta condição, a percepção dela, é aprofundada se a dependência dos

indivíduos em relação ao restante da urbe for forte, na medida em que o bairro (área de permanência) não provê satisfatoriamente necessidades características ao modo de vida urbano.

Enquanto local da morada, a vida urbana se centra, de vários modos, no bairro. Ir e vir dentro do bairro está ligado ao suprimento de necessidades e desejos mais prementes na manutenção diária da vida. Certa mobilidade satisfatória dentro do bairro, ligada ao seu conteúdo socioespacial enquanto provedor de necessidades ou desejos, qualifica a permanência no bairro.

Não é somente a movimentação entre o bairro e a cidade que vai pontuar a condição de vulnerabilidade no início dos DICs. Embora a mobilidade seja fundamento da vida urbana, as cidades modernas têm como paradigma de qualidade de vida que esta mobilidade se realize por pequenas distâncias para as necessidades mais prementes do cotidiano. Com o urbano ainda não consolidado (ainda na década de 1990, pequenas manadas de bois atravessavam algumas ruas, lembra um morador), com o comércio representado pelas pequenas iniciativas de um ou outro morador, as compras de mantimento para a semana ou do pão francês para o café-da-manhã, por exemplo, significavam deslocamentos consideráveis através dos DICs.

Um morador, que se mudou para os DICs na década de 1990, conta que restringia o hábito de comer pão francês aos cafés-da-manhã de finais de semana, pois, nos dias úteis, não tinha tempo de se deslocar do DIC V (de uma área perto da Avenida Suaçuna) até o interior do DIC III para comprar pão na pequena padaria que havia ali (uma distância de 10 minutos a pé). Este mesmo morador também conta sobre a necessidade de se deslocar a pé até a Avenida Itamaraty para comprar produtos corriqueiros no único mercado que havia nas imediações. As compras do mês também podiam significar gastos relativamente mais altos; uma moradora do DIC IV, desde meados da década de 80, conta que, não tendo carro, tinha de ir fazer compras em hipermercados distantes dos DICs e, então, tinha de pagar táxi para levar as compras até sua casa. Notável, ainda, é o caso do Posto de Saúde do DIC III que, até o final da década de 1990, era a única referência próxima de serviço de saúde pública para os moradores dos DICs II, III, IV, V. Em meados

de 1990, o contingente populacional a ser atendido pelo posto de saúde aumenta com o estabelecimento do DIC 5 de Março e outros bairros (originados de invasões de terras públicas) nos limites dos DICs. Era necessário vencer, para muitos, grandes distâncias (a pé) para consultas médicas ou pequenas emergências; além de problemas gerados pela dificuldade de atender satisfatoriamente a demanda crescente.

A partir destes pontos, sobressai-se a fragilidade dos caracteres urbanos deste conjunto de bairros, onde pequenas necessidades podiam implicar em grandes distâncias a serem percorridas ou, mesmo, o deslocamento até o centro da cidade. Aprofunda-se o problema se o deslocamento até a cidade é difícil.

Assim, a pergunta cabível aos moradores mais antigos é: por que permanecer neste bairro marcado pelas lidas constantes contra as adversidades? As respostas, substancialmente parecidas, nos direciona para o significado dos DICs na vida de seus moradores: ficaram porque foi neste bairro que conseguiram suas casas próprias. E a escolha pela permanência nos DICs engendra uma série de processos, que se unem na necessidade de conviver com as adversidades.

Permanência e identidade territorial nos DICs

É comum, na narrativa dos moradores, a assertiva de que no início (dos DICs) era bem difícil. E são as dificuldades que expressam a suscetibilidade aos reveses; congregadas na mobilidade pouco qualificada, na ausência de equipamentos públicos, e mesmo significadas pelas ruas de terra, símbolo recorrente de adversidade quando se narra os tempos mais difíceis. Deste ponto se origina a consciência de certa condição de vulnerabilidade e, ainda, o reforço da imagem de periferia que os DICs têm para os moradores de Campinas.

Mas, a necessidade ou o desejo de permanecer neste espaço e o conseqüente envolvimento cotidiano com ele implica em alguns processos geográficos. Tais como o estabelecimento de territórios vividos e a conformação de lugar.

Yi-Fu Tuan, preocupado com a experiência humana do espaço, dá ênfase à categoria lugar; a partir de uma leitura humanista desta, toma-a como a porção do espaço

com a qual o indivíduo desenvolve intimidade. Desta acepção, surge a máxima de que o lugar é intimidade, é segurança, porção do espaço que ganha significado para o indivíduo. Enquanto o espaço é abstração, vastidão, terreno do desconhecido, pois não experienciado efetivamente, envolvimento sensorial contínuo direto (TUAN, 1983). Para que o espaço se torne lugar é necessário experiência efetiva deste, ao longo do tempo.

Pensando nos DICs, o estabelecimento de lugares é ainda mais significativo se atentarmos para algumas conseqüências desse processo: a porção do espaço significado e vivido se torna expressa pela pessoa através da aplicação do seu discernimento moral, estético e político ao espaço (HOLZER, 1998). É no interior destas considerações que podemos nos aproximar de como o quadro de adversidades (que orienta a vulnerabilidade) dos DICs surge na vivência dos indivíduos, pois, também a vulnerabilidade é significada, experienciada junto com o lugar.

Mas, antes do estabelecimento do espaço enquanto lugar, o envolvimento com este espaço é, sobretudo, pautado pela necessidade. Eduardo Marandola Jr., ao discorrer sobre o imaginário e experiência urbana de Londrina, focando a situação de fronteira, conclui que o estabelecimento do lugar vem depois do território:

Sem o domínio, sem a segurança, as pessoas sentem dificuldade de desenvolver laços afetivos, pois o que ocupa suas mentes e esforços é a sobrevivência, é a necessidade de conseguir os bens de vida e se manterem vivas. Para as pessoas da fronteira, a preocupação com o trabalho, no sentido de meio de sobrevivência, é tão grande que não há tempo para a contemplação ou para o cultivo de sentimentos topofílicos com os lugares. As pessoas confundem topofilia com os locais que lhe garantem a vivência. Esta é uma situação que não se restringe à fronteira, manifestando-se, embora de forma metamorfoseada, em toda a cidade (MARANDOLA JR., 2008a, p.13).

O território vai se desenvolver no envolvimento necessário com o espaço; antes da significação do espaço enquanto lugar, há, muitas vezes, o movimento de territorialização. O conhecimento e envolvimento que gera lugar sendo promovido pela compulsoriedade da territorialização.

Dentre diversas perspectivas para o uso do conceito de território, procedemos, neste caso, com o uso do binômio território-vivido. Pois, estamos nos referindo aos fatores que consubstanciam o território se realizando na escala do indivíduo (da experiência vivida): poder explícito ou implícito sobre determinada porção de espaço, a delimitação desta porção, as implicações de a ela pertencer (SACK, 1986; MESQUITA, 1997; HAESBAERT, 1999). Deste envolvimento com o espaço advindo a possibilidade do estabelecimento do lugar.

O território vivido dos primeiros moradores dos DICs se estende por quilômetros. A mobilidade interna, caracterizada pelas consideráveis distâncias dos serviços e/ou equipamentos públicos (como posto de saúde ou escola) faz com que a territorialização se estenda por grandes áreas. E a divisão entre os diversos DICs não ganha muita força na vivência destes, pois com esta mobilidade estendida, o território e o lugar não se conformam por essas divisões. A confluência aos poucos estabelecimentos necessários ao cotidiano serviu como promotor de laços entre indivíduos que residem a considerável distância um do outro, mas submetidos às mesmas condições de vida engendradas pela configuração territorial dos DICs. Dentro desse processo, a maioria das divisões entre os DICs não têm função de limites (a não ser para ações burocráticas).

Ainda hoje, nos bairros, é comum grupos de crianças ou adolescentes se encontrando, caminhando ou brincando pelas ruas, tendo em comum, muitas vezes, não a contigüidade de suas casas, mas a colegeice originada nas escolas, que reúnem pessoas de variados pontos dos DICs. Entre os moradores, dizer que mora no DIC III ou no DIC V, por exemplo, serve para conotar, muito mais a localização e época em que o morador chegou ao bairro do que diferenças internas entre cada um dos DICs. O território e, junto com ele, o lugar, se estende então para além dos espaços imediatos das casas, as relações primárias também se estendendo para além das estabelecidas com os vizinhos contíguos. E, dentro desse quadro, o que liga o lugar, o território e as relações entre os indivíduos dos DICs é a identidade territorial.

A territorialização tem relação intrínseca à formação de identidade territorial, a qual remete congrega uma associação tríplice entre: (1) como é determinado território,

(2) quem vive nele e (3) como é viver nele. Enquanto resultado da identificação entre as pessoas e o espaço, a identidade territorial pode ser base para formação de laços comunitários de um bairro. Institucionaliza, de certa forma, a singularidade dos indivíduos (em relação a outros indivíduos que moram em outras áreas da cidade) baseando-a na vivência conjunta do mesmo território. Mathias Le Bossé, ao discutir as perspectivas para o estudo da identidade pela Geografia, coloca que a territorialidade está expressa:

[o] sentido das modalidades práticas e simbólicas pelas quais um grupo define e controla seu território, a territorialidade revela a identidade do lugar; ela é, ao mesmo tempo, o produto e a expressão de um ponto de vista interno e inclusivo (LE BOSSÉ, 2004, p.173).

Este ponto de vista interno e inclusivo, quanto mais forte, expressa o sentimento de uma “comunidade de vida e destino” (BAUMAN, 2005, p.17) baseada, no caso da identidade territorial, na própria experiência de conviver no mesmo espaço, de historicidade e geograficidade específicos.

Permanecer nos DICs implica no movimento de recursos para lidar com o quadro de adversidades que o caracterizava. É neste ponto que surge a importância dos laços comunitários como recurso à vulnerabilidade difundida. O estabelecimento do lugar e a identidade territorial concorrem para consolidar estes laços. E, ainda, nas narrativas dos moradores dos DICs, fica implícito que o isolamento em relação à cidade, a mobilidade interna estendida por grandes distâncias, a confluência aos mesmos pontos e o enfrentamento das mesmas adversidades são cruciais nestes processos.

As redes de solidariedade e certa consciência de identidade territorial (consciência de que aqueles que ali vivem estão submetidos aos mesmos reveses) auxiliam no enfrentamento de perigos. Não raro, por exemplo, indivíduos que possuíam carro transportavam outros em uma emergência médica. A importância da coesão da comunidade também se refletiu na ação da Associação de Bairro do DIC IV, por exemplo, para a organização dos moradores no pagamento e cobrança pelo asfaltamento das ruas deste DIC, entre os anos de 1994 e 1995.

O lazer, enquanto fator de confluência, também promove o estabelecimento do lugar e formação de laços comunitários. A moradora do DIC IV conta que o bar da Fátima, onde vai desde idos da década de 1980 tomar cerveja é o mesmo em que se sentava para, antes de pegar o ônibus, trocar os sapatos sujos de terra e barro das ruas do bairro por sapatos limpos, para andar pela cidade. O lazer também reflete o processo de adequação do território em que se vive, como no caso dos campos de futebol abertos nas várzeas. Times e campeonatos de futebol são organizados e, em alguns campos, os moradores construíram estruturas (arquibancadas, bancos ou mesmo pequenas praças) para assistir aos jogos.

A paisagem foi sendo transformada e/ou construída em direção ao que se espera ou se deseja dentro do bairro, pois sua configuração territorial norteia o dia-a-dia dos indivíduos. Talvez a maior expressão desta transformação a construção da praça de esportes no DIC III. Antes, o local da praça era um terreno baldio, caracterizado por uma quebra abrupta de declividade, onde os moradores jogavam, descuidadamente, entulhos. O morador que conta a história da praça acha irônico que o fato de jogar entulhos ali ao longo dos anos, proporcionou o aterro do terreno e a possibilidade de sua planificação e posterior construção do campo de futebol. Embora esse seja o exemplo de uma grande construção, o testemunho da conformação do lugar mediante intervenção na paisagem também está na recorrente construção de jardins e pequenas hortas nas margens não ocupadas dos ribeirões.

Augustin Berque, problematizando a questão da paisagem para a Geografia Cultural, expõe a importância da construção e reconstrução do espaço; a paisagem: “[...] existe, em primeiro lugar, na sua relação com um sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de uma certa lógica” (BERQUE, 1998, p.84). A lógica, neste caso, está relacionada à própria adequação do espaço do bairro às necessidades e desejos daqueles que ali vivem.

Ir e ficar nos DICs impulsionou a formação dos lugares e das identidades territoriais frente às adversidades. No entanto, a permanência não é gratuita; os moradores viveram (vivem) no movimento de esperar/conquistar melhorias nos bairros. Estas, simbolizando

as condições socioespaciais necessárias (as do bairro, em um primeiro momento) a uma vida urbana com mínima qualidade.

4.3. Quando o urbano chega: consolidação dos DICs, o papel do bairro e a percepção de menor vulnerabilidade

“Quando mato vira bosque é porque melhorou, não é?”, perguntou retoricamente, entre risos, a moradora do DIC IV. Na fala dos moradores de qualquer DIC, quando colocam ênfase entre o início do bairro e suas condições atuais, dizem que o bairro agora é o paraíso. A afirmação recorrente sendo: “Agora, aqui tem tudo”.

Os DICs cresceram, as últimas residências já foram entregues, as ruas estão asfaltadas.

Ir até a cidade já não engendra grandes sacrifícios. Novas linhas de ônibus, novos itinerários e diminuição do intervalo de passagem entre um ônibus e outro diminuíram. Interessante atentar a importância de uma linha de ônibus que sai do DIC I, atravessa os outros DICs (recolhendo passageiros) e faz um caminho mais rápido até a cidade, através da Rodovia Santos Dumont e, ainda, passa pelo centro de Campinas, parando em seus pontos mais significativos.

No entanto, ir à cidade já não é tão premente quanto antigamente. O comércio se desenvolveu e se concentrou ao longo de algumas avenidas, que se tornaram vias principais ao congregarem, além do comércio, os itinerários dos ônibus e os acessos a serviços como postos de saúde, escolas, creches. A permanência no bairro já não envolve tantas carências como antes. Por exemplo, um recorrente símbolo de melhoria foi a abertura de um supermercado entre os DICs IV e V, em meados da década de 1990.

Outro símbolo de melhorias são os serviços oferecidos no que se convencionou chamar, em Campinas, de centro da Região Ouro Verde (na área onde a Avenida Suaçuna cruza com a Avenida Ruy Rodrigues). A associação do Terminal Ouro Verde, do Hortoshopping Ouro Verde, das agências bancárias, do Pronto Socorro Ouro Verde promove forte fluxo para essa área, notadamente nos finais de semana. Ainda, no que se refere a serviços que qualificam o bairro, cabe citar a abertura de uma filial de uma

importante rede de hipermercados na Avenida Ruy Rodrigues, relativamente próximo deste centro.

E dentro desse contexto dois movimentos de territorialização se desenvolveram (embora não fragmentem a identidade una dos DICs, em geral). Os dois territórios se consolidaram em função de duas centralidades dentro dos DICs: nos DICs I e VI, a Rua Jorge P. Mendonça; e nos DICs II, III, IV, V e 5 de Março, a Rua Carmen A. de Nicoletti e a Avenida Suaçuna. Ledrut (1971, p.11), discorrendo sobre a importância de centros de recursos dentro dos bairros, auxilia a compreensão do papel destas centralidades:

A necessidade suscitada pelo afastamento vivido vai levar à criação de vários serviços, acentuando assim a individualização do bairro, sob o aspecto da sua organização e forma. O bairro deve, na verdade, sua unidade aos seus recursos e aos comportamentos sociais a ele ligados. A cidade e suas partes vivem ao assegurar um certo número de serviços, cada vez em maior número, no mundo moderno. [...] A frequência aos estabelecimentos comerciais, às escolas, às salas de reunião e de espetáculos... que se instalaram dentro de certo perímetro contribui para a formação de um bairro.

O bairro, por ser local de permanência, e se (notadamente) distante do centro da cidade, precisa ser um espaço de certa autonomia, no sentido de dar base ao devir cotidiano. Essa autonomia está ligada, principalmente, às características da mobilidade (não só na qualidade das redes, mas nas causas do movimento, na sua necessidade) e nas possibilidades que a configuração espacial do bairro oferece para aqueles que ali permanecem. Tal como é possível apreender na abordagem dos DICs.

O entendimento do papel do bairro na vivência da cidade ficou, assim, revelado na fala do morador do DIC VI que, quando perguntado a que posto de saúde costumava recorrer, dado que parecia não haver nenhum nas imediações, ele respondeu que ia ao Posto de saúde do DIC I. Perguntado, ainda, se este não era muito longe de sua casa, disse que não, não era e acrescentou que o bairro era aquele ali, da sua casa ao posto do DIC I, onde estava também o supermercado onde costuma fazer as compras mais corriqueiras, assim como onde se beneficia de outros serviços situados naquela rua (a Jorge P.

Mendonça). Bairro para ele é o território onde costuma se mover em razão das necessidades cotidianas.

Dentro da experiência urbana pode ser compreendido que o bairro surge, então, como território vivido e potencialmente, lugar. Se local da residência, é o ponto zero de onde o indivíduo organiza seus movimentos na cidade (porquê ir, para onde ir, as condições desta mobilidade), tanto enquanto espaço provedor das necessidades do dia-a-dia (contendo elementos espaciais que promovem a permanência, os serviços que este espaço dispõe, o nível de satisfação que possa oferecer). E, dentro deste papel do bairro advém, ao abordarmos os DICs, que quando os caracteres de um espaço que se propõe (como foi concebido a construção dos DICs) urbano evolui nos elementos que orientam este modo de vida (tanto pela ação direta do poder público como pela ação, sobre este espaço, dos próprios moradores), surge, entre os indivíduos, a percepção de uma menor vulnerabilidade.

4.4. Vulnerabilidade, território e lugar

Ao realizar a abordagem do lugar nos DICs, na busca de clarificar a condição de vulnerabilidade a eles associada, sobressaiu o embate entre a dificuldade do início do bairro e a satisfação atual de seus moradores.

A partir da narrativa dos moradores, podemos apreender que a condição de vulnerabilidade surge de um descompasso: a construção de um conjunto de moradias concebidas como urbanas que, no entanto, foram construídas onde caracteres urbanos eram pouco qualificados (dificultando, sobretudo, as condições de mobilidade e permanência).

Neste descompasso (entre a vivência urbana e deficiência do espaço que se propõe urbano) apresenta-se uma vulnerabilidade intrínseca à experiência daquele espaço. Foi evidenciado que o desenvolvimento destes caracteres urbanos (asfaltamento das ruas, fortalecimento da atividade comercial, construção de pronto-socorro) contribuíram fortemente na percepção de menor vulnerabilidade.

No entanto, merece chamar atenção para o fato de que as melhores condições de permanência se desenvolvem, também, em função do estabelecimento do lugar, da territorialização e conformação de uma identidade territorial. Esta surge como base dos laços comunitários que funda uma visão interna ao lugar (acerca do lugar), que promove a concepção e a ação dos moradores sobre esse espaço.

Desse modo temos que as estratégias para movimentar e produzir recursos socioculturais no enfrentamento de perigos no cotidiano urbano são variadas e possuem diferentes formas de se realizar. E o território e o lugar são os elos espaciais deste processo, que precisam ser melhor compreendidos na sua relação com as práticas e as respostas (ajustes, adaptações) das pessoas frente à sua própria vulnerabilidade.

5. BOSQUE: RISCOS E TERRITORIALIDADES

As pesquisas anteriores revelaram que embora o bairro seja compreendido como uma unidade socioespacial, há dinâmicas que o heterogeinizam internamente. Como consequência, qualquer fenômeno que ocorra em um bairro é orientado por essas dinâmicas.

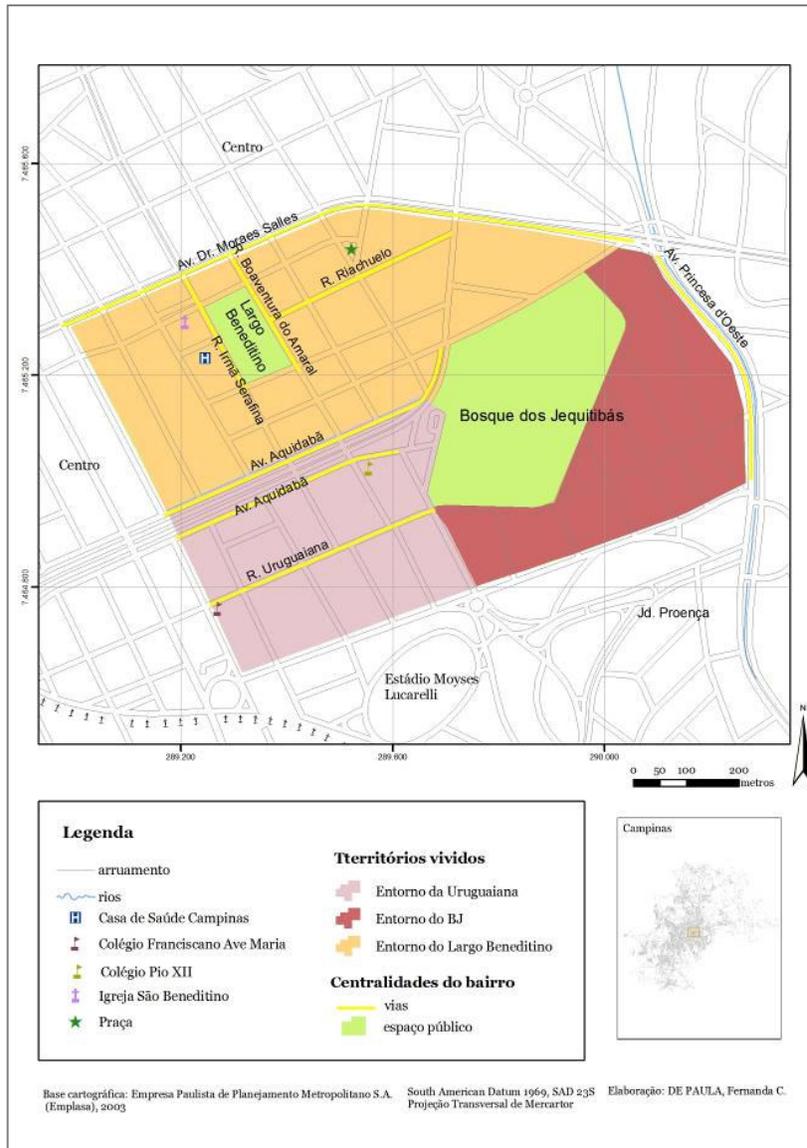
Assim, as pesquisas indicaram que riscos e perigos têm diferentes valores, têm diferentes dimensões, as pessoas lidam diferentemente com eles de acordo com as dinâmicas socioespaciais que orientam a constituição dos bairros. A vulnerabilidade (entre com quais riscos e perigos conviver, modos de exposição e possuir determinados recursos para lidar com eles) varia em função dessas dinâmicas.

Mas que dinâmicas socioespaciais são essas, que orientam a constituição dos bairros? Clarificá-las é um passo importante para compreender o urbano e as maneiras como os fatores típicos desse modo de vida norteiam a questão de riscos, perigos e vulnerabilidade.

O Bosque é um bairro antigo, consolidado, localizado na área central de Campinas e com uma população de (predominantemente) classe média e média-alta. Recentemente, por durante quase uma década, houve atividade de prostituição em algumas ruas do bairro. Os moradores identificaram nessa atividade a fonte de um conjunto de riscos: assaltos, tráfico de drogas, brigas, disparos de armas de fogo. Como os moradores do bairro conviveram, conceberam e lidaram com isso?

Fechando um percurso de questionamentos sobre lugar, riscos, perigos e vulnerabilidade, esse trabalho dá atenção, particularmente, à compreensão das dinâmicas socioespaciais que fundam o bairro. Para, a partir desse ponto, compreender como os moradores enfrentaram a prostituição enquanto fonte de riscos.

FIGURA 5.1
Bairro Bosque



Fonte: Elaboração própria.

5.1. Bosque: abordando o bairro

No início da pesquisa tínhamos como referência apenas seu nome (sua toponímia), a consciência de que este faz referência a um importante espaço público de Campinas, o Bosque dos Jequitibás (BJ), e de que algumas ruas próximas a este espaço público pertenciam ao bairro (mais precisamente, a Avenida Aquidabã, a Rua Uruguaiana e as ruas perpendiculares entre estas).

Buscando compreender a experiência geográfica que funda o bairro, a consideração do nome deste é elucidativa. Pierre George, em *Geografia Urbana*, baseado principalmente na observação de cidades européias e mediterrâneas, discorre sobre o bairro e aponta a importância da toponímia:

A unidade de base da vida urbana é o bairro: na origem, com frequência, uma antiga unidade religiosa ou uma paróquia ainda em atividade ou um conjunto funcional como o 'bairro' do mercado, a zona de agrupamento dos artesãos de uma ou várias profissões, o bairro dos conventos, etc. O bairro tem, de longa data, suas tradições, seu protetor, um santo na civilização cristã e um marabu na civilização muçulmana. O morador refere-se ao seu bairro quando quer situar-se na cidade; tem a impressão de ultrapassar um limite quando vai a um outro bairro. A organização administrativa, geralmente, codificou estes dados empíricos e emprestou-lhes uma forma rígida. É com base no bairro que se desenvolve a vida pública, que se organiza a representação popular. Finalmente, e não menos importante, o bairro tem um nome, que lhe confere uma personalidade dentro da cidade (GEORGE, 1983, p.76).

O autor atenta para o bairro enquanto unidade de base da vida urbana, para seu papel enquanto modo de organizar espacialmente a cidade. Nesta organização, a toponímia ganha relevância. O nome do bairro lhe confere particularidade, podendo atestar a função do bairro (bairro do mercado, dos artesãos), referenciar a localização deste espaço ou sua gênese.

A toponímia conota a formação do bairro¹³ ou eventos e fatores que influenciam e caracterizam este espaço dentro da cidade. Sérgio da Matta discorre sobre a toponímia para, na análise das dinâmicas dos nomes, trazer a indissociabilidade entre a religião e a proto-urbanização mineira (arraiais) nos séculos XVIII e XIX. Da Matta (2005, p.119 – grifo do autor), dessa forma, evidencia a importância do nome: “Ele está de tal forma amalgamado com aquilo que representa, que nas mais diversas culturas sua escolha

¹³ Seabra (2001) aponta para a formação de bairros na cidade de São Paulo em torno de uma igreja, sendo esta, inicialmente, base da vida comunitária. Muitas vezes, nomes de caráter religiosos (católicos, no caso) atestam esta formação.

nunca é deixada à obra do acaso, pois o nome traduz (seríamos quase tentados a dizer: *produz*) a essência de quem ou daquilo que nomeia.”

O bairro da Ponte Preta, por exemplo, era denominado Fundão (PLANTA DA CIDADE DE CAMPINAS, 1929) quando ainda era fronteira urbano-rural da cidade. A mudança para seu atual nome pode ser indicativo da mudança de sentido do bairro dentro da cidade: hoje ele não é mais o confim do urbano (o fundo) e, ainda, tem sua história fortemente associada à ponte pintada com piche (que dava acesso ao centro da cidade, passando sobre a linha de trem) e ao importante time de futebol da cidade, que surgiu no bairro no início do século passado, a Associação Atlética Ponte Preta.

No caso do Bosque, sua toponímia indica que o bairro está localizado junto ao BJ, espaço público que atrai pessoas de toda a cidade. A indicação do BJ na toponímia do bairro indica a importância deste espaço público como fator que identifica este bairro dentro da cidade. No entanto: qual seria a extensão areal coberta por esta toponímia? Em outras palavras, quais os limites (dentro deles as paisagens, as dinâmicas) do bairro Bosque? Os primeiros campos acabaram por ser orientados por esta busca. Tendo o nome do bairro, restava compreender a que “chão” este se aplica.

Diversos autores¹⁴ apontaram que os indivíduos, ao passarem de um bairro a outro têm a sensação de atravessar uma fronteira, apreendendo certa diferença entre os ambientes de distintos bairros. Nos primeiros campos, a dificuldade de saber a extensão do Bosque foi somada à dificuldade de encontro (ruas vazias) com as pessoas e conseqüentemente de conversar com “os de dentro”. Diante disso, os primeiros esforços de delimitação do bairro foram frutos da apreensão de certa área integrada ao BJ, de certo ambiente.

A primeira delimitação realizada em campo (sem a contribuição dos “de dentro”) teve como limites a Rua Proença (que indica o início do bairro Jd. Proença), a Rua Pedro

¹⁴ Lynch, (1970;), arquiteto; Ledrut (1971), sociólogo urbano cuja obra tem uma relevante base empírica e presença de problemáticas espaciais; George (1983), que nesta obra traz noções características da abordagem tradicional; Souza (1989) que tem trabalho voltado para preocupações aliadas à Geografia Crítica, mas incorpora noções da Geografia Humanista na sua compreensão de bairro.

Álvares de Cabral (junto a face leste do BJ), a Avenida Aquidabã (que, com seu tamanho, fluxo constante, comércio, atração “dos de fora” surge como limite norte do bairro para aquele momento da investigação; assim como serve como fronteira do bairro para moradores que vivem na área em questão e não têm certeza de seus limites do Bosque) e, a oeste o limite parecia indefinido. Estes limites obedeciam, involuntariamente, à impressão de que ao atravessar estas ruas adentrava-se em outro bairro, sensação de outro ambiente.

Franco (mora próximo à Uruguaiana) é nascido e criado em Amparo, veio a Campinas (na década de 1960) cursar a faculdade de economia, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP); ao falar sobre o bairro, diz que este é muito bom, bairro ótimo e, faz a ressalva: “quer dizer, é um bairro tipicamente campineiro”.

A questão, nesta fase da pesquisa, é que o nome Bosque não correspondia somente à área (apreendida como integrada) no entorno do BJ. O nome Bosque se estende até porções que parecem pouco integradas: aparentemente áreas diferentes estavam sobre a mesma toponímia.

A idéia de unidade que fundamenta a noção de bairro parece perder o sentido frente a estas diferenças de área no interior do bairro. No entanto, antes de nos debruçar sobre esta questão, a problemática que se impõe é: por que existe esta diferenciação entre as áreas e por que elas parecem pouco integradas.

5.2. Sob o nome: territórios vividos do Bosque

A toponímia Bosque indica uma unidade espacial da cidade, a qual tem sua particularidade baseada na presença do BJ. O nome Bosque (assim como a denominação de qualquer bairro) comunica uma identidade territorial. Esta congrega o tríplice significado de um território vivido, quais sejam: 1) conota uma configuração territorial; 2) sugere quem vive neste espaço (o território se relacionando à identidade do indivíduo); e 3) como é viver neste território (DE PAULA; MARANDOLA JR., 2007). De acordo com os trabalhos de campo, entendemos que as diferentes áreas do Bosque correspondem a

diferentes territórios vividos: dado que têm limites, possuem diferentes dinâmicas e uma identidade territorial própria.

Zilá Mesquita discorre sobre consciência territorial e ao discutir o território na dimensão do indivíduo, se aproxima de nossa noção de território vivido. A autora diz:

Território é o que nos é próximo; é o mais próximo de nós. É o que nos liga ao mundo. Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordens de grandeza para estabelecer a sua dimensão ou o seu perímetro. É o espaço que tem significação individual e social. Por isso ele se estende até onde vai a territorialidade. Esta é aqui entendida como projeção de nossa identidade sobre o território (MESQUITA, 1997, p.83).

A partir deste entendimento do território, a questão a ser colocada é: como o espaço recebe significação individual e social? Que processos fazem com que as pessoas estendam sua identidade para o espaço e assim construam sua territorialidade? Quais seriam os fundamentos dos territórios vividos e como estes se relacionam com o bairro?

Fundamentos dos territórios vividos

Na experiência do bairro está contida uma territorialidade necessária ao indivíduo, em outras palavras, uma territorialidade urbana essencial. Hermes Ferraz, na sua coletânea *Filosofia Urbana*, traz interessantes considerações sobre a cidade. Ao falar sobre as funções urbanas, Ferraz (1997, p.288) discorre sobre a função morar, sobre o papel da casa e suas relações com o bairro residencial:

A casa residencial, por exemplo, não se destina apenas a abrigar as pessoas das intempéries, não é somente um espaço privado para o repouso, mas ela é sede de uma família, e deve dar condições internas para que todos os membros da família possam usufruir o conforto mínimo: o marido, a esposa, os filhos e os agregados. Porém, a noção de habitar não se esgota nas condições internas da habitação; ela se estende para além dos limites do lote, para abranger as outras casas residenciais e o conjunto das atividades necessárias para o funcionamento do lar: abastecimento, educação dos filhos, lazer, repouso e facilidade de acesso aos locais de trabalho.

O autor conclui, portanto, que o ambiente externo à unidade residencial (qual seja, o bairro residencial) é tão importante quanto a própria casa na vida urbana. E se o cidadão não tem no bairro o atendimento às demandas mais prementes, é porque a cidade foi mal planejada ou é mal administrada, diz o autor.

A formação do território vivido está em consonância com este sentido do espaço onde está localizada a casa, do qual o indivíduo depende. E, como já foi discutido aqui, território tem relação íntima com o estabelecimento de lugar: a necessidade (inalienável) de territorialização pode implicar na relação mais estreita entre o indivíduo e o espaço (que expressada por um conhecimento experiencial) torna o espaço em lugar.

Tuan (1980; 1983) sempre a coloca que para o espaço se tornar lugar é preciso tempo (a pausa no espaço, a vivência contínua e conseqüente experiência deste). Neste sentido, é possível apontar que David Seamon, ao trazer a idéia de balé-do-lugar (vertida, aqui, para balé-do-lugar), qualifica o que ocorre ao longo deste tempo e que faz com que o espaço se torne lugar. O autor, ao investigar (através da Fenomenologia) os movimentos diários corporais dos indivíduos (*body-ballet*), coloca que determinados movimentos se realizam em um tempo e espaço definidos rotineiramente. Estes movimentos diários das pessoas sobre o espaço conformam um balé-do-lugar:

In a supportive physical environment, time-space routines and body-ballets of the individual may fuse into a larger whole, creating a space-environment dynamic called **place-ballet**. **The place-ballet is a fusion of many time-space routines and body-ballets in terms of place.** [...] Its result strong sense of place because of its continual and regular human activity (SEAMON, 1980, p.159 – grifos do autor).

Balé-do-lugar é o dinamismo (movimento, fluxo de pessoas por certa porção de espaço) do lugar. Balés-do-lugar específicos se realizam em cada território vivido. Na medida em que o espaço onde está localizada a casa (os elementos que fazem parte da configuração espacial) condiciona o movimento do indivíduo sobre o espaço conforma um determinado balé-do-lugar. É melhor a compreensão da relação entre os movimentos

diários do indivíduo e o espaço sobre o qual estes se realizam se junto com Paulo César da Costa Gomes, na obra *A condição urbana*, compreendermos:

[...] que o arranjo físico das coisas é um agente ativo na realização de determinadas ações sociais, e essa ordem espacial é concebida como uma condição para que essas ações se produzam. Isso quer dizer que as práticas sociais são, em certa medida, dependentes de uma dada distribuição ou arrumação do espaço (GOMES, 2006, p.172).

Ao se mover para a praça, para a escola, para o mercado durante o dia, conforma uma mobilidade cotidiana em função dos elementos localizados em certa área do bairro. E assim contribui para o estabelecimento do balé-do-lugar. O território vivido individual vai se desenvolver em função dos locais que a pessoa recorre cotidianamente. Quando os movimentos diários dos indivíduos coincidem em certa porção do espaço dão origem ao balé-do-lugar. E se estes movimentos diários coincidem sobre o espaço, o território vivido passa a não ser só individual, mas coletivo.

Cláudia R. V. Ribeiro realizou um estudo, com abordagem humanista, na cidade de Diamantina (Minas Gerais), estabelecendo bases para propor a noção de espaço-vivo. A autora, a partir de seus trabalhos de campo, discorre sobre os bairros da cidade (e nos provê de indícios do território vivido coletivo):

A escala reduzida dos bairros [...] favorece que as pessoas, ao circularem nos espaços públicos das ruas, sejam vistas umas pelas outras. O ver/reconhecer e ser visto/reconhecido constitui um fator facilitador da aproximação entre as pessoas e entre a esfera pública e a privada. Dar notícia do que acontece na Rua promove confiança e coloca cada um como responsável pelo outro e pelo que acontece no espaço público (RIBEIRO, 2006, p.227-228).

Os movimentos diários (balés-do-lugar) que se dão no bairro, pelas ruas fundam uma territorialidade não só individual, mas também coletiva; pois, como disse a autora, ao mesmo tempo em que se vê e se reconhece os outros, também se é visto e reconhecido. O espaço apropriado não é só de um indivíduo, mas também daqueles que ele vê cotidianamente, que ele reconhece. Esta apropriação coletiva do espaço propicia o

surgimento de identidades territoriais (através de práticas coletivas sobre este espaço, de discurso interno e coletivo sobre ele) e esteia a intervenção dos moradores sobre o lugar (LE BOSSÉ, 2004).

Desta forma, entendemos que balés-do-lugar fundamentam os territórios vividos que se realizam no bairro. E, neste sentido, esteia as áreas apreendidas (em trabalhos de campo) como diferentes e pouco integradas, mas que estão sob a mesma toponímia: o Bosque.

Identificamos três territórios vividos dentro do Bosque. Esta identificação é baseada na observação de diferentes balés-do-lugar dentro do bairro. Os critérios (surgidos em campo) usados para distinguir os territórios foram: a pouca integração entre as áreas (ou seja, não há um fluxo significativo de moradores de uma área para outra, que as integrem); os limites mais ou menos marcados; e a coesão (reportada a certas centralidades) de cada área.

Assim, denominamos (de acordo com a centralidade) os territórios vividos do Bosque como: 1) Entorno da Uruguaiana, 2) Entorno do BJ, 3) Entorno do Largo Beneditino; os quais serão discutidos a seguir.

Os territórios vividos do Bosque

Em uma pesquisa realizada nos Distritos Industriais de Campinas (DICs), o papel do bairro dentro da cidade ficou evidente na fala de um indivíduo que, ao apontar a extensão do bairro, não se reportou aos limites administrativos; ao contrário elencou como bairro a área a que se reportava quando tinha de fazer compras diárias, onde estava o posto de saúde (DE PAULA; MARANDOLA JR., 2007).

Diante disso, o entendimento do bairro e a conseqüente territorialização passa pela questão dos serviços oferecidos no ambiente do entorno da casa. Ledrut (1971) coloca que o bairro se origina da tendência à diferenciação do tecido urbano associado ao afastamento vivido (afastamento do Centro, de diversos serviços, do local de trabalho). A tendência à diferenciação implica na própria idéia de bairro.

A estrutura sociológica da cidade é o duplo processo pelo qual a coletividade, de um lado, se individualiza, com relação ao seu ambiente, e de outro, se forma interiormente. [...] A desestruturação [da homogeneidade] não é, necessariamente, fenômeno de desestruturação; muito ao contrário. Em verdade, a diferenciação é um aspecto da organização interna. (Ledrut, 1971, p.100)

Essa tendência é reforçada pela aparição *espontânea* de recursos – aparição ligada à extensão da cidade e à densidade dos vários setores. A necessidade suscitada pelo afastamento vivido vai levar à criação de vários serviços, acentuando assim a individualização do bairro, sob o aspecto da sua organização e forma. O bairro deve, na realidade, sua unidade aos seus recursos e aos comportamentos sociais a eles ligados. A cidade e suas partes vivem ao assegurar um certo número de serviços, cada vez em maior número, no mundo moderno. [...] A frequência aos estabelecimentos comerciais, às escolas, às salas de reuniões e de espetáculos... que se instalaram dentro de certo perímetro contribui para a formação do bairro (LEDROUT, 1971, p.110).

De acordo com o autor, um centro de recursos é norteador na constituição de um bairro; e, acrescentamos, norteador do balé-do-lugar que pode se estabelecer.

O estudo do bairro Bosque aponta que estes centros de recursos conformam o bairro a tal ponto que a presença de mais de um centro de bairro pode dar origem a diferentes territórios vividos. E que o caso de não surgirem novos bairros, baseados nos diferentes territórios vividos, talvez seja pelo fato ter existido um único território, devidamente denotado pela toponímia Bosque e que esta continua, independente de processos que diferenciaram o espaço e deram base ao surgimento de novos balés-do-lugar. Acho que é melhor usar como ele, com hífen balé-do-lugar.

Entorno da Uruguaiana

Em conversa com Conceição, que mora há mais de 15 anos na Rua Uruguaiana, comentei sobre a dificuldade de encontrar pessoas nas ruas (no meio da manhã de um domingo) e a difícil possibilidade de travar conversa com algum morador do bairro. Ela respondeu que, sim, que não é costume as pessoas ficarem nas ruas (conversando com vizinhos, por exemplo), mas, que o “*peçoalzinho*” da Uruguaiana era o que mais andava pela rua.

A questão que ficou, sobre esta consideração foi: por que justamente ali as pessoas andavam mais nas ruas? Por que o pessoal desta Rua, especificamente?

No trabalho de campo seguinte, a resposta: em um dia de semana (em que o comércio fica aberto) fica patente que a Rua Uruguaiana (entre Rua Boaventura do Amaral e a Rua Barão de Jaguará) é um pequeno centro.

Nesta rua está concentrado lanchonetes, restaurantes, padarias (que servem como pequenos mercados); também há agência de viagens, *pet shop*, clínica de estética, serviços de estacionamento. A rua, que é via de passagem, sempre teve grande fluxo (disse Seo Franco), por exemplo, por ligar a Avenida Princesa D'Oeste à Rua Boaventura do Amaral e à Avenida Aquidabã e, deste ponto para outras áreas da cidade.

A centralidade dada pelo oferecimento de serviços pode estar ligada ao fato da Rua servir de passagem; no entanto, como comentou Léa (que mora há mais de trintas anos na Rua Luzitana), a verticalização desta área foi grande propulsora do desenvolvimento deste centro de recursos. Por volta de 15 anos atrás os maiores edifícios foram construídos, o aumento do número de serviços oferecidos tendo começado por volta de uma década atrás.

FIGURA 5.2
Entorno da Uruguaiana



Presença de residências de meados do século XX (1), assim como concentração de edifícios residenciais. Vias como Avenida Aquidabã (3), Rua Uruguaiana e Rua Boaventura do Amaral possuem alto fluxo de veículos. E a Rua Uruguaiana (4) concentra oferecimento de serviços.

Fotos: Fernanda Cristina de Paula (2007).

Todos os moradores desta área com quais conversamos, apontaram que o bairro é excelente, que tem todo tipo de serviço por perto e o que faltar pode ser suprido no centro da cidade, que está tão perto que se pode ir a pé.

A territorialidade dos indivíduos desta área se concentra na Rua Uruguaiana e nas suas proximidades. Muitos mencionaram, por exemplo, a proximidade com os colégios e o fato de que os filhos ou netos estudaram e estudam lá. Não há a necessidade cotidiana,

por exemplo, de se atravessar a Aquidabã para comprar algo corriqueiro, ou de ir além da Rua Proença. O balé-do-lugar centrado, deste modo, na Rua Uruguaiana. Deste ponto, surge uma coesão interna e, ainda, uma territorialidade coletiva.

Espaços públicos como praças também servem como ponto de contato entre moradores, locais que implicam no usufruto do espaço do bairro, que atraem os moradores e reforçam o sentido de território. No entanto, cabe ressaltar que os únicos espaços públicos desta área do Bosque são o BJ e as ruas. No que concerne ao BJ, muitos moradores adultos sempre atestam que este é um ótimo lugar, mas só o freqüentam para levar as crianças ou, então, para mostrá-lo às visitas. No próprio BJ é possível apreender que alguns visitantes são moradores das proximidades; geralmente, são senhores idosos, sentados sozinhos, e pessoas fazendo exercícios físicos.

Entorno do BJ

Quando, durante a pesquisa, os limites do Bosque eram ainda desconhecidos, e um primeiro esforço de delimitação compreendeu apenas o Entorno da Uruguaiana, uma questão foi levantada: poderiam aqueles que moram junto ao BJ (suas árvores passando pelo muro do quintal, o som das araras gritando invadindo a rua), mesmo que longe de sua entrada, estar sob a égide de uma outra toponímia a não ser Bosque? Dado que a toponímia Bosque sugere proximidade com o BJ.

Em um trabalho de campo (andando pela Rua Luiz Dalencourt), foi perguntado a uma senhora (que passava com suas sacolas de compra) em que bairro nos encontrávamos: ela disse sem titubear que era o Bosque e, ainda, apontando para a Rua Uruguaiana informou-me que logo após aquela era o Jd. Proença.

Nos trabalhos de campo foram observados, talvez, dois estabelecimentos comerciais (ambos fechados numa tarde de sábado). O que pode dar suporte aos moradores desta área seriam os serviços oferecidos na Avenida Princesa d'Oeste (que, dado seu alto fluxo, sua importância como via de passagem e a contigüidade com bairros de classe média-alta oferece serviços mais caros). Moradores do próprio Entorno da

Uruguaiana comentam que às vezes vão ao mercado (reconhecido pelas pessoas por ser um mercado voltado para a classe média-alta) da Avenida Princesa d'Oeste de carro.

Os recursos que qualificam o ambiente externo da casa e, deste modo, a apropriação do espaço (balé-do-lugar) e a consolidação do território está difundido entre o Jd. Proença e a Avenida Princesa d'Oeste. E, associada a esta difusão de serviços, outro fator orienta a vivência desta área: a presença significativa de escritórios.

FIGURA 5.3
Entorno do BJ



Dona Nadir é uma senhora, campineira, mora na casa da Rua Pedro Álvares Cabral (imediatamente atrás do BJ) desde de pequena e gosta de morar ali: “tudo é bom”. Mora apenas com a irmã e pouco sai de casa e, ainda, costuma fazer as pequenas compras para casa ali, no Proença (apontou a direção do bairro com a mão). Dona Nadir conta também que muitos moradores antigos de sua Rua se mudaram dali. E a Rua vazia e silenciosa,

com muitos carros estacionados na calçada atesta a conseqüência da presença massiva de escritórios.

No que tange esta área, talvez, a força (ou mesmo existência) de uma identidade territorial interna seja muito menor do que no Entorno da Uruguaiana. Em conseqüência da relativa escassez de recursos, da presença significativa de escritórios, por exemplo, não foi identificado (como no Entorno da Uruguaiana) um “pessoalzinho” que anda mais na Rua, fazendo desta um espaço de encontro.

Entorno do Largo Beneditino

Se no Entorno do BJ os recursos oferecidos estão distribuídos difusamente pelo espaço, esta questão é ainda mais aguda em relação ao Entorno do Largo Beneditino. Retomando Ledrut (1971), o bairro se forma pela diferenciação e afastamento do Centro e, o que daria personalidade (ou individualidade, independência) ao bairro seria o oferecimento de recursos neste espaço. E, lembramos, estes recursos norteiam o balé-do-lugar do lugar. No caso, este território do Bosque é norteado justamente pela sua contigüidade com o centro da cidade. Pablo, que morou por dois anos em um edifício próximo do Largo (na Rua Padre Vieira), diz que o Bosque é uma extensão do Centro.

Ribeiro (2006, p.226-227), fala sobre o papel do bairro:

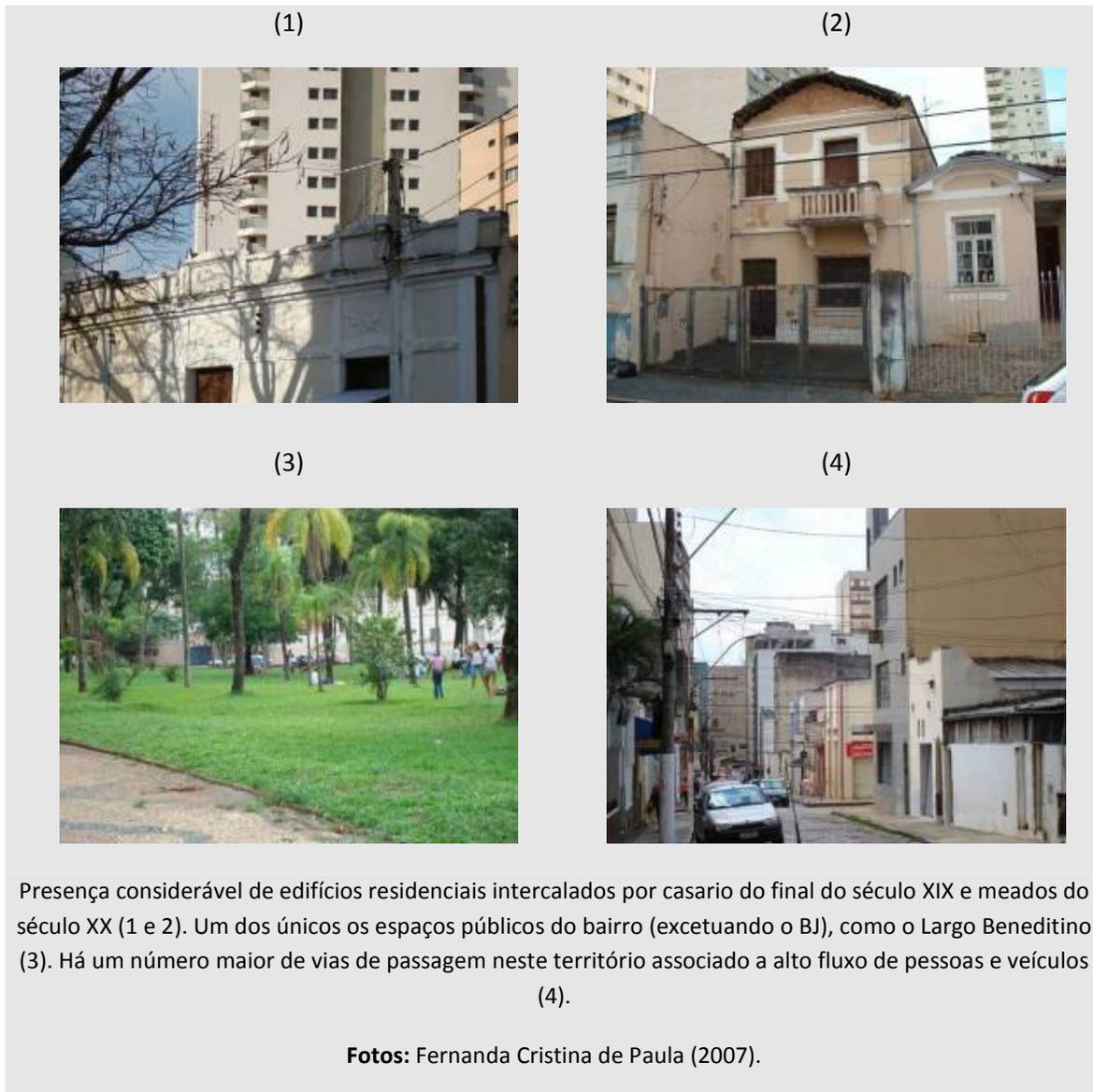
Os bairros configuram-se como lugares comuns da vida cotidiana e atuam como espécies de âncora no espaço urbano, fornecendo às pessoas, no retorno diário a eles, a necessária recomposição física e emocional. [...] É no cotidiano dos subcentros dos bairros que as necessidades do dia-a-dia são resolvidas. [...]. Esses lugares de comércio diário configuram-se como nós da vitalidade urbana [...]

Para quem mora ali, o ambiente que serve de âncora (RIBEIRO, 2006) abrange o próprio Centro que, tanto teoricamente quanto na prática, enquanto centro da cidade oferece todo tipo de serviços. O balé-do-lugar desta área se mistura com o balé-do-lugar do Centro. O Centro congrega movimento incessante de indivíduos nos dias úteis, principalmente nos horários comerciais; a movimentação do Centro se estende até esta

porção do Bosque. Muito campineiros mostram-se surpresos em saber que esta área (principalmente junto à Casa de Saúde e o Largo Beneditino) seja Bosque e não Centro.

Mesmo assim, alguns elementos da configuração deste espaço e certas dinâmicas diárias associadas a eles testemunham uma dinâmica interna, ou seja, certa intimidade, vida de bairro (SOPHER, 1978) realizada pelos moradores ou dissociadas da dinâmica “dos de fora”. Por exemplo, o fluxo de pessoas que vivem (principalmente) nos edifícios do entorno ao Largo: mães e babás que levam as crianças para brincar, senhores idosos que lêem jornal de manhã, sentados nos bancos da praça, mulheres que passeiam com seus cães.

FIGURA 5.4
Entorno do Largo Beneditino



Na Rua Riachuelo, alguns serviços são oferecidos tendo (talvez) como demanda os moradores dos edifícios concentrados nesta área. Nesta Rua encontra-se mercearia muito pequena (que me surpreende com os adesivos dos símbolos dos cartões de créditos e um aviso de que faz entrega a domicílios), uma pizzaria, uma academia de ginástica (todos funcionando em casas muito antigas, reformadas). Na esquina entre a Rua Riachuelo e a

Rua Dr. Quirino, uma loja especializada em vinhos e, mais a frente, na Rua Riachuelo ainda funciona uma antiga alfaiataria.

* * *

Apreender o espaço através do lugar significa se aproximar da perspectiva do olhar daqueles que o conhecem intimamente. Este olhar revela que dentro do bairro há diferentes balés-do-lugar que fundamentam diferentes territórios. Os diferentes balés-do-lugar do Bosque parecem orientados, fundamentalmente, por centralidades. No caso deste bairro, estas centralidades se dão, sobretudo, pela atividade comercial.

No entanto, antes que trazer processos econômicos como eixo de compreensão destes territórios, é necessário tomar uma atitude regressiva (tal como proposta pela atitude fenomenológica), no sentido de perguntar qual o significado deste comércio no contexto do bairro urbano hoje, para aqueles que ali vivem. Pablo morou no Bosque por quase dois anos e conhece muitos moradores do Bosque. E, ao falar de como os conheceu, atentou: o comércio é um ótimo meio para se fazer amizade com os moradores do bairro.

O balé-do-lugar orientado pelas atividades a serem desenvolvidas pelo espaço, implica que se elementos deste espaço promovem a confluência (como o comércio, espaços públicos, serviços como escolas, hospital), implicam no encontro com o vizinho, com o outro. E este encontro, ou ainda, certa consciência de que se compartilha o mesmo espaço fundamenta identidades territoriais e a mobilização dos indivíduos em relação a esta, tal como observado no caso de territorialidade noturna no Entorno da Uruguaiana.

5.3. Identidade territorial: territorialidade noturna e enfrentamento de riscos

Moradores do Entorno da Uruguaiana enfatizam a tranquilidade do bairro. Roberta que participa da SABB, morador do Bosque há quinze anos, diz que a grande vantagem de morar ali é estar perto do Centro e os benefícios dessa proximidade. E, ao mesmo tempo, ela ressalta que parecem morar longe do Centro, pois não convivem com os problemas dele: a poluição, a correria, o fluxo incessante de pessoas, a violência.

Sobre esta tranquilidade, em conversa com Franco gosta de contar uma pequena história: um advogado (ex-morador do Bosque, desta área da Uruguaiana) costumava dizer que se um E.T. sobrevoasse a Terra e pensasse em escolher um lugar para morar em Campinas, escolheria, sem dúvida, o Bosque. Franco explica o motivo da escolha: tem-se a vantagem de morar próximo ao Centro, mas, ao mesmo tempo, o bairro é extremamente tranquilo, quase pacato, e tem-se tudo à mão. Os moradores são unânimes: o único fator que veio macular esta tranquilidade foi a prostituição de travestis que se estabeleceu por alguns anos no bairro.

Roberta também comentou a fábula do E.T. e, acrescentou que o mesmo advogado que a contava, mudou-se (como muitos outros) do bairro por causa da prostituição, vendendo os imóveis a preços muito baixos.

Durante uma conversa, um morador (que está no Bosque há quase quinze anos) se referiu ao período anterior à prostituição, como época boa do bairro. Diz que ela durou até 1996/1997, que antes se podia ficar nas ruas à noite, que o vizinho da frente ao ver que ele tinha ido dormir com a janela da sala aberta, atravessava a rua e fechava-a pra ele. A prostituição, diz o morador, trouxe drogas, violência. Às oito horas da noite, os moradores se recolhiam e o bairro era todo dos travestis. O fato é que uma **territorialidade noturna** se desenvolveu no Entorno da Uruguaiana.

Dizer territorialidade noturna é atentar para a dimensão temporal desse movimento de territorialização, para sua sazonalidade (seu acontecer em ciclos): chamando atenção para o fato de que a noite (com esvaziamento das ruas) parece dar cobertura à clandestinidade. O território dos indivíduos que se prostituem se concretiza somente à noite.

Don Parkes e Nigel Thrift discutem a relevância de adicionar o tempo na discussão do lugar. No texto *"Putting time in its place"*, os autores trazem a noção de *timed-space*: "[...] which are spaces defined according to the pattern of time-use and time-allocation"

(PARKES; THRIFT, 1978, p.119).¹⁵ Os autores colocam que cada indivíduo tem uma programação sobre o espaço, um uso dele de acordo com o tempo; e o lugar estará melhor estabelecido/realizado (*realized place*) quando não há constrangimentos para o programa das ações da pessoa sobre o espaço:

The various elements of space and time dimensions have a potential for a range of combinatronic relationships with each other. For any individual, the perceived optimal combination produces a structured time-space – a mental-prism – mapping all the activities at various stations the individual might think he can participate in (PARKES; THRIFT, 1978, p.122).

Quando Roberta atenta para o recolhimento dos moradores às suas casas, quando um dos conversantes comenta que às oito horas da noite não dava para andar com os filhos na rua, expressam que o espaço em que vivem, seu lugar, ganha novo caráter com a chegada da noite. Fica estabelecida uma sazonalidade diária, um espaço estruturado pelo tempo, onde a noite os moradores sentem/vivem um constrangimento de suas atividades (de seu programa de ações) no lugar. Portanto, há uma regressão (sazonal) do território dos moradores. E o problema se aprofundava na medida em que territorialidade noturna (dos travestis) e a territorialidade diurna (dos moradores do bairro) se misturavam às primeiras horas da manhã e às primeiras horas da noite. Território de quem, então?

A presidente da SABB discorreu longamente sobre o assunto. Ela tentou apontar as causas desta prostituição. Por um lado, mencionou como motivador a presença da boate *gay* que funcionou no outro lado da Avenida Aquidabã, à época do início da prostituição. Por outro lado, ela conta o que denomina lenda (ênfatiza que são apenas boatos) sobre o que provocou o início da prostituição: na época da abertura de um restaurante perto do Largo Beditino (reconhecida e antiga área de prostituição, à noite), o dono do restaurante teria instruído os seguranças a espantarem as mulheres e travestis que se

¹⁵ *Timed-space* e balé-do-lugar são noções muito próximas. O primeiro diz respeito à estrutura do lugar em função do tempo e o segundo é concernente aos movimentos diários dos indivíduos sobre um lugar. É possível dizer que a uma estruturação noturna do lugar (*timed-space*) corresponde um específico balé-do-lugar.

prostituíam na área da praça através de violência, o que teria forçado a prostituição a subir para a área da Avenida Aquidabã.

Mas Roberta disse que o problema mesmo esteve na omissão dos moradores. O primeiro travesti que apareceu nas esquinas do bairro foi Regina, homem alto e da terceira idade. De manhã, ele cumprimentava a todos, cumprimentava as velhinhas e acabara por virar uma espécie de personagem do bairro: todos achavam o travesti Regina simpático. Claudia diz que, como alternativa, poderiam ter dito, respeitosamente, a Regina que se prostituisse em outro lugar; mas ele era simpático, divertido, acrescentou novamente. E o fato de fazer ponto ali, sem problemas, teria sido a porta de entrada para outros travestis. E quando os outros vieram, diz Roberta, nós (moradores) nos retiramos e nos trancamos em nossas casas, com medo.

A Presidente da SABB (assim como diversos moradores) contou que os travestis trouxeram ao bairro o próprio submundo ao qual pertencem. Conta que os travestis acabaram com a calma do bairro: defecavam nas ruas, andavam pelados, trouxeram assaltos, tiros, drogas. Disputas por território, entre os travestis, davam origem a brigas entre eles, pelas ruas.

Uma dos fatos mais emblemáticos, dentro de toda a história, teria sido a vez em que uma velhinha começou a fazer escândalo na padaria, pois, havia um travesti seminu fazendo compras ali, nas primeiras horas da manhã. A velhinha gritava com o dono da padaria (que se via impotente ante a situação) e gritava com o travesti. Este respondeu-lhe: “quem manda morar em zona de prostituição?”.

A identidade implica o estamento de individualização de uma coisa, pessoa, grupo ou espaço dentro de uma coletividade. Deste modo, a identidade implica, também, na distinção em relação ao outro (WOODWARD, 2000; LE BOSSÉ, 2004; BAUMAN, 2005). A identidade territorial, como já colocamos, tem um caráter tríplice: como é o território, que tipo de indivíduo vive no território e como é viver ali. Os moradores do Bosque, além de se sentirem acuados frente à apropriação do espaço pelo que denominaram submundo, também não queriam ser reconhecidos como moradores de zona de meretrício.

Roberta ri da história da velhinha e diz que a grande piada era que os moradores chegaram primeiro ao bairro, que os travestis é que chegaram depois e fizeram daquele espaço zona de prostituição. Apesar do riso, diz que na época ter a convivência com os travestis era bem difícil e exemplifica contando sobre o constrangimento de trazer visitas à casa, de não querer receber visitas à noite, do risco da visita encontrar na rua um travesti a beira da calçada. “O que as pessoas de fora pensariam? Que eu moro em uma zona, então”, concluiu Roberta.

A partir deste ponto, alcançamos as considerações sobre territorialização e identidade colocadas por Benhur Pinós Costa. O autor, que procurou apreender microterritorialidades em um espaço público de Porto Alegre, traçando relações entre território, identidade e cultura no espaço urbano. Costa (2005, p.85) coloca: “Toda identidade implica uma territorialização, assim como a territorialização permite a permanência identitária. É o espaço delimitado que proporciona a materialização ou a objetivação, ou a visibilidade da organização [...]”

O território dos travestis foi sobreposto ao território dos moradores do bairro. A prostituição passou a se materializar, a se tornar visível através do espaço que seria dos moradores. Os moradores do Entorno da Uruguaiana têm sua identidade permeada pela identidade dos travestis, ambas as identidades esteadas no mesmo espaço.

Frente à prostituição, os moradores começaram a se mobilizar. E, nestas ações¹⁶, está a prática e intervenção sobre o espaço que sentem como deles, a mobilização de um discurso interno e coletivo dos moradores e, deste modo, a expressão da identidade interna deste território vivido. A própria SABB nasceu em face da questão da prostituição; quando os moradores se reuniram com os policiais para conversar sobre os travestis, estes disseram que os “moradores abandonaram seu espaço, que era preciso que os moradores ocupassem aquele espaço que era deles” (significativo o uso da palavra espaço

¹⁶ Tais quais como as reuniões de moradores com a Polícia Civil ou protesto (apitação) para chamar a atenção da imprensa e dos políticos para a questão da prostituição, a entrega de abaixo-assinados à autoridades municipais. Ver por exemplo a notícia do Correio Popular *Bosque exige ação contra prostituição: cerca de 10 mil moradores da área estão pedindo às autoridades providências que coibam a violência* (08 nov. 2003).

por Roberta, que remete diretamente a idéia de território vivido). E como estratégia para mostrar de quem era o espaço, os policiais sugeriram que os moradores organizassem grandes festas, que envolvesse a comunidade e trouxesse as pessoas para a Rua novamente. Na esteira da organização destas festas¹⁷ veio a fundação da SABB, em 2003.

O problema já foi resolvido em 90%, dizem os integrantes da SABB e do CONSEG e no entendimento que estes têm sobre a resolução do problema, expressa a identidade territorial deste território vivido e não de todo bairro. Dizem que uma ação importante foi a CONSEG ter conseguido o aumento das rondas policiais na área da Uruguaiana, Uruguaiana e Boaventura do Amaral. Estas rondas constrangeram clientes e coibiram a prostituição; mulheres e travestis transferiram seus pontos para o Entorno do Largo Beditino. Os moradores dizem que o problema da prostituição foi resolvido, que o bairro voltou a ser uma maravilha, que as crianças voltaram a brincar na Rua, à noite. A satisfação com a resolução do problema não parece ofuscada pelo fato de que ele apenas foi transferido para outra parte do bairro.

Fica claro que lhes importa o problema com o território que vivenciam diariamente – não há um sentimento de apropriação (por parte de prostitutas e travestis) de um espaço que seja deles, mesmo que seja dentro do Bosque. Questionamos Roberta e Franco: “mas o problema não continua, já que a prostituição ainda ocorre no Bosque?” Responderam que esta atividade apenas retornou ao seu local de origem.

Em um trabalho de campo noturno no Entorno do Largo Beditino, observamos evidente exercício de prostituição (tanto por mulheres quanto por travestis). Neste campo, nos postamos em um boteco insuspeito, pois, é um estabelecimento que não se espera encontrar ali; enquanto lanchonetes, bares, nesta área parecem mais sofisticados (para receber clientes que incluem pessoas de passagem, ou que apenas trabalham nas redondezas, ou seja, “os de fora” que) este boteco é pequeno e modesto, freqüentado apenas por moradores e todos se conhecem. Às primeiras horas da noite mulheres e travestis, de roupas curtas, saltos altos, seguem a mesma direção (sozinhos ou em duplas)

¹⁷ A Festa Junina já virou tradição no Entorno da Uruguaiana, a festa ocorre na própria Uruguaiana, que é fechada no dia da festa, a qual já reuniu mais de 3 mil pessoas.

descendo em direção do Largo, parando nas esquinas. Saem de casas, de casarios insuspeitos (para aqueles que não são do lugar; estes não esperam que estas casas sejam de prostitutas ou travestis).

Uma moça, saltos altos e cabelo comprido, usando uma saia minúscula (onde estava escrito *sexy*, atrás) passou distraidamente em frente do boteco e desceu em direção ao Largo. Os homens do boteco não esboçam nenhuma reação com sua passagem, parecem não notá-la, parecem acostumados. Enquanto quem é de fora do lugar se surpreende com a prostitua que anda calmamente pelas ruas do bairro.

Diferente do Entorno da Uruguaiana, não há mobilização de moradores frente à prostituição. Talvez, por ser ali área já consolidada desta atividade. Ao menos aqueles moradores que andam pelas ruas não parecem conflitar com a presença de travestis e mulheres se prostituindo. Talvez, ao estabelecer seu território, já estava incluído como elemento dele a prostituição; neste caso, menos do que uma territorialidade noturna (do meretrício). Seria o caso dos últimos aceitarem (e, atentamos, sem implicar que coadunem) de que se trata apenas de uma diferente configuração de seu território no decorrer do tempo (*timed-space*).

Esta compreensão do bairro revela as territorialidades desenvolvidas pelos cidadãos. E esses territórios, na medida em que são expressão de um conjunto de dinâmicas socioespaciais, clarificam o modo como as pessoas pensam e agem em relação à esta porção do espaço; contribuindo, assim, para a discussão da vulnerabilidade do lugar.

6. A ABORDAGEM DO LUGAR: VULNERABILIDADE E TERRITORILIDADES EM BAIRROS DE CAMPINAS

Vulnerabilidade se tornou um termo chave para se referir à identificação de reveses aos quais grupos de pessoas estão submetidos e, conseqüentemente, ferramenta para orientar a ação do poder público. A difusão tanto dos estudos acadêmicos quanto da utilização dessa noção pelos poderes públicos é tão extensa que resultou na discussão de uma possível Ciência da Vulnerabilidade (CUTTER, 2003).

Marandola Jr. (2009, p.39), discutindo o conceito de vulnerabilidade atenta que:

Ser vulnerável não é simplesmente a suscetibilidade de perdas, mas é o conjunto dinâmico que compõe tudo que se tem disponível e se é para dar resposta aos perigos. Vulnerabilidade é o advérbio de modo que implica a qualidade própria de proteger-se, sendo mais ou menos eficiente.

Se o Projeto Vulnerabilidade tinha como orientação geral os macro-processos, pensando a dinâmica demográfica no contexto da mobilidade intrametropolitana, o trabalho sobre os bairros de Campinas orientou-se pela proposta teórico-metodológica da vulnerabilidade do lugar. Nossa contribuição, portanto, parte de uma escala próxima, a partir da dimensão vivida: a da experiência de lugares específicos. Ao buscar compreender o lugar enquanto orientador das problemáticas de riscos e perigos, o objetivo era apreender como fatores e processos consubstanciados no cotidiano das pessoas podem orientar sua vulnerabilidade. E foi a partir dessa sequência de pesquisas que levantamos um fator a ser considerado nas discussões sobre condições de enfrentamento e a experiência direta dos riscos e perigos (MARANDOLA JR., 2009): o bairro urbano e o modo como ele se organiza internamente.

O sentido do fenômeno bairro junto ao morador é construído na medida em que é neste espaço que se estabelece uma **territorialidade necessária ao indivíduo urbano**. É

um território que se concretiza na medida em que o espaço do bairro é base das ações urbanas, congregando a manutenção diária da vida: nele estão o comércio, os serviços, o espaço público que esteiam atividades cotidianas do cidadão.

O que funda esta territorialidade urbana em um nível coletivo é o estabelecimento de um balé-do-lugar; e deste ponto sobrevém a possibilidade de fatores que orientam as condições de vulnerabilidade: vida comunitária, desenvolvimento de identidade territorial, a qual se depreende que aqueles que moram por perto estão sujeitos às mesmas condições espaciais. Estes fatores norteiam a forma como as pessoas pensam, agem e intervêm no espaço.

As considerações de Robert Sack, discorrendo sobre a territorialidade humana, nos auxiliam a compreender as relações entre bairro e território:

First, by definition, territoriality must involve a form of classification by area. When someone says that anything, or even some things, in this room are his, or are off limits to you, or that you may not touch anything outside this room, he is using area to classify or assign thing to category such as his, or not yours.

Second, by definition, territoriality must contain a form of communication. This may involve a marker or sign such as is commonly found in a boundary. Or a person may create a boundary through a gesture such as pointing. A territorial boundary may be the only symbolic form that combines a statement about direction in space and a statement about possession or exclusion.

Third, each instance of territoriality must involve an attempt at enforcing control over access to the area and to things within it, or things outside of it by restraining those within. More generally, each instance must involve an attempt at influencing interactions: transgressions of territoriality will be punished a this can involve other non-territorial and territorial action (SACK, 1986, p.21-22).

A experiência do bairro contempla estas três inter-relações apontadas por Sack. Enquanto estabelecimento de uma unidade espacial dentro da cidade, o bairro se institui na delimitação de fronteiras que se constrói, no dia-a-dia; a extensão do balé-do-lugar faz com que os indivíduos estabeleçam (com maior ou menor rigidez) os limites de seu território vivido para além de delimitações oficiais. Marcos e símbolos espaciais podem ser utilizados como forma de comunicação das fronteiras. Quando um morador aponta as

fronteiras de seu bairro, esta delimitação é esteada, sobretudo, pela territorialidade (vívda) dos indivíduos. E o estabelecimento de fronteira guarda então uma classificação de área, pois, no exercício de delimitar aponta as características que correspondem ao bairro e que vai identificá-lo dentro do conjunto da cidade. Esta delimitação/identificação também expressa quem pertence ao bairro ou a quem o bairro pertence, implicando na institucionalização do fato do que acontece no bairro diz respeito, diretamente, a quem o ocupa (identidade territorial).

A fragmentação da Ponte Preta corresponde a diferentes territorializações dentro do bairro; as quais tanto orientam as relações que os indivíduos estabelecem com o que consideram fonte de risco quanto condicionam, por exemplo, o sentimento de pertencimento ou não do bairro, o qual norteará a concepção e lida com riscos e perigos desse.

A memória tanto narrativa sobre uma comunidade de vida e destino e quanto como esteio de identidade territorial expressa a sociabilidade e coesão do Baixo São Bernardo. A coesão comunitária, esteada na identidade territorial, é acréscimo à proteção contra reveses urbanos. Com outra forma de surgimento, com um balé-do-lugar distinto, uma sociabilidade que se exerce apenas na praça e na Igreja Católica, o Alto São Bernardo apresenta menor coesão comunitária e, conseqüentemente, recursos coletivos menos organizados face a riscos e perigos. Os moradores desse território têm nos recursos à segurança individual (grades, cercas elétricas, esvaziamento das ruas) sua estratégia para proteção, uma forma resguardada de viver o lugar, um modo de diminuir sua vulnerabilidade.

A territorialização, que promove a coesão comunitária, a intervenção no lugar, o sentimento de estar submetido às mesmas condições socioespaciais também nortearam os moradores dos DICs. O desenvolvimento de identidades territoriais influindo na consolidação urbana e enfrentamento de uma condição generalizada de vulnerabilidade.

No Bosque, é possível observar como os diferentes territórios norteiam as concepções e ações dos moradores em relação a riscos e perigos. Na medida em que

orienta a conformação do bairro, as territorialidades conformam também os contextos de enfrentamento e experiência direta com riscos e perigos.

A abordagem do lugar clarificou as territorialidades que se desenvolvem pelo bairro, revelando dinâmicas que norteiam o modo como a vida urbana se realiza. Apresenta, portanto, uma orientação para compreender a contextualização de riscos e perigos nos lugares e o modo como essa contextualização pode tangenciar a vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Sobre a memória das cidades. **Território**, Rio de Janeiro, Ano 3, n.4, p.5-26, jan./jun.1998.
- ALES-BELO, A. **Cultura e religiões**: uma leitura fenomenológica. Tradução de Antonio Angonese. Bauru: Edusc, 1998.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. O método nas ciências sociais. In: _____; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
- BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas**: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.
- BUTTNER, A. Home, reach and the sense of place. In: BUTTNER, An_____; SEAMON, D. (Org.). **The human experience of space and place**. London: Croom Helm, 1980.
- CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. **Plano diretor de Campinas**. Campinas, 1996.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CHRISTOFOLETTI, A. **A terra campineira**: análise do quadro natural. Campinas: Mousinho, 1972.
- COSTA, A. F. **Sociedade de bairro**: dinâmicas sociais da identidade cultural. Oeiras: Celta, 1999.
- COSTA, B. P. As relações entre território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.
- CUNHA, J. M. P. et al. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: _____ (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

CUTTER, S. The vulnerability of science and the science of vulnerability. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v.93, n.1, p.1-12, 2003.

_____. **Living at risk: the geography of technological hazards**. London: Arnold, 1996.

DE PAULA, F. C.; MARANDOLA JR., E. Entre o bairro e o lugar: experiência urbana nos DICs, Campinas. In: COLÓQUIO NACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES, 2., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: NEER, 2007.

_____; _____; HOGAN, D. J. Em busca do Homem no Espaço: o trabalho de campo na Geografia Humanista. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO DO NORTE DO PARANÁ, 1., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: AGB, 2005. (CD-ROM).

DOLFUSS, O. **O espaço geográfico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENTRIKIN, J. N. **The betweenness of place: towards a geography of Modernity**. Baltimore: The Johns Hopkins, 1991.

EYLES, J. Interpreting the geographical world: qualitative approaches in geographical research. In: _____; SMITH, D. (Org.). **Qualitative methods in human geography**. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

FERRAZ, H. **Filosofia urbana**. São Paulo: João Scorseti, 1997. (Tomo II).

FERREIRA, L. F. Iluminando o lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v.22, n.1, p.43-72, jan./jun.2002.

GEORGE, P. **Geografia Urbana**. Tradução de GEFIT. São Paulo: DIFEL, 1983.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, E. T. A. natureza e cultura: representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GRATÃO, L. H. B. (À) Luz da Imaginação!: "O RIO" se revela na voz dos personagens do LUGAR-ARAGUAIA! In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 1., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Depto. de Geociências/Lab. de pesquisas Urbanas e Regionais, 2005. (CD-ROM).

GUERRA, A. T.; CUNHA, S. B. (Org.). **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**: – parte I. Tradução de Márcia Sá C. Schuback. 12.ed. Pretópolis: Vozes, 2002.

HEWITT, K. **Regions of risk**: a geographical introduction to disasters. Harlow: Longman, 1997.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. Towards an interdisciplinary conceptualisation of vulnerability. **Population, Space and Place**, Inglaterra, v.11, n.6, p.455-471, 2005.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Território**, Rio de Janeiro, Ano IV, n.7, p.67-78, jul./dez.1999.

_____. **Paisagem e lugar**: um estudo fenomenológico sobre o Brasil do século XVI. 1998. 233f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, Ano II, n.3, p.77-85, jul./dez.1997.

JUNKER, B. H. **A importância do trabalho de campo**: uma introdução às Ciências Sociais. Tradução de José Gurjão Neto. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.63, p.9-30, jul.2002.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

LEDRUT, R. **Sociologia urbana**. Tradução de Maria H. S. Reis. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

LEMENHE, J. A. O. P. Paisagem urbana e utopias. In: SILVA, J. B.; COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. **A cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997.

LEY, D. Interpretative social research in the inner city. In: EYLES, J. (Ed.). **Research in human geography**. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

LYNCH, K. **La imagen de la ciudad**. Tradução de Enrique L. Revol. Buenos Aires: Infinito, 1970.

MARANDOLA JR., E. Tangenciando a vulnerabilidade. In: HOGAN, D. J.; _____ (Org.). **População e mudança climática**: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: NEPO/UNFPA, 2009.

_____; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.26, n.2, p.161-181, jul./dez.2009.

_____; MELLO, L. F. A abordagem do lugar no planejamento urbano. **Geografafes**, Vitória, v.7, p.63-74, 2009.

_____. Mapeando "londrinas": imaginário e experiência urbana. **Geografia**, Rio Claro, v.33, n.1, p.103-126, jan./abr.2008a.

_____. **Habitar em risco**: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. 2008b. 278f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

_____. Narrativas calvinianas: da descrição do explorador ao percurso do andarilho. **Rua**, Campinas, n.12, p.45-58, 2006.

_____. HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.22, n.1, p.29-53, jan./jun.2005.

_____. Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, Ano 21, v.2, n.25, p.67-79, jul./dez.2005a.

_____. Humanismo e a abordagem cultural em Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v.30, n.3, p.393-421, dez.2005b.

_____; HOGAN, D. J. Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.7, n.2, jul./dez.2004a.

_____; _____. O risco em perspectiva: tendências e abordagens. **Geosul**, Florianópolis, n.38, jul./dez.2004b.

_____. **"Londrinas" invisíveis**: percorrendo cidades imaginárias. 2003. 254f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2003.

MATTOS, S. H. V. L. **Avaliação da qualidade ambiental da bacia hidrográfica do correço do Piçarrão (Campinas-SP)**. 2005. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MELLO, J. B. F. Símbolos dos lugares, dos espaços e dos "deslugares". **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.3, p.64-72, dez.1996.

MELO, V. M. Paisagem e simbolismo. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: _____. BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

MISHLER, E. G. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In: LOPES, L. P. M.; BASTOS, L. C. (Org.). **Identities**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MUNFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes/Editora da UNB, 1982.

PARKES, D.; THRIFT, N. Putting time in its place. In: CARLSTEIN, T.; _____. _____. (Org.). **Making sense of time**. Londres: Edward Arnold, 1978.

PICKLES, J. From fact-world to life-world: the phenomenological method and social science research. In: EYLES, J.; SMITH, D. (Org.). **Qualitatives methods in human geography**. Oxford: Polity Press, 1988.

_____. **Phenomenology, science and geography**. Cambridge: Cambridge Press, 1985.

PLANTA DA CIDADE DE CAMPINAS, 1929. (1:10 000).

RELPH, E. **Place and palcelessness**. Londres: Pion, 1976.

RIBEIRO, C. R. V. **Espaço vivo**: as variáveis de um espaço-vivo investigadas na cidade de Diamantina, do ponto de vista dos músicos. 2006. 287f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ROCHA, L. B. **O centro da cidade de Itabuna**: trajetórias, signos e significados. Ilhéus: Editus, 2003.

ROSS, J. L. S. Ensaio e experimentos na análise da fragilidade dos ambientes naturais: o penetrômetro de percussão. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, FFLCH/USP, n.11, p.57-66, 1997.

_____. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, FFLCH/USP, n.8, p.63-74, 1994.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. New York: Cambridge University Press, 1986.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

SEABRA, O. C. L. Urbanização e fragmentação: apontamentos para estudo do bairro e da memória urbana. In: SPOSITO, M. E. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Gaspper/UNESP, 2001.

SEAMON, D. Body-subject, time-space routines, and place-ballets. In: BUTTIMER, A.; _____ (Org.). **The human experience of space and place**. New York: St. Martin's Press, 1980.

SERRA, G. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.

SOPHER, D. E. The structuring of space in place names and words for place. In: LEY, D.; SAMUELS, M. S. **Humanistic geography**: prospects and problems. Chicago: Maroufa Press, 1978.

SOUZA, M. J.L. O bairro contemporâneo: ensaio e abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.51, n.2, p.139-172, abr./jun.1989.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia:** um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

_____. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S.; OLSSON, G. (Org.). **Philosophy in geography.** Dordrecht/Boston/London: D. Reiel Publishing Co., 1979.

WATTS, M. J.; BOHLE, H. G. The space of vulnerability: the causal structure of hunger and famine. **Progress in Human Geography,** London, v.17, n.1, mar.1993.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença.** Petrópolis: Vozes, 2000.